

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM
ARQUITETURA E URBANISMO
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITORIA

Reitora - Mary Roberta Meira Marinho
Pró-Reitora de Ensino - Neilor Cesar dos Santos
Diretor de Educação Superior - Richardson Correia Marinheiro
Diretora de Articulação Pedagógica - Lucrécia Teresa Gonçalves Petrucci
Diretoria de Educação a Distância - Francisco de Assis Rodrigues de Lima
Coordenação dos Cursos de Licenciatura - Carolina de Brito Barbosa

CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA

Francisco João de Deus de Carvalho | Diretor Geral
Alexsandro Trindade Sales da Silva | Diretor de Desenvolvimento do Ensino
Raniery Antunes Queiroga | Diretor de Administração e Planejamento
Richardson Marinheiro | Diretor(a) de Educação Superior
Yasmin Ramos Peregrino | Coordenador(a) do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Vera Cléia Alves da Silva Cavalcanti | Coordenadora da COPED

COMISSÃO DE CRIAÇÃO DO PPC

Portaria 94/2023, de 16 de outubro de 2023.

Portaria 67/2024, de 15 de agosto de 2024.

Alexandre dos Santos Souza | Docente
Diego José Fernandes Freire | Docente
Diego Lopes Bezerra | Docente
Lahyana Rafaella de Freitas Cunha Fernandes | Docente
Luiza Maria Medeiros de Lima | Docente
Mayana Chagas Carvalho | Técnica de Laboratório em Edificações
Mykael dos Anjos e Mello | Docente
Raoni Gomes de Sousa | Docente
Ronildo Nicodemos da Silva | Docente
Vera Cléia Alves da Silva Cavalcanti | Pedagoga
Yasmin Ramos Peregrino | Docente



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO

CAMPUS DE OFERTA: Catolé do Rocha

NOME DO CURSO: Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

CÓDIGO E-MEC: A definir

TÍTULO CONFERIDO: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO:

Número da Portaria: A definir

Data da publicação: A definir

PORTARIA DO ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO:

Número da Portaria: A definir

Data da publicação: A definir

TURNO DE OFERTA: Integral

CARGA HORÁRIA MÍNIMA (horas): 3.997 h

DURAÇÃO (semestres): 10 (Mínima: 10 / Máxima: 15)

VAGAS (anuais): 30

MODALIDADE: Presencial

EIXO TECNOLÓGICO: Arquitetura e Urbanismo

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO: 2024.2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1. Dados da Mantenedora e Mantida	7
1.2. Missão Institucional	7
1.3. Perfil Institucional	7
1.4. Histórico do Instituto Federal da Paraíba	8
1.5. Políticas Institucionais	12
1.6. Cenário Socioeconômico, Socioambiental e Educacional	16
1.7. Política Institucional de Acompanhamento do Egresso	20
2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO	23
2.1. Dados do curso	23
2.2. Justificativa e Histórico do Curso	24
2.3. Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC	27
2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas	29
2.5. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	29
2.6. Requisitos e Formas de Acesso	33
2.7. Objetivos	34
2.7.1. Objetivo Geral	34
2.7.2. Objetivos Específicos	34
2.8. Perfil Profissional do Egresso	35
2.9. Estrutura Curricular	36
2.9.1. Matriz Curricular	37
2.10. Conteúdos Curriculares	44
2.10.1. Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica	50
2.10.2. LIBRAS	52
2.10.3. Curricularização da Extensão	52
2.10.4. Educação das Relações Étnico-raciais	54
2.10.5. Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	56
2.10.6. Educação Ambiental	57
2.10.7. Educação em Direitos Humanos	59
2.11. Metodologia	60
2.12. Estágio Curricular Supervisionado	61
2.12.1. Estágios Não Obrigatórios Remunerados	62
2.13. Atividades Complementares	63
2.14. Trabalho de Conclusão de Curso	67
2.14.1. Repositório Digital	71
2.15. Apoio ao Discente	72
2.15.1. Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil	73

2.15.2. Acessibilidade	75
2.15.3. Monitoria	77
2.15.4. Nivelamento	82
2.15.5. Apoio Psicopedagógico	84
2.15.6. Centros Acadêmicos	85
2.15.7. Intercâmbios nacionais e internacionais	85
2.16. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Externa e Interna	86
2.16.1. Avaliação Interna	87
2.16.2. Comissão Própria de Avaliação - CPA	91
2.17. Tecnologias da Informação e Comunicação	92
2.18. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	93
2.19. Números de Vagas	95
2.20. Prática Profissional	95
2.21. Aproveitamento de Estudos	98
3. CORPO DOCENTE	99
3.1. Núcleo Docente Estruturante	99
3.2. Colegiado do Curso	101
3.3. Coordenação de Curso	103
3.4. Corpo Docente	106
3.4.1. Titulação	107
3.4.2. Experiência Profissional e no Magistério	108
3.5. Pessoal Técnico Administrativo	109
3.6. Política Institucional de Capacitação de Servidores	111
4. INFRAESTRUTURA	112
4.1. Infraestrutura do Campus	112
4.2. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	113
4.3. Espaço de trabalho para o coordenador	113
4.4. Sala coletiva de professores	114
4.5. Salas de aula	114
4.6. Biblioteca	115
4.6.1. Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico	116
4.6.2. Sistema de gestão do acervo bibliográfico	117
4.6.3. Plano de Contingenciamento	117
4.7. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	117
4.8. Laboratórios didáticos de formação básica	119
4.9. Laboratórios didáticos de formação específica	121
4.10. Comitê de Ética em Pesquisa	126
4.11. Política Institucional de Acessibilidade	126
5. CERTIFICAÇÃO	128

APÊNDICE A - Ementário
APÊNDICE B - Fluxograma

143
187



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, ofertado no *Campus* Catolé do Rocha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Foi elaborado pela Comissão designada, de forma participativa, contando com a representação de segmentos das áreas de conhecimento relacionadas ao curso, além de consultas à comunidade profissional, estudantil e acadêmica da área. O PPC teve ainda como bases o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFPB 2020-2024) e o Regimento Didático dos Cursos Superiores do IFPB (RES. N° 54, DE 20 DE MARÇO DE 2017).

A implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo atende à demanda social em formação de nível superior na região, com a oferta de um curso de graduação, como previsto na Lei de criação dos Institutos Federais (Lei no 11.892/2008). Ademais, atende à diretriz de verticalização dos cursos técnicos no âmbito do IFPB, consolidando o eixo tecnológico voltado à construção civil, iniciado com o Curso Técnico Integrado em Edificações - o primeiro ofertado de maneira regular no campus e em funcionamento desde 2016.

Para a definição do curso, foi considerada a importância da atuação profissional do(a) Arquiteto(a) e Urbanista nos contextos nacional, regional e local. Outro parâmetro relevante foi a oferta de vagas neste curso nas Instituições de Ensino Superior da região, como também, nas cidades atendidas pelo IFPB Campus Catolé do Rocha e demais *campi* situados no Sertão Paraibano. Constatou-se que este será o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição, representando a terceira oferta pública na Paraíba, e a única situada na Mesorregião do Sertão Paraibano.

No corpo desse documento será contextualizada a instituição de ensino, identificado o curso proposto e sua organização técnico pedagógica, Além disso, será apresentado o perfil do pessoal docente e técnico, biblioteca, instalações e equipamentos que deverão dar subsídio ao curso de Arquitetura e Urbanismo.

1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Dados da Mantenedora e Mantida

Mantenedora e Mantida	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB						
End.:	Avenida João da Mata				n.º:	256	
Bairro:	Jaguaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP:	58015-020	UF:	PB
Fone:	(83) 3612-9706		E-mail:	gabinete.reitoria@ifpb.edu.br			
Site:	https://www.ifpb.edu.br/						
<i>Atos Legais</i>	Recredenciamento Institucional por meio da Portaria MEC nº 330, de 08/02/2019, publicada no DOU de 11/02/2019, pelo prazo de 8 (oito) anos						
Campus:	Catolé do Rocha						
End.:	Rua Cícero Pereira de Lima				n.º:	227	
Bairro:	José Pereira de Lima	Cidade:	Catolé do Rocha	CEP:	58.884-000	UF:	PB
Fone:	(83) 99802-0102		Fax:				
E-mail:	dg.cr@ifpb.edu.br						
Site:	https://www.ifpb.edu.br/catoledorocha						

1.2. Missão Institucional

“Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.” (PDI/IFPB 2021-2024).

1.3. Perfil Institucional

O IFPB é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a). Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de Educação Superior, o IFPB é equiparado às Universidades Federais. O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional,

pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O IFPB tem administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9º da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a), conforme disposto em seu Regimento Geral (IFPB, 2017g, 2018a).

1.4. Histórico do Instituto Federal da Paraíba

O IFPB é uma Instituição Pública Federal centenária, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A Instituição foi criada em 23 de setembro de 1909 pelo Decreto n.º 7.566 (Brasil, 1909) como Escola de Aprendizes Artífices, tendo passado por oito (08) alterações em sua institucionalidade, recebendo diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa – de 1937 a 1942; Escola Industrial – de 1942 a 1958; Escola Industrial Coriolano de Medeiros – de 1958 a 1965; Escola Industrial Federal da Paraíba – de 1965 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB) – de 1968 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) – de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB), com a edição da Lei n.º 11.892 (Brasil, 2008a).

No início de sua história, foi criado como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o país, para conter conflitos sociais e qualificar mão de obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930. Oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria. No início dos anos 60, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, e, no ano de 1995, interiorizou suas atividades, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (UNED-CJ) (IFPB, 2021a).

Transformada em CEFET-PB, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede (denominação atribuída ao hoje *Campus* João Pessoa), com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional (NEEP), que funcionava na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos (NACE), que ocupava o antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices, ambos no mesmo município. Posteriormente, tais Núcleos foram desativados, e suas atribuições foram

incorporadas por outras diretorias e departamentos. Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual IFPB começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade paraibana e brasileira todos os níveis de educação, desde a Educação Básica (Ensino Médio, Ensino Técnico Integrado e Pós-Médio) à Educação Superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. A partir desse período, foram implantados cursos de graduação nas áreas de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de *Softwares*, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários, bem como a Licenciatura em Química (IFPB, 2021a).

Esse processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos cursos de bacharelado nas áreas de Administração e de Engenharia Elétrica e com a realização de cursos de pós-graduação em parceria com faculdades e universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos para atender às disposições da Constituição Federal (Brasil, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) e das normas delas decorrentes. Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ocorreu, em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UnED-CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo (IFPB, 2021a).

Com o advento da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a), o Instituto consolida-se como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, o Instituto desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades e da competência técnica no exercício da profissão (IFPB, 2021a).

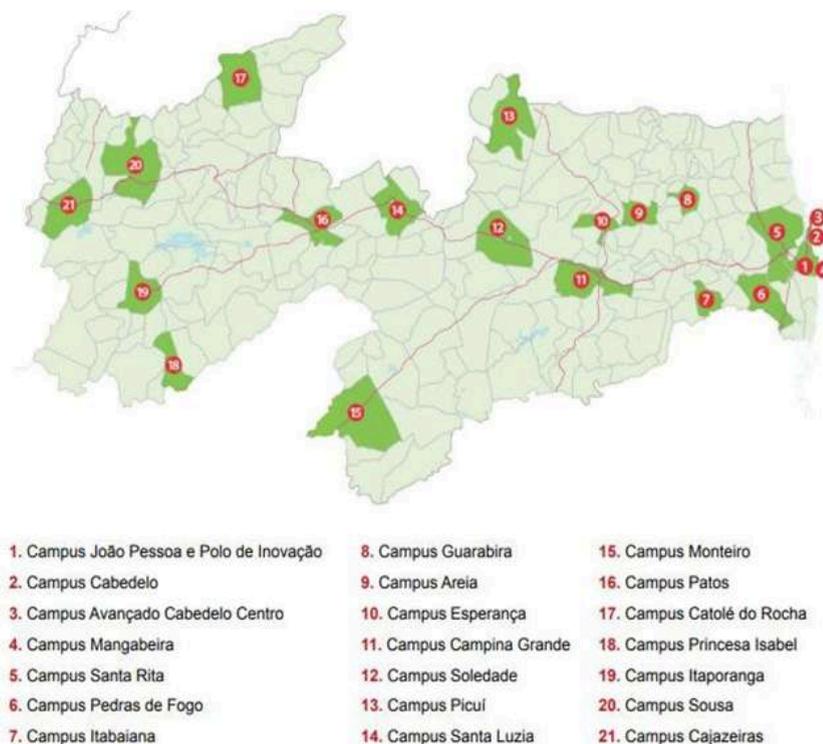
Em consonância com os objetivos e finalidades previstos na Lei supracitada (Brasil, 2008a), o Instituto desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na Educação de Jovens e Adultos, por meio do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (ProEJA), do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Programa Novos

Caminhos e de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) reconhecidos nacionalmente, ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social (IFPB, 2021a).

Visando à expansão de sua Missão Institucional no estado, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação a Distância (EaD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnico-administrativos, bem como no desenvolvimento de atividades de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, e de pesquisa aplicada, horizonte aberto pela nova Lei n. 11.892 (Brasil, 2008a) (IFPB, 2021a).

Com os planos de expansão da educação profissional ocorridos nos últimos anos, o IFPB conta atualmente com *campi* nos municípios de João Pessoa (*Campus* João Pessoa e *Campus* Mangabeira), Cabedelo (*Campus* Avançado e Cabedelo Centro), Guarabira, Campina Grande, Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos, Cajazeiras, Sousa, Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade. O IFPB abrange todo o território paraibano, do litoral ao sertão, conforme observado, na configuração espacial de distribuição das unidades educacionais do IFPB, na Figura 1.

Figura 1 – Área de abrangência do Instituto Federal da Paraíba em 2023.



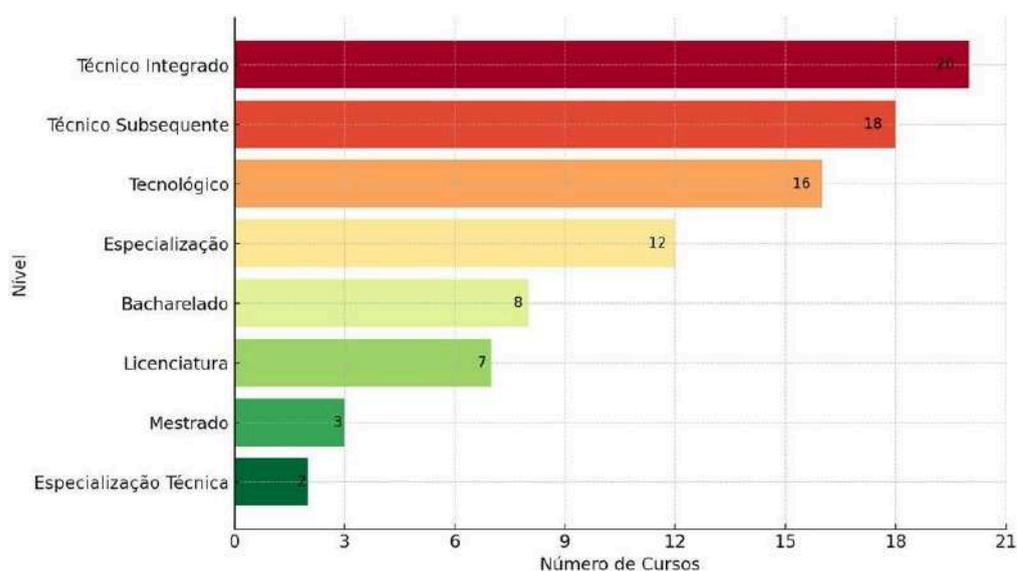
Fonte: IFPB (2021a).

Atuando primordialmente na Paraíba, mas não excluindo os cenários nacional ou internacional, o Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências

Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente, Saúde e Segurança.

Atualmente, o IFPB possui 3156 servidores ativos, sendo 1865 docentes e 1253 técnicos administrativos, e 44.565 discentes matriculados nas modalidades de ensino: Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino de Graduação (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) e Ensino de Pós-graduação. Na Figura 2 é apresentado um gráfico com o número de cursos ofertados pelo nível de ensino em toda a rede.

Figura 2 - Quantitativo de Cursos Ofertados por modalidade no IFPB



Fonte: PDI (IFPB, 2021).

O IFPB procura, ao interiorizar a Educação Tecnológica, adequar sua oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação primordialmente às necessidades estaduais. Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba permite que a área de influência do IFPB se estenda além das divisas do estado, assim, regiões mais industrializadas, como o Grande Recife e Natal, têm historicamente solicitado profissionais formados pelo IFPB para suprir a demanda em áreas diversas (IFPB, 2021a).

Por fim, além de desempenhar o seu próprio papel no desenvolvimento humano daqueles que dele fazem parte, o IFPB atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa, extensão e inovação no apoio às necessidades científico-tecnológicas de outras instituições da região. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradualmente

vem se consolidando dentro do contexto macrorregional, delimitado pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (IFPB, 2021a).

1.5. Políticas Institucionais

As políticas institucionais do IFPB são definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no PDI, vigência 2020-2024 (IFPB, 2021a), Decreto nº 9.235 (Brasil, 2017a), e Resolução nº 57 (IFPB, 2021b), distribuídas por Macropolíticas Institucionais.

As práticas acadêmicas do IFPB – em consonância com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), com a Lei nº 9394 (BRASIL, 1996) das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008a) de Criação dos Institutos Federais – são orientadas a partir de um conjunto de princípios filosóficos e teórico-metodológicos norteadores de suas ações de gestão acadêmica.

Com base neste marco teórico, o IFPB considera a educação como uma prática sócio-política, realizada no âmbito das relações sócio-histórico culturais, promotora da formação de pessoas tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos.

Para a consolidação das políticas institucionais do IFPB, foram traçadas estratégias para o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação que visam à sustentação dos seguintes princípios: respeito às diferenças de qualquer natureza; inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana; respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável; gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia; diálogo no processo ensino-aprendizagem; humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade; valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana; indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

O IFPB busca, a partir dos seus itinerários formativos, nas políticas de inserção no mundo do trabalho, na verticalização da oferta de cursos e nas oportunidades de formação inicial e continuada dos adolescentes, jovens e adultos, a construção de cenários ideais para o acesso, a permanência e o êxito dos educandos (IFPB, 2021a).

Quanto às macropolíticas de Ensino, as práticas acadêmicas do IFPB baseiam-se nos seguintes Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos:

- Verticalização do Ensino e sua Integração com a Pesquisa e a Extensão;
- Formação Humana Integral;
- Articulação entre educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Inclusão social;
- Gestão democrática;
- Defesa dos Direitos Humanos.

Além disso, a organização didático-pedagógica do IFPB é parte constante nos regimentos didáticos específicos de cada nível ofertado e é complementada por resoluções, notas técnicas e outros documentos que tratam de assuntos de natureza pedagógica regulamentados pelo Conselho Superior (CONSUPER), os quais, articulados com a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), com as DCN e com as demais legislações nacionais vigentes, estabelecem as normas referentes aos processos didáticos e pedagógicos da Instituição.

A Pesquisa, eixo que constitui os pilares indissociáveis com o Ensino, a Extensão e a Inovação, é concebida como fonte de desenvolvimento social, científico e tecnológico, cujas conquistas devem ser estendidas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. Consideram-se como atividades de pesquisa e inovação as ações desenvolvidas com vistas à aquisição, produção, transformação e socialização de processos, produtos, conhecimentos e tecnologias. O ato normativo norteador para as atividades de pesquisa no IFPB é apresentado na Resolução nº 134 (IFPB, 2015a). Entre as principais diretrizes definidas nesta Resolução, constam as seguintes:

- Envolver discentes em atividades de natureza científica e tecnológica;
- Fortalecer e intensificar a produção técnico-científica em todo o Instituto;
- Consolidar os grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Aprimorar e fortalecer os Programas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica;
- Estabelecer os segmentos que podem desenvolver pesquisa no âmbito do IFPB;

- Utilizar sistemas de gerenciamento de trabalhos e projetos de pesquisa e inovação, de modo a facilitar as atividades de submissão, revisão, avaliação e interação entre pesquisadores.

É importante, ainda, destacar que a Pesquisa, no âmbito do IFPB, tem um caráter inclusivo e é uma ação que pode ser desenvolvida pelos mais variados segmentos discentes, nas modalidades presencial e/ou a distância; com os estudantes do Ensino Técnico (Integrado ou Subsequente), Superior e da Pós- Graduação.

Uma das formas de implementação da política de pesquisa no âmbito do IFPB é a definição de Programas Institucionais e/ou o estabelecimento de parcerias com outros órgãos, a exemplo do CNPq. O ato normativo que regulamenta os programas institucionais de Pesquisa e Inovação está na Resolução nº 127 (IFPB, 2017a), que contém as seguintes diretrizes:

- I. Possibilitar o desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria interna (com outros *Campi*) ou mesmo com instituições externas;
- II. Possibilitar o recebimento de recursos para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa;
- III. Formalizar as atividades de pesquisa em desenvolvimento por meio de projetos de pesquisa, inseridos nos programas institucionais vigentes;
- IV. Estimular o desenvolvimento de pesquisas capazes de gerar impacto social, entre outros.

Os programas institucionais de Pesquisa atualmente em vigência são:

- I. Programa Interconecta, com aporte de recursos financeiros de todos os *Campi* do IFPB e da Reitoria;
- II. Programas em parceria com o CNPq, quais sejam: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM). Este último recebe aporte financeiro para a complementação do valor das bolsas ao que é pago pelo CNPq;

- III. Programas em parceria com a Diretoria de Educação a Distância (DEaD): Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para a Educação a Distância (PIBIC-EaD) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Projetos de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Social voltados para a Educação a Distância (PIDETEC- EaD), cujo aporte financeiro é feito pela DEaD da Pró-Reitoria de Ensino (PRE);
- IV. Programa de Fluxo Contínuo, que propicia ao pesquisador a submissão e registro, a qualquer tempo, do seu projeto de pesquisa no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP);
- V. Programa Conecta Mais, para fomento de projetos estratégicos com uma sistemática de ciclos, tendo duração inicial de seis meses, podendo ter continuidade se aprovado para os ciclos seguintes.

A Política de Extensão do IFPB tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da Extensão, promovendo a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, junto às áreas de abrangência social, articulando Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva do desenvolvimento local e regional, em consonância com a legislação vigente para a Educação Profissional e Tecnológica (IFPB, 2021a).

O caminho percorrido pela Extensão no IFPB segue os parâmetros práticos e conceituais oriundos da extensão universitária no Brasil, que reflete posicionamentos ideológicos próprios de cada conjuntura histórica, desde meados do século XX (IFPB, 2021a). O propósito dessa Política, além de orientar, é integrar e consolidar as atividades extensionistas como práticas acadêmicas transformadoras desenvolvidas no âmbito do ensino e da pesquisa, de modo a colaborar na formação cidadã dos educandos e na construção de uma instituição de Educação de excelência e socialmente referenciada (IFPB, 2021a).

A Extensão, sob o princípio constitucional da indissociabilidade do ensino e da pesquisa, tem possibilitado o desenvolvimento de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, político, social, científico, tecnológico e popular que promove a interação dialógica e transformadora entre instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. Nesse sentido, são valorizados os processos de troca e/ou fusão entre culturas, que se organizam em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, promovendo, em um território, ações democráticas e permanentes, pactuadas entre a Instituição e a

sociedade, para o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício de direitos (IFPB, 2021a).

Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) – por meio da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008a), que também cria os Institutos Federais –, vislumbra-se uma concepção mais apropriada ao perfil da Extensão, equiparada ao ensino e à pesquisa, assumindo a responsabilidade de contribuir para a efetivação e a consolidação do compromisso social da Instituição (IFPB, 2021a).

Em torno dessa concepção, muitas discussões e reflexões foram realizadas em prol da elaboração da política nacional de extensão tecnológica, trazendo uma visão mais comprometida com os setores populares e com os movimentos sociais, numa perspectiva de construção do fazer extensionista que proporcionasse a superação de uma perspectiva de ação extensiva do conhecimento para uma ação construída com a comunidade, de forma dialogada e compartilhada (IFPB, 2021a).

Nesse contexto, desenvolveram-se estratégias de articulação de redes acadêmicas e comunitárias para a promoção de mudança de práticas extensionistas individualizadas para práticas coletivas, respeitando-se as singularidades sociais, econômicas e culturais. Sob essa perspectiva, a integração da cultura representou um avanço importante para a extensão, uma vez que a extensão é permeada por um complexo cultural diverso e dinâmico, construído socialmente e tradutor de um modo de ser e viver de uma sociedade.

A inserção da cultura foi resultado das articulações dessas práticas coletivas, do fortalecimento das políticas culturais – nacional e interna, do Instituto – e do envolvimento dos arte-educadores e demais agentes culturais nas questões da Extensão (IFPB, 2021a).

Sob essa perspectiva, a Extensão no IFPB realiza-se dentro de um processo formativo inter, multi, transdisciplinar e interprofissional, abrangendo os diversos níveis, etapas e modalidades de Ensino (IFPB, 2021a), valendo-se de um conjunto de estratégias para a efetivação de suas ações, tais como: políticas de cultura; ações de extensão e cultura; Núcleos de Extensão Rede Rizoma; curricularização da Extensão no IFPB; marcos normativos institucionais.

1.6. Cenário Socioeconômico, Socioambiental e Educacional

Situado no extremo leste da região Nordeste do país, o Estado da Paraíba ocupa área de 56.584 km² com uma população de 3.974.495 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos entre

223 municípios. A política de desenvolvimento do Estado da Paraíba, em seu Plano de Desenvolvimento Sustentável (Paraíba, [2020?]), traz como objetivo central a construção de uma Estratégia de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Sustentável do território paraibano, técnica e politicamente articulada pelas Instituições Paraibanas com foco nos sistemas produtivos e inovativos da Paraíba. Para tal, faz-se imprescindível a construção de Pactos que envolvam, articulem e integrem os principais atores institucionais organizados na sociedade paraibana, dentro dessas organizações se integram as Instituições de Ensino Superior (IES).

O município de Catolé do Rocha, cuja área Territorial é de 551,765 Km², está situado na Mesorregião do Sertão Paraibano, Microrregião Catolé do Rocha e na Região Geográfica Intermediária de Patos e Imediata de Catolé do Rocha - São Bento, mais precisamente na porção setentrional do sertão paraibano, cuja distância da capital João Pessoa é de aproximadamente de 479 km. Faz limite com os municípios do Rio Grande do Norte de Almino Afonso, Patu e João Dias. Já no Estado da Paraíba, as áreas limítrofes são com os municípios de Belém do Brejo do Cruz, Brejo dos Cruz, São Bento, Riacho dos Cavalos, Jericó, Brejo dos Santos.

O clima é do tipo Bsh - Semiárido, com 84,1% das chuvas concentradas entre os meses de fevereiro e março, cujas médias anuais são de aproximadamente 849 mm. A temperatura média é de 26° a 27°C e a vegetação é do tipo Caatinga. Cabe destacar que, no ambiente do bioma Caatinga, a expressiva geodiversidade oferece oportunidades singulares de exploração de recursos naturais, desenvolvimento socioeconômico e cultural, além de oferecer espaços de relevância ambiental para educação ambiental, conservação e desenvolvimento sustentável.

O relevo é predominantemente ondulado a suavemente ondulado com declividade média à baixa, com exceção das áreas de relevo ondulado a fortemente ondulado e declividade elevada como ocorre à centro-oeste, nas serras do Coroatá, cabeludo, João Dias, Biringue, São Gonçalo, Cumbe, Céu, Das Almas, Furna da Onça, e, ao norte, na serra Pedro Alves. Essas serras, também denominadas de serrotes, são classificadas na geomorfologia como inselbergs, afloramentos de rochas cristalinas (graníticas e gnáissicas) que resistiram a longos ciclos de erosão, deixando esculpidos na paisagem belíssimos monumentos naturais de relevante geodiversidade.

A rede hidrográfica (predominantemente intermitente de padrão dendrítico) está inserida na bacia do Rio Piranhas, região do Médio Piranhas, e entre os principais rios e riachos estão: Agon (riacho importante para fundação da cidade de Catolé do Rocha), Croata,

Marcelino, Jenipapeiro, São José, dos Porcos, Picos, Pilar, Santíssima, Capim Açú, São Pedro, Capim, Carnaubinha, Macaíba e o Córrego do Jenipapo.

A colonização do território de Catolé do Rocha data de fins do Século XVII, com incursões genocidas de bandeiras sobre povos indígenas, seguidas pelo estabelecimento de fazendas de criação de gado. Entre aqueles, tínhamos populações ligadas aos grupos originários dos Pegas, Coyacus e Cariris, os quais habitavam a região sertaneja desde antes da invasão portuguesa em 1500. Conforme aconteceu em quase todas as cidades e povoações nordestinas que surgiram no período supracitado, a formação de Catolé do Rocha se deu às margens de rios, riachos, nascentes ou solos que apresentavam condições favoráveis para o abastecimento de água.

As bandeiras colonizadoras, formadas por portugueses, paulistas, caboclos e indígenas escravizados, guerreavam contra os povos originários da região, requerendo principalmente faixas de terras. Entre os conquistadores, estavam os Garcias D'Ávila, Rochas Pita e os Oliveiras Ledo que ocuparam a região do chamado riacho Agon. Tradicionalmente, em uma narrativa consagrada do homem branco, atribui-se ao tenente Coronel Francisco da Rocha Oliveira o marco de origem da fundação da urbe, quando nos idos de 1774 teria iniciado a construção da capela de Nossa Senhora do Rosário, além de casas, plantações e fazendas de gado.

Dessa forma, foi em torno da pecuária e permeada pelo catolicismo que se ordenou a povoação colonial, que aos poucos se desenvolveu econômica e politicamente, adquirindo autonomia administrativa como vila federal em 1835 e, cem anos depois, como cidade. Desde então, a matriz econômica da cidade se diversificou, tendo mais participação dos setores de comércio e serviços e da indústria, especialmente a têxtil.

Atualmente, Catolé do Rocha é a cidade-sede da 8ª região administrativa do Estado da Paraíba, que inclui os municípios de Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, São José do Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Jericó, Riacho dos Cavalos, Mato Grosso e São Bento. A região, segundo o último censo (IBGE, 2022) tem uma população estimada de 113.431 habitantes em uma área de 2.859,335 km². Desde o início de suas atividades, o Campus Catolé do Rocha do IFPB tem recebido estudantes dessa região e também de outros municípios, em especial do Rio Grande do Norte, tais como Patu, Almino Afonso, Alexandria, Rafael Godeiro, Messias Targino e João Dias. A instituição busca contribuir ativamente para o desenvolvimento de todos esses municípios por meio de sua atuação, prezando pelos princípios da sustentabilidade social e ambiental.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da região, calculado pelo IBGE pela última vez em 2010, varia de 0,640 (Catolé do Rocha/PB) a 0,565 (Mato Grosso/PB), considerado na faixa média pela Organização das Nações Unidas, mas consideravelmente abaixo da média nacional da época. O Produto Interno Bruto per capita da região é R\$ 12.216,08 (2021), sendo São Bento/PB e Catolé do Rocha/PB as principais economias.

No que diz respeito a índices ambientais, Catolé do Rocha, especificamente, tem um índice de arborização de vias públicas de 91,8%, mas conta com apenas 2,3% de vias públicas urbanizadas e 37,6% de esgotamento sanitário adequado, segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE, de 2010. Além disso, apesar do alto índice de arborização, que até rende ao município o título de cidade mais verde do Sertão Paraibano, são frequentes os alertas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) de risco à saúde em razão de baixa umidade na região, indicando necessidade premente de planejamento urbano-ambiental adequado ao contexto socioambiental local.

A taxa de escolarização no município de Catolé do Rocha, na faixa de 06 a 14 anos de idade, é de 98%, sendo a maior na sua região imediata, e a 72^a maior no estado (IBGE, 2010). A rede de educação básica - ofertante de educação infantil, fundamental, de nível médio e profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos - é atualmente composta por 21 instituições públicas - 07 estaduais, 13 municipais e 01 federal - o IFPB *Campus* Catolé do Rocha. Destaca-se que 13 dessas unidades estão inseridas na Zona Rural. A cidade conta ainda com 06 instituições de ensino privadas, sendo uma delas de caráter filantrópico. O ensino médio e profissional é ofertado por três instituições: a Escola Cidadã Integral Técnica Obdúlia Dantas; a Escola Agrotécnica do Cajueiro e o IFPB *Campus* Catolé do Rocha.

Quanto à oferta de cursos de nível superior, até o momento, as únicas instituições públicas existentes no raio de abrangência do *Campus* Catolé do Rocha, aqui delimitado em função das localidades de origem dos alunos regularmente matriculados na instituição, são: a Universidade Estadual da Paraíba (*Campus* IV, também em Catolé do Rocha), com os cursos Agronomia, Ciências Agrárias, Letras Português e Tecnólogo em Sistemas de Energias Renováveis; e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (*Campus* Patu), com os cursos Ciências Contábeis, Pedagogia, Educação do Campo, Letras e Matemática.

Outros centros importantes de formação em nível superior na região estão situados nas cidades de Sousa (IFPB, UEPB e UFCG), Patos (IFPB, UEPB e UFCG), Cajazeiras (IFPB, UFCG) e Pombal (UFCG) - no estado da Paraíba - e em Caicó (IFRN, UFERSA,

UERN), Currais Novos (IFRN, UFRN), Pau dos Ferros (UERN, IFRN), Caraúbas (UFERSA) e Mossoró (UERN, UFERSA) - no estado do Rio Grande do Norte.

1.7. Política Institucional de Acompanhamento do Egresso

O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo terá, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC, 2010), um perfil de egresso caracterizado por:

I - sólida formação de profissional generalista;

II - aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo;

III - conservação e valorização do patrimônio construído;

IV - proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

Em suas atividades, devem ser considerados os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade no que se refere à segurança, à legislação e aos impactos ambientais (IFPB, 2021a).

De acordo com a Resolução nº 43 (IFPB, 2017b) que convalida a Resolução *Ad Referendum* nº 15 (IFPB, 2016a) que dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) do IFPB, será considerado egresso o estudante que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma.

O IFPB conta com o PAE dos cursos ofertados pela instituição, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as práticas que serão implantados e executados por todos os *campi*. Este programa tem como finalidade promover ações que visem à avaliação dos egressos, com foco na inserção no mundo do trabalho, nas posições, nas vivências e nas suas dificuldades profissionais, além de fomentar a participação desses atores na vida da instituição (IFPB, 2021a).

Dessa forma, o PAE servirá como canal de integração entre o IFPB e seus *campi*, possibilitando ações e mudanças em suas condutas institucionais, agregando sugestões, a fim de aprimorar e/ou orientar as práticas nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação (IFPB, 2021a).

Para tanto, a política de acompanhamento dos egressos dos cursos ofertados pela instituição por meio da Resolução do Conselho Superior nº 43 (IFPB, 2017b) tem como principais objetivos:

- I. Manter atualizado o banco de dados dos egressos do IFPB;
- II. Conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mundo do trabalho dos egressos associada à sua formação profissional;
- III. Coletar dados referentes à continuidade dos estudos dos egressos após a conclusão do curso;
- IV. Levantar informações para o atendimento das necessidades dos egressos em relação à oferta de cursos de educação continuada;
- V. Disponibilizar aos egressos informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição;
- VI. Subsidiar a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela Instituição no processo ensino-aprendizagem;
- VII. Oportunizar aos egressos, sempre que possível, a sua participação em programas, projetos e outras atividades acadêmicas promovidas pelo IFPB, contribuindo para a sua formação profissional;
- VIII. Promover atividades recreativas, artísticas, culturais e esportivas que visem a integração dos egressos com a comunidade acadêmica;
- IX. Promover o intercâmbio entre os egressos e a comunidade acadêmica, mantendo-os em contato com o IFPB.

Além disso, de acordo com as especificidades do programa (IFPB, 2017b), o egresso poderá atuar em projetos de extensão, pesquisa, inovação e outras atividades promovidas pelo IFPB, como voluntário, nos seguintes casos:

- Os projetos e atividades deverão trazer a identificação do participante egresso, especificando em que forma se dará a sua participação;
- O egresso que participar como voluntário ficará regido pela legislação vigente, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências;

- A prestação de serviço voluntário será exercida mediante a celebração de termo de adesão entre a instituição e o prestador de serviço voluntário, devendo constar o objetivo e as condições de seu exercício.

Em nível de Pró-Reitoria, o PAE está vinculado à Diretoria de Planejamento e Gestão das Políticas Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Em nível de *Campus*, ele será atribuído da Coordenação de Extensão ou um servidor designado pela Direção Geral do *Campus*, sendo de sua competência:

- I. Coordenar, articular e orientar as atividades do PAE no Campus;
- II. Propor ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão que articule a aproximação dos egressos ao IFPB;
- III. Disponibilizar às Coordenações dos Cursos informações referentes aos egressos;
- IV. Apresentar relatórios às Coordenações dos Cursos das atividades desenvolvidas com os egressos;
- V. Elaborar relatório semestral das atividades do PAE e apresentá-lo à Direção Geral do Campus, às Coordenações de Cursos, à Diretoria de Planejamento e Gestão das Políticas Estudantis da PRAE e à Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- VI. Assinar as correspondências, certidões e declarações, em nível de Campus, referentes ao PAE;
- VII. Alimentar banco de dados referente ao acompanhamento dos egressos;
- VIII. Manter os egressos informados sobre eventos culturais e científicos, cursos de aperfeiçoamento, capacitação, pós-graduação lato e stricto sensu realizados pelo IFPB;
- IX. Desenvolver as atividades do PAE em consonância ao Projeto Pedagógico dos Cursos, atuando, sempre que possível, em conjunto com as demais Coordenadorias e CPA;
- X. Propor a criação e adequação dos formulários disponibilizados para o PAE.

2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO

2.1. Dados do curso

Campus Ofertante:	Catolé do Rocha						
End.:	Rua Cícero Pereira de Lima					n.:	227
Bairro:	José Pereira de Lima	Cidade:	Catolé do Rocha	CEP:	58.884-000	UF:	PB
Fone:	(83) 99802-0102		Fax:				
E-mail:	dg.cr@ifpb.edu.br						
Site:	https://www.ifpb.edu.br/catoledorochoa						
Nome do Curso:	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo						
Nível:	Ensino Superior - Graduação						
Regime de Oferta:	Anual						
Turno de Oferta:	Integral						
Número de Vagas:	30						
Período Mínimo de Integralização:	10 semestres			Período Máximo de Integralização:	15 semestres		
Carga Horária Total:	3.997 h						
Modalidade de Oferta:	Presencial						
<i>Atos Legais:</i>							
Ato:	Autorização				Ano:		
Data da Publicação:							
Ato:	Reconhecimento				Ano:		
Data da Publicação:							
Ato:	Renovação de Reconhecimento				Ano:		
Data da Publicação:							
	<i>Conceito Enade:</i>				Ano:		
	<i>Conceito de Curso:</i>				Ano:		
	<i>Conceito Preliminar de Curso:</i>				Ano:		
	<i>Conceito Institucional:</i>				Ano:		
	<i>Conceito Institucional EaD:</i>				Ano:		
	<i>Índice Geral de Cursos:</i>				Ano:		

2.2. Justificativa e Histórico do Curso

Arquitetura e Urbanismo é um campo de conhecimento de natureza transdisciplinar, que se constitui na confluência entre os campos da arte, das humanidades, da ciência e da tecnologia, com as quais mantém permanente diálogo. Com formação ampla e generalista, o profissional de Arquitetura e Urbanismo apresenta uma gama de possibilidades de atuação, voltadas à reflexão e ao desenho dos lugares para a vida humana, naturais e construídos, em diferentes escalas e complexidades: dos espaços internos de uma edificação à amplitude do espaço urbano e regional, nas esferas pública e privada.

Diante da emergência do novo paradigma socioambiental, pode-se dizer que a compreensão do papel da Arquitetura e Urbanismo tem se voltado, mais diretamente, à qualidade de vida das populações no planeta, priorizando sua integração com a natureza. Nesse sentido, o campo profissional articula-se às políticas urbanas/ambientais e ao desenvolvimento urbano e territorial, visando a promoção da justiça e da inclusão social nas cidades e no campo, a solução de conflitos fundiários, o direito à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural.

No contexto de degradação ambiental dos ecossistemas nas regiões áridas do mundo, torna-se ainda mais evidente a necessidade do adequado planejamento do uso e ocupação do solo, a construção de infraestruturas que minimizem o impacto ambiental e qualifiquem o patrimônio natural e construído, priorizando o uso racional dos recursos disponíveis em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável. Para isso, além do saber técnico-científico, faz-se mister partir de uma compreensão sensível do lugar, das demandas locais em sua diversidade sociocultural e ambiental.

Nesse sentido, o curso de bacharelado no IFPB *Campus* Catolé do Rocha justifica-se diante do contexto socioeconômico, educacional e ambiental da região semi-árida brasileira, em especial, o sertão paraibano. Essa região enfrenta desafios importantes, como altos índices de pobreza e de desigualdade social; degradação ambiental e escassez hídrica, marcada pela ocorrência das secas e suas consequências históricas. Conta também com diferentes arranjos produtivos, vinculados aos setores agropecuário, de mineração, alimentos, bebidas, confecções, entre outros, bem como setores emergentes - como a geração de energias renováveis - que demandam suporte físico e de infraestrutura, e impactam na construção do território e na transformação das paisagens. Destaca-se, ainda, o rico patrimônio natural e cultural, a ser preservado, valorizado e usufruído de maneira sustentável.

Profissionais qualificados em Arquitetura e Urbanismo poderão assumir, nesse contexto, papel importante para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de base local, prezando pelos princípios da sustentabilidade socioambiental, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, com olhar atento às especificidades sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais da região.

Vale destacar, nesse sentido, que o curso oportuniza ao estudante não somente sua inserção na economia formal e nos sistemas produtivos locais da construção civil, bem como o qualifica enquanto cidadão, apto a atuar no mundo do trabalho com responsabilidade social e ambiental. Capacita-o também a pesquisar, inovar e empreender, na busca de soluções inteligentes e adequadas aos desafios do setor.

Dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU, 2024) mostram que os profissionais de AU se encontram geograficamente concentrados nas regiões Sudeste e Sul do país, em detrimento de outras regiões. Na Paraíba, essa concentração ocorre nos maiores pólos de desenvolvimento urbano e regional, aos quais também se restringe a oferta de vagas para formação em Arquitetura e Urbanismo em instituições públicas - Campina Grande/PB (UFCG) e João Pessoa/PB (UFPB). Consideram-se, portanto, limitadas as oportunidades para essa formação no “Sertão Paraibano”, hoje delimitado pelas Regiões Geográficas Intermediárias de Patos e Sousa-Cajazeiras, na qual existem apenas cursos privados de AU.

Essas regiões compreendem um total de 83 municípios, com população de 902.484 habitantes e extensão territorial de 22 720 482 km², evidenciando demandas no campo da Arquitetura e Urbanismo que precisam ser reconhecidas e atendidas. A localização geográfica de Catolé do Rocha/PB mostra-se, nesse sentido, estratégica, pois situa-se entre importantes pólos de desenvolvimento urbano e regional - tais como Sousa/PB (95 Km), Patos (130 Km) e Cajazeiras (136 Km).

Ademais, a cidade de Catolé do Rocha se configura como um polo regional de ensino, saúde e serviços, exercendo influência sobre a região da Bacia Hidrográfica do Médio Piranhas e da Região Geográfica Imediata de Catolé do Rocha-São Bento, a qual inclui 10 municípios. As características particulares dessa região, formada por cidades de pequeno e médio porte, colocam em pauta as questões específicas desse contexto.

A criação do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo no IFPB *Campus* Catolé do Rocha vem atender, portanto, à demanda pela formação, gratuita e qualificada, de profissionais devidamente capacitados para dar suporte e apresentar soluções aos desafios da

urbanização crescente - evidenciada em níveis nacional e regional -, face à crise socioambiental e seus efeitos sobre os territórios e suas populações.

Este esforço se insere em um processo mais amplo, e necessário, de interiorização dos cursos públicos de Arquitetura e Urbanismo no Nordeste do Brasil - notadamente na região Semiárida - do qual se destaca a implantação pioneira do Curso em Pau dos Ferros/RN, pela UFERSA em 2014; e, mais recentemente, os cursos de Juazeiro do Norte/CE, na URCA - Universidade Regional do Cariri (2022) e de Santa Maria da Boa Vista, no IF Sertão Pernambucano (2024).

No campus do IFPB Catolé do Rocha, o curso representa a concretização dos anseios da comunidade pela ampliação da oferta de educação de nível superior em âmbito local, a partir da verticalização do Curso Técnico Integrado em Edificações - o primeiro ofertado de maneira regular no campus e em funcionamento desde 2016. Dessa forma, o curso consolida o eixo de formação tecnológica em Construção Civil, contando com o suporte da infraestrutura laboratorial de formação específica, do corpo técnico-administrativo e corpo docente do referido curso, de modo a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão, conforme previsto na Lei de criação dos Institutos Federais (Lei no 11.892/2008).

Acredita-se que a oferta contribuirá para a expansão do raio de abrangência atual das atividades do IFPB *Campus* Catolé do Rocha, tanto no estado da Paraíba, como nos estados vizinhos - Rio Grande do Norte e Ceará. O curso amplia, dessa forma, a potencial contribuição institucional para o desenvolvimento sustentável desses territórios, fortalecendo e expandindo as ações já desenvolvidas no campus, no ensino, na pesquisa e na extensão, por meio dos cursos técnicos integrados de Edificações, de Informática e, mais recentemente, de Administração.

Para tanto, considera-se indispensável a articulação do Curso de Arquitetura e Urbanismo não apenas com os cursos de nível médio-técnico da instituição, mas também com as demais instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico das regiões semiáridas, com órgãos e agentes dos setores públicos e privados, com as comunidades locais e suas representações, integrando e fomentando, assim, uma rede de atores capazes de produzir conhecimentos e saberes para intervir adequadamente nos ecossistemas em que estão inseridos.

2.3. Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC

Pode-se colocar como marco inicial do processo de construção, implantação e consolidação do corrente PPC a portaria 94/2023 (datada de 06 de outubro 2023) de nomeação da comissão responsável pela proposta de criação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, formada pelos seguintes servidores: Alexandre dos Santos Souza, Diego Jose Fernandes Freire, Diego Lopes Bezerra, Lahyana Rafaella de Freitas Cunha Fernandes, Luiza Maria Medeiros de Lima, Mayana Chagas Carvalho, Mykael dos Anjos e Mello, Raoni Gomes de Sousa, Ronildo Nicodemos da Silva, Vera Cleia Alves da Silva Cavalcanti e Yasmin Ramos Peregrino. Tal documento, assinado pelo Diretor Geral do campus Catolé do Rocha, Francisco João de Deus de Carvalho, inaugurou os trabalhos da referida comissão, os quais perduraram até o início de 2024. Destaca-se que o caráter diverso e multidisciplinar da comissão contribuiu significativamente para a construção do PCC.

As atividades da comissão se iniciaram com a identificação e a apropriação das legislações e regulamentos pertinentes, bem como o levantamento e sistematização de dados acerca dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo nas universidades e institutos federais, permitindo estabelecer parâmetros gerais quanto à carga horária, condições de oferta, entre outros aspectos. Em seguida, foram realizadas reuniões semanais voltadas à discussão de temas relacionados tanto à composição do presente documento e ao desenho pedagógico do curso.

Nesse último ponto, os trabalhos começaram com a organização de encontros e debates, com a participação efetiva de pessoas externas à comissão e ao campus: arquitetos e urbanistas, engenheiros, empresários, secretários municipais e outros representantes da região sertaneja, que instruíram a respeito da realidade local; estudantes dos cursos de AU da Paraíba e Rio Grande do Norte, que trataram dos pontos positivos e negativos da experiência formativa; bem como acadêmicos especializados nas diversas áreas de formação do curso.

Do último grupo, foi essencial a assessoria de arquitetos e urbanistas com vasta experiência de prática profissional e pedagógica, como Celso Pazzanese - Pola Arquitetos e Instituto Botucatu -, um dos fundadores da Escola da Cidade/SP; Prof. Dr. Sergio Sandler, sócio fundador da Sandler Ambiente Arquitetura Urbanismo e professor da Faculdade Armando Álvares Penteado - FAAP/SP; Paulo Brazil, sócio fundador do escritório Paulo Brazil E Sant'Anna Arquitetos Associados; Francisco da Rocha Bezerra Junior - sócio diretor da Planeje Arquitetura e Consultoria; Cíntia Menezes Lins de Matos - sócia do escritório Lins Arquitetos Associados.

Destaca-se, ainda, as contribuições dos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN: Prof. Dr. Aldomar Pedrini, Prof. Dra. Edna Moura Pinto, Prof. Dr. George Alexandre Ferreira Dantas; Prof. Msc. Rebeca Grilo de Sousa e a Prof. Dra. Amiria Bezerra Brasil. Além disso, foram importantes as contribuições do Prof. Luciano Silva Vasconcelos, vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do IF Sergipe - Campus Lagarto; e o Prof. Msc. Luís Guilherme Albuquerque de Andrade, presidente da comissão de criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFPE Sertão Pernambucano - Campus Santa Maria da Boa Vista. Estes forneceram perspectivas acerca da implantação dos cursos no contexto da rede IF.

Foram diversas reuniões para pensar e materializar curricularmente a concepção do curso, o tipo de profissional a ser formado, as disciplinas obrigatórias e as optativas, a carga horária disciplinar, as ementas, a divisão disciplinar por semestre, os eixos e fundamentos da matriz curricular, conforme registrado nas atas apensadas ao processo e no corpo deste documento. Formalmente, a carga horária média de trabalho da comissão era de duas horas semanais, realizando trabalhos em conformidade com as resoluções do IFPB, como as de nº 55/2017, 63/20221 e 143/2015, as quais versam sobre a criação, manutenção e extinção de cursos no âmbito da instituição.

Além da elaboração do PPC, tal qual recomenda as normas internas do IFPB a respeito da criação de cursos superiores, foi produzido também o Estudo de Viabilidade de Curso (EVC). Para a construção desses dois documentos, a comissão formou grupos de trabalho, com atribuições específicas, os quais realizavam encontros periódicos para acompanhamento e distribuição das atividades, de modo que a produção da equipe era continuamente revisada pelos integrantes. Com isso, garantiu-se um considerável grau de participação coletiva, não só de professores como de técnicos e pedagogos, sendo convidados também os professores de outras áreas atinentes ao curso para contribuições. Destaca-se, ainda, a apresentação e a discussão da proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, durante a Semana Pedagógica do Ano Letivo de 2024 do Campus Catolé do Rocha, com a participação do corpo docente, técnicos vinculados ao ensino e gestores da instituição. Por fim, houve a reunião geral extraordinária, convocada com a única finalidade de socializar e discutir detalhadamente o PPC proposto com todos os servidores Campus, na qual foi possível colher observações e sugestões.

Cumpre dizer que a comissão considerou, constantemente, comparação e críticas face a outros PPCs de Arquitetura e Urbanismo e suas reformulações, ora em andamento, assim como os documentos disponibilizados pela Associação Brasileira de Ensino em Arquitetura e Urbanismo (ABEA), em especial o texto “Novos Perfis e Padrões de Qualidade para os Cursos

de Arquitetura e Urbanismo” (ABEA, 2008) e a proposta de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais, em tramitação no âmbito do Ministério de Educação (MEC). Assim, buscou-se realizar uma construção curricular que não desprezasse esforços anteriores de outras instituições quanto à concepção do curso, cotejadas frente à realidade e às condições locais de implantação.

Por fim, cabe registrar que toda a documentação levantada e produzida, formada por PPCs, livros, textos, normas internas, ementários, diretrizes educacionais, resoluções, portarias e regimentos, foi disponibilizada e armazenada em um drive da comissão. O trabalho foi também documentado a partir de reuniões gravadas que ocorreram na plataforma Meet, as quais encontram-se igualmente armazenadas no drive da comissão. Dessa forma, foi oportunizado aos membros da comissão a consulta a todo o material, a qualquer tempo, durante todo o processo.

2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo foram instituídas pela Resolução nº 2, de junho de 2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e posteriormente atualizadas pela Resolução nº 1, de 26 de março de 2021.

A proposta curricular do curso no *Campus* Catolé do Rocha se alinha às Diretrizes Curriculares Nacionais com adaptações adicionais pensadas para atualizações e necessidades regionais, além de potenciais e particularidades do corpo de servidores e da instituição. Os detalhamentos desse alinhamento constam nas seções a seguir a respeito dos objetivos, do perfil profissional do egresso, da estrutura curricular, dos conteúdos curriculares, dos estágios, das atividades complementares e do trabalho de conclusão de curso. Destaca-se, dentre as adaptações, a política institucional de curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução CS/IFPB nº 34/2022, estabelecida em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, cuja materialização neste curso é descrita no item 2.10.3 do presente documento.

2.5. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

No Instituto Federal da Paraíba, as políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação estão descritas no PDI, vigência 2020-2024 (IFPB, 2021a), Decreto nº 9.235 (Brasil, 2017a), e Resolução nº 57 (IFPB, 2021b), distribuídas por Macropolíticas

Institucionais. No âmbito do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, tais políticas estão implementadas de forma transversal durante todo o itinerário formativo.

As políticas institucionais do IFPB são definidas no PPI e no PDI. As ações e atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação estão alinhadas com o perfil do egresso constante e proposto no PPC, o qual busca formar um profissional de formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias. Neste contexto, considera-se a formação de um profissional com atuação inovadora e empreendedora, que seja capaz de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis, conforme previsto na Resolução CNE/CES nº 2/2010 (Brasil, 2010) que trata das DCN para os cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Com objetivo de aproximar da política de integração das ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e melhor articulá-las, é possível que as atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa e inovação e projetos de extensão sejam integralizadas, por exemplo, como parte da disciplina, ou carga horária de estágio supervisionado ou como atividade complementar de natureza científico-acadêmico-cultural. A articulação entre teoria e prática pode ser facilitada também pela melhor integração dessas atividades.

Em cada componente curricular, é possível estimular a formação de competências de pesquisa com a leitura da literatura científica, quer sejam os clássicos que marcaram a história do desenvolvimento de uma disciplina como também a leitura de artigos recentemente publicados para discussão das questões em aberto em um campo de conhecimento. Uma teoria pode ser mais facilmente compreendida se houver estímulo à leitura, reflexão e produção textual. A prática poderá mais facilmente ser apreendida se o estudante for convidado a resolver problemas, observar, propor hipóteses e soluções para situações-problema. Um componente curricular pode ter atividades de extensão que permitam ao estudante praticar e tomar contato com fenômenos até então abstratos e distantes da sua vida profissional.

As políticas de Ensino fundamentam-se nos seguintes princípios: ampliação do acesso e permanência, com êxito, à Escola Pública; constituir-se como um centro de referência para a irradiação dos conhecimentos científicos e tecnológicos no âmbito de sua

abrangência; implementação de novas concepções pedagógicas e metodologias de ensino, no sentido de promover a Educação Continuada e a Educação à Distância; capacitação de seus servidores docentes e técnico- administrativos; indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação; avaliação e acompanhamento das atividades de ensino; integração entre os campi e com outras Instituições de Ensino; parcerias com o mundo produtivo e com setores da sociedade; articulação permanente com os egressos dos cursos; observância às políticas de ações afirmativas; respeito à diversidade cultural e o atendimento aos princípios de inclusão social e educativa; preocupação com o desenvolvimento sustentável; formação do ser humano em todas as suas dimensões.

No tocante às ações referentes às Políticas de Pesquisa e Inovação no IFPB, que possuem articulação direta com a gestão do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, busca-se envolver discentes em atividades de natureza científica, tecnológica e de inovação; fortalecer e intensificar a produção técnico-científica no curso; estimular a participação de discentes e docentes nos Programas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica; identificar os segmentos que se podem desenvolver pesquisa no âmbito do curso; estimular o registro de propriedade intelectual e de patentes relacionadas a pesquisas desenvolvidas no curso; estimular as transferências de tecnologias registradas com o setor produtivo, social e público; estimular o empreendedorismo estudantil; estruturar e divulgar os processos e as melhores práticas relacionadas à Gestão da Inovação, governança, compliance e riscos sobre a Inovação; estimular ações de pesquisa aplicada e extensão tecnológica para soluções inovadoras em preservação ambiental; difundir aos públicos interno e externo o conhecimento adquirido com o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão desenvolvidos no curso, para assim fortalecer a integração entre a instituição, os estudantes, os professores, as empresas e o governo; aumentar o quantitativo de publicações oriundas de projetos de pesquisa; estimular a criação e a participação ativa dos pesquisadores (docentes, técnicos e discentes) nos grupos de pesquisa certificados e vinculados ao curso; estimular o empreendedorismo estudantil; fortalecer o potencial da inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável.

Destacam-se os programas institucionais de Pesquisa, em vigência, no IFPB:

1. Programa Interconecta;
2. Programas em parceria com o CNPq;
3. Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa e Inovação do IFPB;

4. Programa de Fluxo Contínuo, que propicia ao pesquisador o registro, a qualquer tempo, do seu projeto de pesquisa no SUAP;
5. Programa Conecta Mais.

Sobre as Políticas de Extensão e Cultura do IFPB, relacionadas ao Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, tem-se a seguinte pauta de objetivos estratégicos: impulsionar o desenvolvimento tecnológico, o empreendedorismo e a inovação social; contemplar a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos, dirigindo o ensino para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para uma atuação no mundo de forma reflexiva, cooperativa e solidária. Para isso, as práticas pedagógicas devem estar vinculadas também a um processo reflexivo constante por parte do docente, bem como a uma perspectiva que considere a aprendizagem como um processo dinâmico, contribuindo, deste modo, para que os discentes compreendam a interdependência dos diversos fatores que constituem o ambiente e a realidade na qual estão inseridos.

No tocante às Políticas de Cultura, uma série de medidas são constituídas, visando ações voltadas ao atendimento das necessidades culturais da comunidade acadêmica e da sociedade, nas múltiplas dimensões da cultura – simbólica, cidadã e econômica. Nesse sentido, tem-se buscado garantir a ampliação das iniciativas que transpassam o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão, bem como o fortalecimento das ações culturais contínuas com o reconhecimento e o fomento aos grupos artísticos e coletivos culturais. A ação de extensão e cultura é compreendida como prática educativa dialógica que interliga a Instituição com as demandas oriundas dos setores da sociedade do território de abrangência dos campi; que consolida a formação de um profissional cidadão; e que se credencia como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento, na busca da transformação social, contribuindo para a efetivação do compromisso institucional (IFPB, 2021a).

É importante ressaltar que o processo de revisão e atualização das políticas institucionais de ensino, pesquisa, inovação e extensão do IFPB, que envolve todos os cursos, inclusive o curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, é realizado um planejamento anual e de forma contínua com apoio da Diretoria de Planejamento Institucional por meio do Planejamento Estratégico Decenal (PLANEDE). Este planejamento tem a finalidade de adequar estrategicamente o PDI (visão de curto e médio prazos) para um alcance de longo prazo no IFPB.

O PLANEDE é um sistema criado pelo IFPB que utiliza métricas/indicadores de desempenho/metasp calculadas nos níveis Macro e Nano Organizacionais para as áreas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e administrativa que visa suprir a instituição de ferramentas digitais

para o planejamento, acompanhamento, avaliação, revisão e proposição das políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

2.6. Requisitos e Formas de Acesso

Os editais que regulam as formas de acesso ao IFPB devem atender aos requisitos da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012a). O IFPB adotou o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como Processo Seletivo no ano 2009 e, desde 2010, o exame já é adotado como principal critério de acesso aos Cursos Superiores. Esta utilização é pactuada semestralmente através do Termo de Adesão para utilização dos resultados ENEM e seleção através do Sistema Seletivo Unificado (SiSU).

De acordo a Resolução nº 54 (IFPB, 2017d) que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores do IFPB, o ingresso no Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo ocorre por meio de:

- I. Adesão ao SiSU, informando previamente o percentual de vagas destinadas a esta forma de seleção, sob responsabilidade do MEC;
- II. Processo Seletivo Próprio (PSCS), para estudantes egressos do Ensino Médio cuja forma deverá ser aprovada por resolução do Conselho Superior;
- III. Processo Seletivo Especial (PSE), em acordo com a Resolução nº 21 (IFPB, 2023a), que prevê as seguintes modalidades: reingresso, transferência interna, transferência externa, ingresso de graduados e transferência de polo;
- IV. Termo de convênio, intercâmbio ou acordo interinstitucional, seguindo os critérios de Processo Seletivo, definidos no instrumento da parceria e descrito em Edital;
- V. Contudo, pode-se disponibilizar outras modalidades que sejam aprovadas com atos legais institucionais.

2.7. Objetivos

2.7.1. Objetivo Geral

Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de Junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (Brasil, 2010), o Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB Campus Catolé do Rocha objetiva: propiciar a formação de arquitetos urbanistas dotados de postura crítica e propositiva, capacidade criativa, autonomia intelectual, consciência ética e com responsabilidade social, aptos a intervirem no espaço habitado e construído nas suas diferentes escalas, considerando os aspectos ambientais, tecnológicos, ergonômicos, funcionais, estéticos, socioeconômicos, históricos e culturais, e, assim, assegurando qualidade de vida aos indivíduos. Devem partir da compreensão da complexidade desse espaço e de seus aspectos multidimensionais, estimulando a percepção quanto ao entendimento da realidade local/regional e considerando sua inter-relação com o contexto nacional.

2.7.2. Objetivos Específicos

- I. Propiciar uma formação com capacidade de intervenção em diferentes escalas e contextos, profissionalmente ética e comprometida com a solução de conflitos sociais, resgatando a função social da Arquitetura e Urbanismo;
- II. Desenvolver a análise crítica sobre edificações e ambientes urbanos e rurais existentes, baseada na teoria e história das cidades, mas, ao mesmo tempo, sem deixar de preparar o profissional para o planejamento urbano, metropolitano e regional, principalmente de cidades pequenas e médias, atuando em estreita articulação com a sociedade local;
- III. Ampliar a formação do arquiteto e urbanista para atuar com culturas, populações e comunidades até então negligenciadas, tanto pela academia como pela profissão, como comunidades indígenas e quilombolas, presentes no contexto em que o curso está inserido;
- IV. Promover a identificação, a valorização e a preservação da arquitetura, da cidade e da paisagem como patrimônio histórico, artístico e cultural, ampliando a noção de patrimônio para além da materialidade e de sua produção formal;

- V. Favorecer um processo de ensino-aprendizagem que estimule a autonomia, a criatividade, o espírito empreendedor e o pensamento crítico dos discentes, compreendendo que a produção arquitetônica é, ao mesmo tempo, produzida e produtora de processos urbanos;
- VI. Apoiar o desenvolvimento sistemático de pesquisas relevantes para a sociedade de forma integrada às atividades de ensino e extensão;
- VII. Dar condições ao discente de se tornar, além de um profissional com boa formação técnica, um cidadão com pleno conhecimento da realidade e das medidas a serem adotadas na promoção do bem-estar de nossa sociedade;
- VIII. Promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como princípios pedagógicos norteadores do Curso de Arquitetura e Urbanismo, promovendo sua integração com os demais cursos do IFPB Campus Catolé do Rocha, cursos superiores na região de Catolé do Rocha e do Semiárido Nordestino, além dos setores produtivos locais, instituições do poder público e da sociedade civil.

Tais objetivos estão alinhados com o perfil do egresso proposto para o curso, com o itinerário formativo representado em sua respectiva matriz curricular, com as competências exigidas na normatização educacional e com o contexto educacional local e regional, referido no tópico específico deste PPC.

2.8. Perfil Profissional do Egresso

Considerando que a Resolução nº 2/CNE/CES/2010 estabelece no art. 4º os atributos do perfil do egresso do curso de Arquitetura e Urbanismo, a seguir são listados os elementos constituintes que o futuro egresso do curso de Arquitetura e Urbanismo tenha como perfil:

- I. Sólida formação de profissional generalista;
- II. Aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo;
- III. Conservação e valorização do patrimônio construído;

IV. Proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis.

O perfil do egresso considera conhecimentos multidisciplinares e vivências das disciplinas, dos exercícios projetivos, dos estudos de caso, dos estágios, das atividades de pesquisa e extensão, entre outros. O profissional formado deve ser capaz de pesquisar, planejar, coordenar, controlar e avaliar as funções inerentes à sua área de atuação profissional, podendo desenvolver suas atribuições profissionais nas seguintes áreas de atuação:

I - obra civil, integrando a concepção e a execução do projeto, a partir do conhecimento dos processos, materiais e técnicas construtivas e gerenciais relacionadas à construção de novas obras, ao assessoramento técnico à autoprodução arquitetônica, às reformas em ambientes existentes e à intervenção em edificações de interesse histórico, artístico e cultural;

II - planejamento local e regional, destacando-se a instrumentação e sensibilização crítica para a participação em equipes multidisciplinares voltadas à elaboração de políticas públicas e diretrizes urbanas para o desenvolvimento de pequenas e médias cidades, considerando-se a identificação e a preservação da paisagem cultural e natural, assim como o incentivo ao envolvimento das comunidades locais no processo de gestão urbana;

III - preservação e intervenção no patrimônio construído por meio de uma formação teórica, crítica, técnica, e prática, permitindo tanto a intervenção efêmera ou permanente quanto a participação nas instâncias de tomada de decisão acerca do patrimônio histórico, artístico e cultural.

2.9. Estrutura Curricular

A organização adotada pelo IFPB para os cursos de graduação é semestral e de matrícula por disciplinas. O cômputo da carga horária total dos cursos de graduação é mensurado em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. A hora-aula adotada no IFPB é de 50 (cinquenta) minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2 (Brasil, 2019a).

A estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismos do IFPB Campus Catolé do Rocha, constante no PPC, na sua implementação contempla a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica e a compatibilidade de carga horária total. O currículo previsto, distribuído ao longo de 10 períodos letivos, constitui a carga horária total de 3997 horas, sendo a integralização máxima de até 15 períodos letivos.

A construção da estrutura curricular do curso teve como objetivo formar arquitetos e urbanistas com caráter generalista, aptos a atender demandas da sociedade, trazendo para o processo formativo aspectos relevantes da prática profissional; promover a articulação permanente entre os componentes curriculares e propor o desenvolvimento de ações integradas, que viabilizem a formação de profissionais por meio de mecanismos inovadores, tais como: capacitações e reuniões de planejamento acadêmico dos docentes, visando a coordenação e sincronização de atividades, programas e atividades pedagógicas; discussão regular coletiva sobre os problemas do curso, com a participação dos segmentos que compõem a comunidade escolar e, quando pertinente, convidados externos - tais como profissionais, entidades de classe, instituições e representações da comunidade em geral.

2.9.1. Matriz Curricular

A Matriz Curricular está organizada em regime semestral, ao longo de 10 semestres, nos quais estão distribuídos os componentes curriculares dos Núcleos de Conhecimentos de Fundamentação, de Formação Profissional e de Formação Específica; Projeto de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme Resolução AR nº 28 (IFPB, 2022b) - aqui denominados Trabalho Final de Graduação I e II; 83h de disciplinas optativas. Todos os componentes curriculares são desenvolvidos na modalidade presencial. O curso ainda possui requisito de 100 horas de Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares (AACC), de acordo com a Resolução no 18 (IFPB, 2023b), além de 150h do Estágio Supervisionado Curricular, conforme a Resolução nº 61 (IFPB, 2019b).

Cumprir destacar que, a exemplo de outros cursos de Arquitetura e Urbanismo, a carga horária das disciplinas está concentrada, em sua maior parte, até o 8º período do curso, tendo em vista que o último ano é dedicado à integração do aluno ao mundo do trabalho, por meio dos estágios e demais atividades do gênero. Além disso, considera-se que o Trabalho Final de Graduação deve consistir na elaboração de planos e/ou projetos que representam a síntese das competências e habilidades desenvolvidas ao longo das demais disciplinas do curso.

<u>PRIMEIRO PERÍODO</u>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Estética e história das artes	67	12	-
Laboratório de prática textual e científica	67	17	-
Introdução a arquitetura e urbanismo	67	25	-
Oficina de desenho e plástica I	33	20	-
Expressão gráfica I	67	40	-
Estudos socioambientais	67	12	-
Matemática aplicada à AU	67	0	-
TOTAL	435	126	-

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>SEGUNDO PERÍODO</u>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Teoria, crítica e história da AU I	67	12	-
Sociologia dos espaços urbanos e rurais	50	5	-
Projeto de arquitetura I	84	16	34
Oficina de desenho e plástica II	67	40	-
Expressão gráfica II	84	16	34
Topografia aplicada à AU	33	10	-
Estabilidade e mecânica das estruturas	50	10	-
TOTAL	435	109	68

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>TERCEIRO PERÍODO</u>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Teoria, crítica e história da AU II	50	0	-
Urbanismo I	67	30	-
Projeto de arquitetura II	84	50	-
Expressão gráfica III	67	40	-
Conforto do ambiente construído I	33	10	-
Introdução aos sistemas estruturais	67	15	-
Materiais de construção I	50	10	-
TOTAL	418	155	-

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>QUARTO PERÍODO</u>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Teoria, crítica e história da AU III	50	0	-
Urbanismo II	84	33	17
Projeto de arquitetura III	84	33	17
Expressão gráfica IV	67	40	-
Conforto do ambiente construído II	50	12	-
Sistemas estruturais I	50	10	-
Materiais de construção II	50	10	-
TOTAL	435	138	34

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>QUINTO PERÍODO</u>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Teoria, crítica e história da AU IV	67	0	17
Urbanismo III	84	60	-
Projeto de arquitetura IV	84	60	-
Geotecnologias aplicadas	67	40	-
Conforto do ambiente construído III	50	12	-
Sistemas estruturais II	50	10	-
Tecnologia de construção I	50	10	-
TOTAL	452	192	17

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>SEXTO PERÍODO</u>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Paisagismo I	67	40	-
Planejamento urbano e territorial I	100	43	17
Projeto de arquitetura V	84	43	17
Conforto do ambiente construído IV	50	12	-
Infraestrutura urbana e predial I	67	20	-
Tecnologia de construção II	50	10	-
TOTAL	418	168	34

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<i>SÉTIMO PERÍODO</i>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Paisagismo II	84	50	-
Planejamento urbano e territorial I	100	60	-
Projeto de arquitetura VI	84	60	-
Práticas Curriculares de Extensão I	84	0	84
Infraestrutura urbana e predial II	67	20	-
TOTAL	419	190	84

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<i>OITAVO PERÍODO</i>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Patrimônio: usos do passado	50	10	-
Urbanismo IV	84	60	-
Projeto de arquitetura VII	84	60	-
Práticas Curriculares de Extensão II	134	0	134
Planejamento e orçamento de obras	33	10	-
Técnicas retrospectivas e vernaculares	50	10	-
TOTAL	435	150	134

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<i>NONO PERÍODO</i>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Ética e prática profissional	33	0	17
Trabalho Final de Graduação I	17	0	-
Projeto de interiores e detalhamento	84	60	-
Gerenciamento de projetos e obras	33	10	17
Optativa I	33	*	-
TOTAL	200	70	34

CH = Carga horária total | CH PR = Carga horária prática | MOD = Modalidade

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<i>DÉCIMO PERÍODO</i>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Trabalho Final de Graduação II	50	0	0
Optativa II	50	*	-
TOTAL	100	0	0

CH = Carga horária total

CH PR = Carga horária prática

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<i>QUADRO RESUMO</i>		
Componentes Curriculares	Carga Horária	Percentual
Curricularização da Extensão	405	10,13%
Componentes Curriculares Optativos	83	2,08%
Atividades Complementares	100	2,50%
Estágio Curricular Supervisionado	150	3,75%
Trabalho de Conclusão de Curso	67	1,68%
Demais carga horária teórico-prática	3192	79,86%
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3997	100%

<i>DISCIPLINAS OPTATIVAS</i>			
Unidade Curricular	CH	CH PR	CH CE
Gestão e Segurança do Trabalho	33	0	-
Cálculo Diferencial e Integral	50	0	-
Cálculo Vetorial e Geometria Analítica	50	0	-
Ecologia Urbana	33	0	-
Libras	50	25	-
Espanhol Instrumental I	50	25	-
Inglês Instrumental I	50	25	-
Tópicos Especiais em Arquitetura e Urbanismo I	33	0	-
Tópicos Especiais em Arquitetura e Urbanismo II	50	0	-
Tópicos Especiais em Arquitetura e Urbanismo III	50	0	-

<i>RELAÇÃO DE DISCIPLINAS E SEUS PRÉ-REQUISITOS</i>	
Unidade Curricular	Pré-requisitos
Estética e história das artes	-
Laboratório de prática textual e científica	-
Introdução a arquitetura e urbanismo	-
Oficina de desenho e plástica I	-
Expressão gráfica I	-
Estudos socioambientais	-
Matemática aplicada à AU	-
Teoria, crítica e história da AU I	Estética e história das artes / Laboratório de prática textual e científica
Sociologia dos espaços urbanos e rurais	Laboratório de prática textual e científica
Projeto de arquitetura I	Estudos socioambientais / Introdução à arquitetura e urbanismo / Oficina de desenho e plástica I
Oficina de desenho e plástica II	Oficina de desenho e plástica I
Expressão gráfica II	Expressão gráfica I / Oficina de desenho e plástica I
Topografia aplicada à AU	Matemática aplicada à AU
Estabilidade e mecânica das estruturas	Matemática aplicada à AU
Teoria, crítica e história da AU II	Estudos socioambientais / Sociologia dos espaços urbanos e rurais
Urbanismo I	Estudos socioambientais / Sociologia dos espaços urbanos e rurais
Projeto de arquitetura II	Projeto de arquitetura I / Sociologia dos espaços urbanos e rurais / Oficina de desenho e plástica II / Expressão gráfica II
Expressão gráfica III	Expressão gráfica II
Conforto do ambiente construído I	Expressão gráfica II
Introdução aos sistemas estruturais	Estabilidade e mecânica das estruturas
Materiais de construção I	Matemática aplicada à AU
Teoria, crítica e história da AU III	Estética e história das artes / Laboratório de prática textual e científica
Urbanismo II	Urbanismo I
Projeto de arquitetura III	Projeto de arquitetura II / Topografia aplicada à AU / Expressão Gráfica III / Introdução aos sistemas estruturais / Conforto do ambiente construído I
Expressão gráfica IV	Expressão gráfica II
Conforto do ambiente construído II	Matemática aplicada à AU
Sistemas estruturais I	Introdução aos sistemas estruturais / Materiais de construção I
Materiais de construção II	Materiais de construção I
Teoria, crítica e história da AU IV	Teoria, crítica e história da AU I, II e III
Urbanismo III	Urbanismo II

Projeto de arquitetura IV	Projeto de arquitetura III / Sistemas estruturais I / Urbanismo I
Geotecnologias aplicadas	Topografia aplicada à AU / Urbanismo I
Conforto do ambiente construído III	Conforto do ambiente construído II
Sistemas estruturais II	Introdução aos sistemas estruturais / Materiais de construção II
Tecnologia de construção I	Materiais de construção I e II
Paisagismo I	Estudos socioambientais / Sociologia dos espaços urbanos e rurais / Geotecnologias aplicadas / Topografia aplicada à AU
Planejamento urbano e territorial I	Urbanismo III
Projeto de arquitetura V	Projeto de arquitetura IV / Conforto do ambiente construído II e III / Expressão gráfica IV
Conforto do ambiente construído IV	Matemática aplicada à arquitetura / Materiais de construção I e II / Urbanismo I
Infraestrutura urbana e predial I	Sistemas estruturais II / Projeto de arquitetura II / Urbanismo I
Tecnologia de construção II	Tecnologia de construção I
Paisagismo II	Estudos socioambientais / Expressão gráfica III
Planejamento urbano e territorial I	Planejamento urbano e territorial I / Geotecnologias aplicadas
Projeto de arquitetura VI	Projeto de arquitetura V / Conforto do ambiente construído IV / Sistemas estruturais II / Infraestrutura urbana e predial I / Tecnologia das construções I e II / Planejamento urbano e territorial I
Práticas Curriculares de Extensão I	Projeto de arquitetura V / Planejamento urbano e territorial I
Infraestrutura urbana e predial II	Sistemas estruturais II / Projeto de arquitetura II / Urbanismo I
Patrimônio: usos do passado	Teoria, crítica e história da AU IV
Urbanismo IV	Urbanismo III / Planejamento urbano e territorial I
Projeto de arquitetura VII	Projeto de arquitetura VI / Teoria, crítica e história da AU IV
Práticas Curriculares de Extensão II	Práticas Curriculares de Extensão I
Planejamento e orçamento de obras	Tecnologia de construção I e II
Técnicas retrospectivas e vernaculares	Teoria, crítica e história da AU IV / Tecnologia de construção I e II
Ética e prática profissional	-
Trabalho Final de Graduação I	Todas as disciplinas até o 8º período
Projeto de interiores e detalhamento	Projeto de arquitetura IV / Infraestrutura urbana e predial II / Conforto no ambiente construído I ao IV / Expressão gráfica III e IV.
Gerenciamento de projetos e obras	Planejamento e orçamento de obras
Trabalho Final de Graduação II	Trabalho Final de Graduação I

2.10. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares do curso, constantes no PPC, apresentam-se organizados por componentes curriculares, complementados e fortalecidos pelas práticas extensionistas e profissionais, Atividades Complementares, Estágio Obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Em conformidade com as DCNs do Curso de Arquitetura e Urbanismo, instituída pela Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 e alterada pela Resolução CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021, os conteúdos curriculares estão distribuídos em dois núcleos e um Trabalho de Curso, recomendando-se sua interpenetrabilidade, a saber:

- I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação;
- II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais;
- III - Trabalho de Curso.

O Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação, atende ao embasamento teórico necessário ao aprendizado, sendo constituído pelos eixos Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho; Desenho Universal e Meios de Representação e Expressão (Resolução CNE/CES nº 2/2010). Cada eixo está contemplado pelas disciplinas elencadas no quadro a seguir:

Núcleo Conhecimentos de Fundamentação		
Conteúdos curriculares	Disciplinas na Matriz Curricular	Competências e Habilidades relacionadas
Estética e História das Artes	Estética e história das artes	O conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo.
Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais	Estudos socioambientais / Sociologia dos espaços urbanos e rurais	<ul style="list-style-type: none">• O conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;• A compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com

		vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável.
Desenho e Meios de Representação e Expressão	Oficina de desenho e plástica I / Expressão gráfica I / Oficina de desenho e plástica II / Expressão gráfica II	As habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais.
Desenho Universal	Conforto do ambiente construído I	O conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;
Outras áreas de fundamentação	Laboratório de prática textual e científica / Matemática aplicada à arquitetura e urbanismo	-

As disciplinas constantes no item “Outras áreas de fundamentação” contemplam conteúdos curriculares não previstos nas DCNs, mas considerados fundamentais para garantir o embasamento dos alunos para as disciplinas do Núcleo de Conhecimentos Profissionais. Mais especificamente, elas atendem à necessidade de reforço às competências curriculares da educação básica dos alunos ingressantes, mais especificamente em língua portuguesa - aqui aplicada à prática científica - e em matemática. Dessa forma, visa-se sanar possíveis defasagens na trajetória escolar dos estudantes, promovendo o maior nivelamento da turma e qualificando sua experiência formativa na educação de nível superior. Ressalta-se que os exercícios propostos nessas disciplinas deverão ter aplicação diretamente ao campo da arquitetura e urbanismo.

Núcleo de Conhecimentos Profissionais		
Conteúdos curriculares	Disciplinas na Matriz Curricular	Competências e Habilidades relacionadas
Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo	Teoria, Crítica e História da Arquitetura e do Urbanismo I, II, III e IV; Patrimônio: usos do passado	<ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído; • Os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo,

		<p>considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional.
Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo	Introdução à Arquitetura e urbanismo; Projeto de Arquitetura I, II, III, IV, V, VI e VII; Urbanismo II, III e IV; Paisagismo I e Paisagismo II; Práticas Curriculares de Extensão I e II, Projeto de Interiores e Detalhamento	<ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído; • As habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários.
Planejamento Urbano e Regional	Planejamento Urbano e Territorial I e II	<ul style="list-style-type: none"> • O domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional; • A compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
Tecnologia da Construção	Materiais de Construção I e II, Tecnologia de Construção I e II; Infraestrutura Urbana e Predial I e II; Planejamento e Orçamento de Obras; Gerenciamento de projetos e obras	<ul style="list-style-type: none"> • Os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana; • O domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de

		estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional.
Sistemas Estruturais	Estabilidade e Mecânica das Estruturas; Introdução aos Sistemas Estruturais; Sistemas Estruturais I e II.	A compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações.
Conforto Ambiental	Conforto no Ambiente Construído II, III e IV	<ul style="list-style-type: none"> • O entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas; • A compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável.
Técnicas Retrospectivas	Técnicas Retrospectivas e Vernaculares	As práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades.
Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	Expressão Gráfica III e IV; Geotecnologias Aplicadas	<ul style="list-style-type: none"> • As habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais; • O conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional.
Topografia	Topografia Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	A habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.
*Outras áreas de Conhecimentos Profissionais	Ética e prática profissional	-

Já o Núcleo de Conhecimentos Profissionais, composto pelos campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso, está distribuídos em nove eixos: Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e

de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia (Resolução CNE/CES nº 2/2010). Cada eixo está contemplado pelas disciplinas elencadas no quadro acima.

O **Trabalho de Curso** será desenvolvido no último ano, por meio de duas disciplinas - Trabalho Final de Graduação I e II, situadas, respectivamente, no 9º e 10º semestres. Em conformidade com a DCN vigente (Brasil, 2010), o trabalho será supervisionado por um docente e envolverá todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica no campo específico da arquitetura e urbanismo.

Para dar coerência a cada semestre letivo, além de incentivar a inovação didática, voltada às metodologias ativas, com caráter transdisciplinar, foram estabelecidos temas integradores anuais, os quais nortearão as atividades pedagógicas no âmbito das disciplinas de cada semestre letivo. Ressalta-se que as práticas pedagógicas devem partir de problematizações do real, estando fortemente vinculadas às questões concretas do território, preferencialmente observadas em uma área de estudo delimitada coletivamente, durante oficinas de planejamento didático-pedagógico.

Nesse sentido, o primeiro ano do Curso terá como tema central a **ecologia**, visando o reconhecimento do lugar - em princípio, o Sertão Paraibano - à luz do paradigma socioambiental contemporâneo; o segundo ano volta-se para o tema da **habitação**, compreendida de maneira ampla, contemplando os aspectos de integração à trama urbana, às redes de serviços de infraestrutura e equipamentos sociais que qualificam o habitar contemporâneo. O terceiro ano tomará como tema gerador a **cidade sustentável**, sendo marcado pela ampliação na escala dos recortes territoriais alvo de reflexão, pesquisa e proposição, avançando no âmbito do planejamento urbano e ambiental, em nível municipal, e nas ferramentas técnicas e conhecimentos tecnológicos que lhes são suporte; o quarto ano traz como temática o **território resiliente**, sendo marcado pelo planejamento em escala regional e pela reflexão sobre o patrimônio cultural, bem como pelo amadurecimento em processos de desenho participativo, atuando junto à comunidade para atendimento de demandas reais, na forma de extensão curricularizada. O quinto ano, dedicado à **atuação profissional** volta-se para a inserção e integração do aluno no mundo do trabalho, sendo marcado pelo Estágio Obrigatório Supervisionado e atividades relacionadas ao Trabalho Final de Graduação.

Tomando como base as DCN para os cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Brasil, 2010), a matriz curricular do curso foi formulada para desenvolver as seguintes habilidades e competências, tais como referidas na tabela anterior:

I - o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;

II - a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;

III - as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;

IV - o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;

V - os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;

VI - o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;

VII - os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;

VIII - a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;

IX - o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;

X - as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação,

conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;

XI - as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;

XII - o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;

XIII - a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.

Ao partir da intenção de formar cidadãos críticos, reflexivos e participativos na sociedade na qual estão inseridos, o curso visa desenvolver no egresso: o conhecimento crítico-propositivo sobre a realidade contemporânea brasileira, sobretudo em contextos não metropolitanos; a capacidade de concepção e execução de políticas públicas no âmbito da Arquitetura e Urbanismo; a capacidade de interlocução com a sociedade através de instrumentos e processos participativos de projeto e planejamento do território; a capacidade de desenvolver a aptidão específica para a pesquisa e a extensão universitárias.

Por fim, ressalta-se a inserção de conteúdos relacionados a metodologia BIM, alinhadas às exigências do Decreto Federal no 10.306, de 2 de fevereiro de 2020, que trata da Estratégia Nacional de Disseminação BIM, Lei no 14.133, de 1 de abril de 2021, que dispõe da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e adota, preferencialmente, o BIM para obras e serviços de engenharia e arquitetura, e da própria indústria da construção, como conteúdo específico da disciplina Expressão Gráfica IV.

2.10.1. Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica

A estrutura curricular constante no PPC do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha busca garantir os princípios de autonomia institucional, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica e a compatibilidade de carga horária total. A flexibilidade curricular no Curso é uma estratégia importante para tornar o

aprendizado mais significativo frente à diversidade, exigências, demandas e expectativas de desenvolvimento regional e nacional. Está presente no curso por meio da oferta de componentes curriculares optativos de livre escolha pelo discente, dentro de um rol previamente estabelecido pela PPC; previsão de Atividades Complementares, que são desenvolvidas na área de interesse do discente; metodologias ativas, que favorecem o aproveitamento de todas as possibilidades e cenários de aprendizado possíveis; estratégias de acessibilidade metodológica; gestão da matriz curricular pelo órgão Colegiado do Curso e pelo NDE, que são os fóruns privilegiados de concepção e implantação da flexibilização; incentivo à participação discente em projetos de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Dessa forma, os conteúdos dos componentes curriculares não são a essência do curso, mas referência para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos discentes um sólido e crítico processo de formação, voltado ao contexto socioeconômico, ambiental e do mundo do trabalho.

A estrutura curricular do curso foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, permitindo a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes, o que é reforçado pelos temas integradores anuais. Foram incluídos, além dos componentes curriculares específicos da área do curso, componentes curriculares de áreas afins e que podem contribuir para a compreensão da área do curso em sua integralidade.

A organização dos componentes curriculares na matriz numa perspectiva interdisciplinar garantiu a integração horizontal e vertical dos conteúdos; considerou a necessária profundidade e complexidade crescente dos conteúdos, e a interação dos conhecimentos com as outras áreas ou unidades de ensino, incluindo temáticas transversais e de formação ética e cidadã, tais como: educação ambiental, direitos humanos, étnico-raciais e indígenas e aspectos sociais ou de responsabilidade social, éticos, econômicos e culturais. Assim, somente se justifica o desenvolvimento de um dado conteúdo quando este contribui diretamente para o desenvolvimento de uma competência profissional.

Portanto, os componentes curriculares foram organizados ao longo dos semestres considerando os seus aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais.

Considerando a Acessibilidade Metodológica como o meio de viabilizar uma formação com ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, bem como das demais atividades acadêmicas dos discentes, o IFPB possui implantados em todas as unidades de ensino a Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), setor formado

por pedagogo, psicopedagogo, intérpretes de Libras, cuidadores e outros colaboradores (docentes, discentes e outros profissionais) com a incumbência de identificar, acolher, atender e acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas, respeitando sua singularidade.

Em parceria com a CLAI, no Campus Catolé do Rocha, a Coordenação Pedagógica (COPED) e a Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST) desenvolvem ações de articulação, acompanhamento e assessoria, juntamente com as Coordenações de Cursos e com a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) para dar o apoio necessário aos professores para o planejamento e execução de uma proposta pedagógica e metodológica acessível a todos os estudantes.

2.10.2. LIBRAS

O curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo oferta a disciplina de Libras como componente curricular optativo, de forma contínua, todo semestre letivo, seguindo o Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005a). De acordo com a Instrução Normativa nº 02 da PRE (IFPB, 2016b), a elaboração e apresentação do plano de disciplina de Libras a ser ofertado pelos cursos de graduação da Instituição, seja obrigatória ou optativa, deve garantir, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidade necessárias à docência.

2.10.3. Curricularização da Extensão

No IFPB, a curricularização da extensão, regida pela Resolução nº 34 (IFPB, 2022a), abrange a inclusão da extensão, obrigatoriamente, no currículo de cursos superiores de graduação a partir do desenvolvimento de ações extensionistas, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social. As seguintes diretrizes estruturam as ações de extensão (IFPB, 2022a) no IFPB:

I. Interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio de compartilhamento de conhecimentos, da participação democrática e contato com questões do contexto social;

II. Formação cidadã do estudante;

III. Produção de mudanças na própria instituição e nos demais setores da sociedade;

IV. Articulação entre ensino/extensão/pesquisa.

Na proposta do presente curso, a curricularização da extensão será realizada por meio de diferentes tipos de atividades, previstas na mesma resolução (IFPB, 2022a), mas principalmente mediante eventos - que poderão incluir cursos e oficinas - e pela prestação de serviços. Em sua maioria, a curricularização será efetivada por meio Componentes Curriculares não Específicos de Extensão (CCNEE), destacando-se apenas dois Componentes Curriculares Específicos de Extensão (CCEE).

As atividades de curricularização propostas iniciam-se no 2º semestre do Curso, tomando a forma de prestação de serviço, voltado ao cadastramento de imóvel urbano ou rural, aplicando as ferramentas e técnicas aprendidas em **Expressão Gráfica II** e **Projeto de Arquitetura I** - as quais se configuram como CCNEE. Dessa forma, objetiva-se atender uma demanda social e/ou cultural local. Já no 4º e 6º semestres, está prevista a organização de ciclos de debates públicos, intitulados “Conversas Rurbanas”, que contribuem para a compreensão dos processos participativos no âmbito da arquitetura e urbanismo, oferecendo uma contribuição à mobilização e à reflexão coletiva sobre as questões referentes aos espaços públicos e ao planejamento municipal. As disciplinas envolvidas configuram-se, igualmente, como Componentes Curriculares não Específicos de Extensão (CCNEE).

Estes eventos estarão integrados, no 4º semestre, às disciplinas de **Urbanismo II** e **Projeto de Arquitetura III** - voltadas à requalificação de espaços públicos e elaboração de projetos de equipamentos comunitários; e, no 6º semestre, às disciplinas de **Planejamento Urbano e Territorial I** e **Projeto de Arquitetura V**, os quais tratarão de temas como Planos Diretores Municipais e habitação social. No 5º Semestre, propõe-se a realização - no âmbito da disciplinas de **Teoria, Crítica e História da Arquitetura e Urbanismo III** - do Seminário de Cultura e Realidade Contemporânea, visando promover o diálogo entre a arquitetura e outros campos do conhecimento - Artes e Linguagens, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Tecnologia e/ou Ciências da Natureza -, considerados relevantes para a compreensão do mundo contemporâneo e sua complexidade.

Nos 7º e 8º semestres, que compreendem o 4º ano de integralização do curso, situa-se o momento de aprofundamento teórico e metodológico acerca da extensão - sempre articulada à pesquisa - por meio Componentes Curriculares Específicos de Extensão: **Práticas Curriculares de Extensão I e II**. Integralmente voltadas à extensão, as disciplinas preveem a estruturação de um projeto de extensão voltado, em princípio, à prestação de serviço à

comunidade, ampliando a compreensão dos estudantes acerca dos métodos e técnicas de projeto e/ou planejamento participativo, conforme a demanda identificada.

Já no 9º e 10º períodos, com foco na atuação profissional, propõe-se como curricularização, a organização de um Fórum Profissional, voltado para a articulação dos profissionais da área na região e suas entidades representativas - como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e o Instituto de Arquitetos do Brasil, a ser realizado no âmbito da disciplina de **Ética e prática profissional**; e a realização da Mostra de Trabalhos, voltado à divulgação das produções técnico científicas desenvolvidas pelos estudantes, como culminância da disciplina **Trabalho Final de Graduação II**.

Com essa última atividade extensionista, busca-se dar visibilidade não apenas ao curso e aos futuros profissionais egressos da instituição - facilitando sua apresentação e ingresso no mercado de trabalho -, mas também divulgar possibilidades concretas de aplicação dos conhecimentos profissionais no reconhecimento da realidade local e suas demandas específicas; na valorização de seus potenciais e na transformação/qualificação dessa realidade, por meio da boa prática de Arquitetura e do Urbanismo.

A carga horária total contabilizada por essas atividades de extensão perfazem um total de 405 horas-aula, a qual atende à carga horária mínima exigida para extensão, que deverá corresponder a 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular do curso - a qual está fixada em 3997 horas aulas. As definições de carga horária podem ser observadas tanto na matriz curricular, bem como no ementário deste documento.

As atividades de extensão estão detalhadas no plano de disciplina dos respectivos componentes curriculares, e devem contar com a participação de servidores, discentes, parceiros sociais e comunidade externa (IFPB, 2022a). No mais, disposições aqui não tratadas sobre a curricularização da extensão seguem as diretrizes da Resolução nº 34 (IFPB, 2022a), da política de extensão do IFPB e dos demais dispositivos normativos, tal como a Resolução nº 7 (BRASIL, 2018a), que estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior brasileira.

2.10.4. Educação das Relações Étnico-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais e Culturais estão alinhadas com a Resolução CNE/CP nº 01 (Brasil, 2004a) e, intrinsecamente, vinculadas à Política em Direitos Humanos, consolidada através do PNEDH (Brasil, 2007).

O PNEDH enfatiza a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 1948, no comportamento social, na produção de instrumentos, nos mecanismos internacionais de direitos humanos e na construção de uma base para os sistemas globais e regionais de proteção dos direitos humanos (ONU, 1948). Entretanto, há um descompasso entre os avanços no plano jurídico- institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos.

A realidade ainda registra violações de direitos humanos, civis e políticos, bem como na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais em todo o mundo: recrudescimento da violência, degradação da biosfera, generalização de conflitos, crescimento da intolerância étnico- racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, etc.

O PNEDH identifica, dentre outros fenômenos observáveis no mundo, o incremento da sensibilidade e da consciência popular sobre os assuntos globais; um padrão mínimo de comportamento dos Estados com mecanismos de monitoramento, pressão e sanção; o empoderamento em benefício de categorias historicamente vulneráveis; e a reorganização da sociedade civil transnacional, com redes de ativistas e ações coletivas de defesa dos direitos humanos junto aos Estados e setores responsáveis pelas violações de direitos (Brasil, 2007).

Nesta perspectiva, a Educação deve incorporar os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, cujo processo de construção requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, com a condição de sujeito de direitos, capaz de exercitar o controle democrático das ações do Estado (Brasil, 2007).

Destarte, o PNEDH (Brasil, 2007) define a educação em direitos humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as dimensões e conhecimentos historicamente construídos; valores, atitudes e práticas sociais em direitos humanos; consciência cidadã (democrática, ativa e planetária); processos metodológicos de construção coletiva; e práticas individuais e sociais em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

A Resolução nº 138 (IFPB, 2015e) que dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do IFPB explicita que o objetivo de tal política é promover a valorização da diversidade étnico-racial e o combate ao racismo e à discriminação

na instituição ao estabelecer os princípios, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades para a implementação da política no IFPB.

O desenvolvimento da temática Educação das Relações Étnico-Raciais será continuamente reforçada na formação dos arquitetos e urbanistas pelo Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela Resolução nº 61 (IFPB, 2023e), que tem dentre seus objetivos: propor e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais no âmbito da instituição e em suas relações com a sociedade, para o conhecimento e a valorização histórico e cultural das populações afrodescendentes e indígenas, promovendo a cultura da educação para a convivência, compreensão e respeito da diversidade.

No Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB Campus Catolé do Rocha, o atendimento às legislações vigentes sobre as Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais e Culturais é considerado em sua matriz curricular de forma transversal nos componentes curriculares. Todavia, é apresentado de forma evidente nos conteúdos programáticos dos componentes curriculares Sociologia dos Espaços Urbanos e Rurais, Ética e Prática Profissional, Urbanismo I e IV, Planejamento Urbano e Territorial I, Práticas Curriculares de Extensão I e II, bem como nas disciplinas da área de Teoria e História - Patrimônio cultural e usos do passado: arquitetura, memória e sociedade.

2.10.5. Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

A Resolução nº 138 (IFPB, 2015e) que dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do IFPB, em seu Artigo 1º estabelece:

A Política de Educação das Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes que conduzem a uma educação pluricultural e pluriétnica, à cidadania e respeito aos direitos humanos, deve ser operacionalizada por meio de Programas que assegurem ações culturais e educativas, valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial, formação ética, cidadã e justiça social em consonância com a legislação específica vigente - as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, as DCN da Educação para as Relações Étnico-raciais (Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004), a lei nº 12.711/2012, o Estatuto Racial - Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010.

Para além de um condicionamento legal, o reconhecimento da contribuição fundamental da cultura afro-brasileira, africana e dos povos originários para a formação da identidade

sociológica e cultural que está em gestação no Brasil há mais de cinco séculos, é um princípio de honestidade intelectual e compromisso acadêmico com a fidelidade à factualidade interpretativa e à referência plural dos contextos que sempre se fazem consistir.

Conclui-se, pois, que a transversalidade deve ser o principal instrumento metodológico por meio do qual a história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos originários se fará presente na matriz curricular do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha, devendo estar constantemente presente nas discussões de Projeto Arquitetônico, Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional. Por meio de um componente curricular mais específico como Sociologia dos Espaços Urbanos e Rurais ou nos que explorem abordagens que busquem ressaltar as referências estéticas, arquitetônicas ou estruturais legadas pelas etnias que compõem a história e o caldo cultural que caracteriza a sociedade brasileira - como Estética e História das Artes, História, Teoria e Crítica da Arquitetura I, II, III e IV, Técnicas Retrospectivas e Vernaculares e Patrimônio: usos do passado - esse curso, certamente, estará comprometido com uma política educacional que reconhece a diversidade étnico-cultural e a transformação de comportamentos caducos, estimulando o respeito e a tolerância ao outro e combatendo o preconceito e o racismo tão recorrente em nossa história e em nosso cotidiano.

Em acordo com a Resolução nº 61 (IFPB, 2023e), o NEABI do *Campus* Catolé do Rocha será um importante instrumento para garantir que ao longo dos períodos do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, os acadêmicos se apropriem, ao máximo dos elementos e contribuições históricas e culturais afro-brasileiras, africanas e dos povos originários.

2.10.6. Educação Ambiental

No que diz respeito às Políticas de Educação Ambiental, o IFPB contempla o cumprimento do Decreto nº 4.281 (Brasil, 2002a) que tem como objetivo trazer ética e respeito à preservação do meio ambiente em todos os níveis educativos e regulamenta a Lei nº 9.795 (Brasil, 1999), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Além disso, contempla ainda a Resolução CNE/CP nº 2 (Brasil, 2012b) que estabelece as DCN para a Educação Ambiental, definidas no PDI (IFPB, 2021a), como política de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a cultura da diversidade e direitos humanos, Educação Ambiental, manifestações artísticas, esportivas e culturais além da conservação da memória.

A institucionalização da Política de Educação Ambiental por meio da Resolução nº 132 (IFPB, 2015f) e da Nota Técnica nº 01/2016 - DES/PRE (IFPB, 2016c), tem como objetivo instruir os procedimentos de integração da Educação Ambiental às disciplinas ou componentes curriculares de modo transversal, contínuo e permanente. Esses documentos são norteadores da Política de Educação Ambiental, fazendo com que os princípios dessa política estejam presentes como componente ou conteúdo curricular nos cursos ofertados pelo IFPB, ora como componente curricular, ora como conteúdo interdisciplinar, contínuo e permanente. Além disso, a Instituição mantém ações permanentes de Educação Ambiental nos diversos *campi* articulado com a Semana do Meio Ambiente, projetos de pesquisa e extensão geridos pelas PROEXC e Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG) financiados através de editais, considerando os aspectos regionais.

No *Campus* Catolé do Rocha, entende-se que a Educação Ambiental deve sensibilizar docentes e discentes para a prática de ações transformadoras que contribuam na prevenção e enfrentamento dos riscos globais, apoiadas numa governança democrática mais intensa, que estimule a reflexividade e a cidadania ambiental. Aprender a prevenir e enfrentar as ameaças numa sociedade de risco implica na criação de espaços de interlocução para novas formas de participação política e vivência da vida democrática buscando fortalecer valores e ações que contribuam para a transformação humana no contexto socioambiental em prol do desenvolvimento sustentável, estimulando a formação de uma sociedade socialmente mais justa e ecologicamente equilibrada, conservando a relação de interdependência e diversidade, de acordo com o que determina o Art. 225 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Pautando-se nesses princípios, na área de Educação Ambiental, o *Campus* Catolé do Rocha realizou diversos projetos ao longo dos últimos anos, com esse cunho. No Curso de Arquitetura e Urbanismo, a Educação Ambiental emerge como diretriz central do curso, estando pautada nas temáticas integradoras de cada ano letivo. Além disso, seu conteúdo é abordado em diversas disciplinas, tais como Estudos Socioambientais, Estética e História das Artes, Introdução à Arquitetura e Urbanismo e Sociologia dos Espaços Urbanos e Rurais, no ciclo inicial.

A pauta continua presente nos conteúdos das disciplinas do eixo de Projeto de Arquitetura - desde o I ao VII -; de Urbanismo I ao IV, de Planejamento Urbano e Territorial I e II, assim como nas disciplinas de Paisagismo I e II e Desenho de Processos Participativos I e II. Está também amplamente presente em conteúdos específicos e objetivos das disciplinas de Conforto no Ambiente Construído II, III e IV - que tratam da eficiência energética nas

edificações e no conforto acústico (referente à poluição ambiental sonora). Nas disciplinas de materiais, tecnologia construtiva e infraestrutura urbana e predial, o tema também aparece integrado aos conteúdos, mas apresenta maior ênfase em Tecnologias Construtivas II e Técnicas retrospectivas e vernaculares. Destaca-se ainda a presença de uma disciplina optativa dedicada a Ecologia.

2.10.7. Educação em Direitos Humanos

Todo processo formativo visa ao desenvolvimento integral do sujeito humano. A garantia de uma formação de qualidade é um princípio que deve ser assegurado a todos como forma de emancipação e autonomia na construção dos itinerários profissionais que, uma vez consolidados, contribuirão para que sejam eleitos como meios eficazes para a independência e protagonismo de cada indivíduo.

Os eixos formativos que compõem o currículo do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha oferecem conteúdos programáticos nos quais são contemplados os dispositivos da Resolução nº 146 (IFPB, 2015g), que dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de Educação Superior e Educação Profissional Técnica de nível Médio oferecidos no âmbito do IFPB.

Componentes curriculares como Introdução à Arquitetura e ao Urbanismo, Estudos Socioambientais, Sociologia dos Espaços Urbanos e Rurais, Conforto no Ambiente Construído I - que contempla o Desenho Universal -, Estética e História das Artes e Ética e Prática Profissional resguardam, de modo especial, abordagens do tema. Adicionalmente, e de maneira mais prática, destaca-se também sua presença nos conteúdos curriculares de Projeto de Arquitetura - do I ao VII -; Urbanismo I, II e IV, Planejamento Urbano e Territorial I e II, Práticas Curriculares de Extensão I e II, Teoria, crítica e história da Arquitetura e Urbanismo, do I ao IV, Patrimônio cultural e usos do passado e Ética e Prática Profissional. Todas essas disciplinas objetivam o desenvolvimento da consciência cidadã de respeito aos direitos de cada homem e cada mulher que, em sua singularidade, gozam de liberdades individuais e coletivas para que, respeitadas as leis que regulam a vida em sociedade, definam seus modos e estratégias de ser e estar no mundo.

2.11. Metodologia

A prática pedagógica no Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, em conformidade com o PDI (IFPB, 2021a), é pautada pela interação, pelo diálogo e pela mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino busca ser significativo para os estudantes, priorizando metodologias ativas de aprendizagem, partindo do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes. De modo geral, busca-se um “aluno ativo e não passivo, envolvimento profundo e não burocrático, professor orientador e não transmissor” (MORÁN, 2015, p. 22).

Os procedimentos metodológicos do curso são definidos em consonância com os objetivos e o perfil profissional do egresso, e visam a estimular a curiosidade, percepção e criatividade do aluno na construção do saber. O curso é ofertado na modalidade presencial, com duração mínima de 5 anos, distribuído em 10 períodos. A sequência das disciplinas possibilita a interligação dos conteúdos e a interdisciplinaridade, além de contemplar práticas educativas com a participação ativa dos estudantes na construção do saber por meio de estratégias que garantam a organização de um aprendizado mais interativo e intimamente ligado com as situações reais (CAMARGO; DAROS, 2018).

As atividades das disciplinas, principalmente as diretamente relacionadas à área, baseiam-se em aulas expositivas dialogadas, práticas de laboratório e visitas técnicas. Essas atividades são desenvolvidas em ambientes diferenciados de acordo com a necessidade da disciplina e de seu conteúdo (sala de aula, laboratórios, em campo). De acordo com as especificidades, diversos métodos e técnicas de ensino são adotados como: aulas expositivas dialogadas, apresentação de seminários, práticas em laboratórios, visitas técnicas, pesquisas de campo, como também metodologias ativas, tais como desenvolvimento de projetos - Project Based Learning (PBL), sala de aula invertida, estudo de caso, Cultura Maker, construção/observação de situação-problema, diferentes perspectivas de um texto, debates, entre outros. As disciplinas técnicas promovem o conhecimento dos avanços tecnológicos inerentes à profissão.

Além disso, busca-se aproximar o discente com o mercado de trabalho, oportunizando visitas externas às feiras de exposições, congressos, fábricas e empresas da Paraíba e/ou nos estados circunvizinhos, enfatizando e externalizando para fora da sala de aula tradicional as

estratégias de aprendizagem. Palestras com profissionais que atuam nas áreas inerentes e correlatas ao curso são oferecidas com objetivo de apresentar ao aluno o ambiente e as situações reais do mercado de trabalho. Todas essas estratégias visam a garantir as competências e habilidades pretendidas ao profissional em Arquitetura e Urbanismo, de maneira a torná-lo um sujeito proativo e preparado para o mundo do trabalho.

2.12. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Obrigatório Supervisionado (EOS) consiste em uma experiência fundamental para que o estudante desenvolva sua maturidade intelectual e relacional exercitando sua atuação como futuro profissional da Arquitetura e Urbanismo frente aos desafios que caracterizam os diversos ambientes e cenários do mundo do trabalho. Trata-se de um tempo de profunda aprendizagem no qual as dimensões teórica e prática do conhecimento integram-se possibilitando o discernimento e a consolidação das convicções profissionais de um sujeito em formação.

O EOS do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha cumpre a legislação vigente, a saber: Lei nº 11.788 (Brasil, 2008b), que dispõe sobre o estágio de estudantes; Resolução CNE/CES nº 2 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (BRASIL, 2010) e a Resolução nº 61 (IFPB, 2019b), que dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do IFPB.

Além da legislação supracitada, o EOS atenderá às seguintes diretrizes:

- I. A carga horária mínima de estágio será de 150 horas aulas em atividades condizentes com o perfil do profissional de Arquitetura e Urbanismo, sob a supervisão de um profissional graduado em arquitetura, engenharia ou áreas afins (designado pela concedente). O estudante poderá convidar, ou a Coordenação do Curso indicar, um docente do Curso (da área de arquitetura e afins) para: orientar e acompanhar as atividades do estudante na experiência do estágio, através de encontros periódicos com o estudante e com o supervisor do estágio; orientar o estudante estagiário na elaboração do Relatório de Estágio Obrigatório Supervisionado e sua avaliação final. Todos os processos de acompanhamento do estágio deverão ser registrados pelo orientador no SUAP.

II. A carga horária de estágio não poderá ultrapassar 30 horas semanais e seis horas diárias, de segunda a sexta-feira e deve ser compatibilizada sem prejuízo para as atividades acadêmicas do curso.

III. Para cadastrar sua experiência de EOS o estudante deverá, necessariamente, ter integralizado 70% da carga horária do curso (componentes curriculares obrigatórios e optativos). Solicitar da Coordenação de Estágios do *Campus* a documentação necessária para o cadastro do EOS e, após o preenchimento e assinaturas de tais documentos pelas partes envolvidas no processo, a documentação deve ser entregue à Coordenação de Estágio para o devido registro no SUAP. A responsabilidade pelo correto preenchimento e entrega da documentação é do estudante.

IV. Ao finalizar o EOS, o estudante deverá entregar ao professor orientador o seu Relatório de Estágio Obrigatório Supervisionado (o modelo será disponibilizado pela Coordenação de Estágio do *Campus* quando do cadastro do EOS) para a aprovação pelo mesmo. O prazo máximo para essa entrega será de trinta dias, a contar a partir da data final do EOS informada no Termo de Compromisso de Estágio. A nota mínima para aprovação do referido relatório será 70 (setenta).

V. O estudante não poderá cadastrar o EOS após a integralização dos demais componentes curriculares do Curso. Caso não cumpra este dispositivo, haverá a necessidade de reingresso no curso (e conseqüente solicitação de aproveitamento de componentes) para o cumprimento da carga horária do EOS e a conseqüente conclusão do mesmo.

VI. A oferta de estágios poderá ser apresentada pela Coordenação de Estágios do *Campus* a partir da demanda ou prospecção junto às empresas conveniadas ou prospecção feita pelo próprio estudante e encaminhada à Coordenação de Estágio para a devida formalização do convênio.

Demandas atinentes à experiência de EOS do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB Campus Catolé do Rocha que possam não ser contempladas neste PPC ou em documentos reguladores vigentes, devem ser remetidas à decisão do Colegiado do Curso.

2.12.1. Estágios Não Obrigatórios Remunerados

A experiência de Estágio não Obrigatório Remunerado ou Voluntário deve seguir os trâmites formais para seu registro junto ao SUAP pela Coordenação de Estágio do Campus e estar de acordo com a Lei 11.788 - Lei Nacional do Estágio (Brasil, 2008b) e a Resolução nº 61 (IFPB, 2019b), que dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do IFPB.

A oferta de tais oportunidades pode ser divulgada pela referida coordenação a partir da demanda ou prospecção junto às concedentes conveniadas ao Campus ou por meio da prospecção do próprio estudante.

O Estágio não Obrigatório Remunerado poderá ser desenvolvido a partir do primeiro período do curso e deverá contar com a orientação de um professor de Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins. As atividades desenvolvidas deverão seguir o perfil do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Tal experiência poderá ser registrada na Coordenação do Curso como parte da carga horária das atividades complementares conforme a tabela de Discriminação das Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares. Para tanto, o estudante deverá, necessariamente, apresentar à Coordenação do Curso, ao final do período da experiência, um relatório simplificado da mesma assinado pelo supervisor do estágio junto à concedente e pelo professor orientador do estágio, atestando a efetividade das atividades desenvolvidas e uma declaração da Coordenação de Estágio do Campus atestando que tal experiência fora registrada no SUAP. A não apresentação do referido relatório e declaração implicará na impossibilidade de aproveitamento da experiência no cômputo da carga horária das atividades complementares.

2.13. Atividades Complementares

São atividades complementares, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, aquelas que enriquecem o perfil do formando, desenvolvendo suas habilidades, competências, conhecimentos e atitudes.

Institucionalmente, as atividades complementares são disciplinadas pela Resolução CS/IFPB nº 18/2023, que regulamenta a oferta e registro das atividades complementares no currículo dos cursos de graduação do IFPB. A resolução estabelece que elas devem estimular a permanência e êxito dos estudantes na prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

As atividades complementares compõem um total de 100 horas, inseridas no somatório da carga horária total de integralização do curso, à parte da carga horária de curricularização da extensão.

Dentro do SUAP há um Módulo para Atividades Complementares, no qual o aluno pode inserir os certificados dentro das AACC, de acordo com as horas previstas por atividade determinadas pelo PPC. Esse mecanismo se mostra exitoso e inovador na regulação de tais atividades, facilitando o processo tanto para o discente quanto para a coordenação do curso. O acompanhamento das atividades complementares deve seguir a seguinte normatização:

1. O estudante deverá solicitar, diretamente no sistema acadêmico, o registro da atividade complementar, conforme critérios previstos no PPC do curso, anexando o comprovante da atividade realizada;
2. A coordenação do curso deverá analisar a solicitação de registro de atividade complementar e deferir ou indeferir o pedido diretamente no sistema;
3. No caso de indeferimento, a coordenação deverá justificar o motivo no parecer;
4. Ao estudante é dado o direito de recurso junto ao Colegiado de Curso, por meio de protocolo direcionado à coordenação, anexando o comprovante e justificativa que corroborem com a análise do mérito.

Nos casos específicos de transferência entre cursos ocorrerá a reavaliação pelo colegiado do curso das atividades complementares realizadas no curso de origem, desde que contemple a área de conhecimento ou habilitação do curso, para posterior inserção nas horas necessárias para a conclusão do curso.

Ressalta-se que as Atividades têm caráter compulsório, sendo portanto condicionantes da integralização do curso, e que a quantidade máxima de cumprimento da carga horária para cada grupo específico de atividades complementares não pode exceder 25% da carga horária total.

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Horas/atividade	
	C.h./ação	Máx.
1. Atividades de ensino		
1.1 Participação em Projetos de Ensino	25h	25h
1.2 Participação em monitorias, certificadas por um professor	25h	

1.3 Visita técnica com apresentação de relatório ou diário de campo, com exceção das realizadas dentro do horário de aula das disciplinas	3h	
1.4 Participação em intercâmbio acadêmico em instituição distinta, nacional ou internacional, para atividades formativas relacionada com a área de formação do curso e não utilizada no processo de aproveitamento de estudos	25h	
1.5 Matrícula, frequência e aprovação em componentes curriculares optativos ou disciplinas isoladas cursadas além do mínimo obrigatório previsto no PPC (Extracurriculares)	25h	
2. Atividades de pesquisa	C.h./ação	Máx.
2.1 Participação em Projetos de Pesquisa, Programas de Iniciação Científica, de parceria entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e setor produtivo	25h	25h
2.2 Participação em grupos de estudo ou pesquisa, orientada por docentes	25h	
3. Atividades de extensão	C.h./ação	Máx.
3.1 Participação em Programas e Projetos de Extensão desenvolvidos no âmbito da instituição ou em outras instituições, em comunidades, organizações não governamentais, conselhos sociais, conselhos comunitários e agências de fomento	15h	25h
3.2 Participação em grupos ou núcleos de extensão	15h	
3.3 Participação em Semanas de Artes, Letras, Museu, Ciência e Tecnologia e Mostra de Cinema	10h	
3.4 Participação voluntária em projetos ou programas de apoio social e cultural internos e externos relacionados à área do curso	15h	
3.5 Atividades esportivas e culturais	10h	
4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação	C.h./ação	Máx.
4.1 Participação em programas de iniciação tecnológica (PIBITI)	25h	25h
4.2 Propriedade intelectual ou patentes depositadas	10h por patente	
4.3 Registro de Software	10h por registro	
4.4 Produção de material didático pedagógico (jogos, softwares e outros para o ensino)	10h por material	
5. Eventos científicos	C.h./ação	Máx.

5.1 Organização de eventos científicos	25h por evento	25h
5.2 Participação em eventos científicos relacionados à formação, como Fóruns, Seminários, Semanas Acadêmicas, Congressos, Encontros, Conferências, Mostras, Exposições, Workshops, Feiras, Mesas Redondas, Simpósios, entre outros.	10h	
5.3 Atividades assistidas como Palestras, Oficinas, Minicursos, etc.	4h	
5.4 Trabalhos apresentados em eventos nacionais	5h por trabalho	
5.5 Trabalhos apresentados em eventos internacionais	10h por trabalho	
5.6 Trabalhos completos publicados em anais de eventos	10h por trabalho	
5.7 Resumos e resumos expandidos publicados em anais de eventos	5h por trabalho	
6. Publicações	C.h./ação	Máx.
6.1 Publicação de organização e/ou autoria de livro, na área de formação do curso	25h por livro	25h
6.2 Publicação de capítulo de livro, na área de formação do curso	15h por capítulo	
6.3 Artigos publicados em periódicos nacionais, na área de graduação	15h por artigo	
6.4 Artigos publicados em periódicos internacionais	20h por artigo	
6.5 Obtenção de prêmios	10h por prêmio	
7. Cursos complementares	C.h./ação	Máx.
7.1 Cursos realizados em áreas afins – com apresentação de certificados, atestados ou outro documento	5h	25h
7.2 Estudos de Línguas realizados durante a graduação, dentro ou fora da instituição	10h por semestre concluído	
7.3 Cursos à Distância e/ou presencial em outras áreas – com apresentação de certificados	5h	
8. Atividades de vivência acadêmica	C.h./ação	Máx.
8.1 Representação no Colegiado	10h por semestre	25h
8.2 Representação de Centro Acadêmico	10h por semestre	
8.3 Representação de Diretório Central dos Estudantes	10h por semestre	
8.4 Palestra/minicurso ministrado	2h por atividade	

9. Atividades de vivência profissional	C.h./ação	Máx.
9.1 Estágio não obrigatório realizado em empresa ou instituição com parceria firmada e sob orientação de docente do IFPB, com relatório e certificado emitido pela Coordenação de Estágio	25h	25h
9.2 Participação em empresas juniores, empresas incubadoras, startup, escritórios modelos, entre outros	25h	
9.3 Experiência profissional na área de formação do curso	25h	

2.14. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para conclusão do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2 (Brasil, 2010), que institui as DCN do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

No IFPB, o TCC está institucionalizado por meio da Resolução AR nº 28 (IFPB, 2022b). A referida Resolução ordena os trâmites administrativos e pedagógicos, no âmbito do IFPB, referentes aos processos de elaboração, apresentação, carga horária, coordenação, orientação, avaliação e registro no repositório institucional do TCC.

A normatização do conjunto de atividades que compõem o TCC de graduação do IFPB tem os seguintes objetivos gerais: aprofundar os conhecimentos relacionados ao perfil do egresso; desenvolver o pensamento crítico e científico do estudante; promover a produção acadêmica; promover a inter-relação entre o ensino, pesquisa, extensão e inovação; socializar os saberes adquiridos pelos discentes.

Em consonância com a DCN de Arquitetura e Urbanismo (Brasil, 2010), o trabalho deverá ser centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, devendo ser desenvolvido de forma individual, com tema de livre escolha do aluno, mas obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais.

No curso de Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha, serão admitidos os seguintes tipos de trabalhos acadêmicos:

- I. Monografia: trabalho dissertativo inédito que tem como objetivo estudar um assunto específico, a partir de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas;
- II. Artigo científico: trabalho acadêmico inédito que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados de um tema específico de forma reduzida;
- III. Relato de experiência: texto inédito que descreva e/ou discuta experiências desenvolvidas e vivenciadas pelos(as) discente(s) nas áreas de conhecimento do curso, com exceção dos relatos já registrados na atividade de estágio curricular do curso;
- IV. Resultado de projeto de extensão: texto inédito referente aos processos e resultados de ações extensionistas, devidamente registradas na PROEXC ou em órgãos de fomento;
- V. Projetos arquitetônico ou de urbanismo: conjunto de processos de planejamento e graficação para resolver demandas da arquitetura e urbanismo que deve conter objetivo, justificativa, memorial descritivo, memorial de cálculo e representações gráficas, entre outros documentos;
- VI. Relatório de propriedade intelectual/patente: texto descritivo/projeto composto por campo da invenção, estado da técnica ou fundamentação da invenção e descrição da invenção.

A estruturação do TCC deve seguir as orientações das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes para trabalhos acadêmicos, independentemente do tipo de trabalho adotado.

O desenvolvimento do TCC deverá ser iniciado no componente curricular Trabalho Final de Graduação I, com carga horária de 17h, a ser ofertado no 9º período, no qual o discente deverá desenvolver a proposta inicial do TCC sob orientação de um docente orientador. Para se matricular na disciplina, o estudante deverá, necessariamente, ter integralizado 70% da carga horária do curso (componentes curriculares obrigatórios e optativos). A escolha do orientador deve levar em consideração a área de atuação acadêmica e a disponibilidade para orientação. O tema do projeto de TCC deve ter relação direta com o perfil do egresso do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha.

O docente responsável pelo componente curricular Trabalho Final de Graduação I deve acompanhar a elaboração dos Projetos de TCC, fornecendo-lhes as bases conceituais e práticas para formulação de projetos de trabalhos acadêmicos. O Projeto de TCC terá no máximo 15 páginas e seguirá as normas gerais de apresentação de trabalhos acadêmicos, de acordo com as Normas da ABNT em vigência, devendo conter:

- I. Capa;
- II. Sumário;
- III. Identificação do problema;
- IV. Objetivos;
- V. Justificativa;
- VI. Referencial teórico;
- VII. Metodologia;
- VIII. Cronograma e descrição de etapas;
- IX. Referências.

Na sequência, o discente desenvolverá o TCC, propriamente dito, no componente curricular Trabalho Final de Graduação II, com carga horária de 50h, a ser ofertado no 10º período. O docente responsável pelo componente curricular deve acompanhar sistematicamente a elaboração dos TCC, conforme Projeto de Conclusão de Curso e Plano de Trabalho do discente, preparando o mesmo para a apresentação do TFG. Ressalta-se que a elaboração dos TCC deve considerar a Instrução Normativa nº 03/2017 - PRE (IFPB, 2017f).

O discente deve ser acompanhado ao longo do desenvolvimento do componente curricular Trabalho Final de Graduação II pelo docente orientador, preferencialmente indicado no componente curricular Trabalho Final de Graduação I. Quando necessário, poderá existir a figura do co-orientador, para auxiliar nos trabalhos de orientação e/ou em outros que o orientador indicar, desde que sejam comunicados a todos os envolvidos no processo: discente, orientador, co-orientador, docentes responsáveis pelos componentes curriculares de Trabalho Final de Graduação I e II, e coordenador do curso.

A mudança de orientador, quando houver, deverá ser solicitada via processo e aprovada pelo coordenador de curso e pelo docente responsável pelo componente curricular Trabalho Final de Graduação II. Por fim, ressalta-se que o acompanhamento do TCC deverá ser feito por meio de reuniões periódicas, previamente agendadas entre docente orientador e orientando.

No que diz respeito à apresentação do TCC, esta deve ser realizada pelo discente em um ato público aberto para a comunidade interna e externa ao IFPB, com sua data

publicada até 7 (sete) dias letivos antes da realização, estando condicionada à aprovação prévia do trabalho acadêmico pelo docente orientador. Outras formas de apresentações, além da defesa pública, podem ser admitidas, desde que previamente aprovadas pelo colegiado do curso.

Nos casos específicos em que o trabalho se tratar de TCC que proponha o registro de propriedade intelectual, a apresentação ficará condicionada aos trâmites regidos pela Resolução nº 84 (IFPB, 2021d), suas atualizações e instruções complementares.

Desde que haja a anuência prévia da coordenação do curso, na apresentação do TCC pode-se admitir a participação do discente e/ou dos avaliadores de forma remota por meio de tecnologias da informação e comunicação, devendo permanecer o caráter público, ou seja, o endereço eletrônico da apresentação deverá ser disponibilizado para a comunidade; com exceção no caso de apresentação sob sigilo de informações com potencial estratégia de mercado ou segredo industrial.

A avaliação do trabalho acadêmico, bem como da sua apresentação, deve ser realizada por banca examinadora composta por no mínimo 3 (três) avaliadores, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador.

Com anuência prévia da coordenação do curso, para a composição da banca de avaliação do TCC, poderá ser admitida:

- I. Participação de docente externo ao IFPB, desde que possua titulação mínima de Pós-graduação *lato sensu*, formação na área do tema apresentado e com vínculo com alguma Instituição de Ensino Superior reconhecida e/ou autorizada pelo MEC.
- II. Participação de servidor ocupante de cargo técnico nível superior interno e/ou externo ao IFPB, desde que possua titulação mínima de Pós-graduação *lato sensu*, formação na área do tema apresentado e com vínculo com alguma Instituição de Ensino Superior reconhecida e/ou autorizada pelo MEC.

A nota final do componente curricular Trabalho Final de Graduação II será composta pela média aritmética da soma das notas atribuídas:

- I. Ao cumprimento do plano de trabalho referente à construção do TFG (0 - 100) (avaliação realizada pelo docente do componente curricular Trabalho Final de Graduação II);

- II. Ao trabalho acadêmico final (0 - 100) (avaliação realizada pelos membros da banca examinadora);
- III. A apresentação do trabalho (0 - 100) (avaliação realizada pelos membros da banca examinadora).

O discente com deficiência que for dispensado da apresentação do trabalho acadêmico, terá a nota final do componente curricular de Trabalho Final de Graduação composta pela média aritmética da soma das notas atribuídas:

- Ao cumprimento do plano de trabalho referente à construção do TCC (0 - 100): avaliação realizada pelo docente do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso;
- Ao trabalho acadêmico final (0 - 100): avaliação realizada pelos membros da banca examinadora.

O discente será considerado aprovado se obtiver uma média final igual ou superior a 70 (setenta).

O TCC deve ser concluído até o final do semestre letivo em que for efetivada a matrícula no componente curricular Trabalho Final de Graduação II. Caso a apresentação não ocorra até o final deste prazo, deverá ocorrer impreterivelmente no início do semestre seguinte, respeitando os dias de recesso e férias docentes.

Os discentes reprovados na componente curricular poderão apresentar nova proposta de projeto para avaliação ao cursar, novamente, o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II. As orientações para o desenvolvimento do Projeto de Conclusão de Curso e do TCC estarão disponíveis no Manual de TCC, publicado no endereço eletrônico do curso no portal do estudante do IFPB.

2.14.1. Repositório Digital

O Repositório Digital (RD) do IFPB é uma base de dados de acesso aberto, constituindo um serviço de gerenciamento da produção técnica, científica e cultural no âmbito do Instituto. O RD observa padrões e protocolos nacionais e internacionais de integração, seguindo o modelo Open Archive com a utilização do *software* DSpace. O depósito dos trabalhos de conclusão de curso segue o trâmite da solicitação de diploma via

SUAP. O RD foi instituído no IFPB por meio da Resolução nº 173 (IFPB, 2015h) e vem sendo implantado de forma gradativa nos *campi*.

Os TCC elaborados no âmbito do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, após as correções e homologação da banca, devem ser armazenados e publicizados no repositório institucional com acesso aberto à comunidade interna e externa, em consonância com as orientações da Nota Técnica nº 6/2020 da PRE (IFPB, 2020a). Ressalta-se que a elaboração dos TCC deve considerar a Instrução Normativa nº 03/2017 - PRE (IFPB, 2017f).

A versão final do TCC, no formato digital, deve ser anexada ao processo, inserindo o Termo de Autorização para publicação em meio digital, e encaminhado para docente do componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso, que deve analisar todos os documentos que compõem o processo e encaminhá-lo ao setor da biblioteca para registro no repositório institucional de TCC.

O Comitê Gestor do Repositório Institucional ficará responsável pelo cadastro da comunidade e macrogestão das coleções armazenadas pela Instituição. Por sua vez, a Biblioteca da Instituição ficará responsável pela emissão da ficha catalográfica, nos ajustes dos metadados e na validação dos dados armazenados.

2.15. Apoio ao Discente

A Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) estabelece como princípio: a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Com o objetivo de uma permanência com êxito, o IFPB se empenha para desenvolver uma prática pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características de discentes oriundos das mais diversas realidades, proporcionando apoio psicopedagógico institucionalizado.

Desta forma, por meio das Políticas de Apoio ao Discente, o IFPB busca a excelência na educação considerando a integralidade dos discentes e envolvimento com suas diversidades culturais e cognitivas, lidando com cada discente em sua individualidade e favorecendo ou promovendo o seu aprendizado de forma contextualizada.

Dentre as ações institucionais para Acesso, Permanência e Êxito no IFPB, no âmbito do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo destacam-se: o Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE) que tem a finalidade de atender às necessidades de manutenção do discente na instituição, tais como as de transporte, moradia, alimentação e de

aquisição de material didático-pedagógico; acessibilidade metodológica e instrumental; programa de monitoria; nivelamento; apoio psicopedagógico; intermediação e acompanhamento dos estágios não obrigatórios remunerados; participações dos discentes no diretório acadêmico; a política institucional para intercâmbios nacionais e internacionais.

2.15.1. Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil

Entre os problemas que afligem a educação em nosso país, a evasão escolar e a retenção apresentam-se como um grande desafio institucional e social. Segundo a Nota Informativa nº 138/2015 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, considera-se como evasão o desligamento do estudante de um curso por diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa (BRASIL, 2015a). Já a retenção ocorre, de acordo com a Portaria nº 25/2015 (BRASIL, 2015b), quando o estudante permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso. Trata-se de um conceito utilizado para caracterizar o estudante regularmente matriculado no seu curso de origem que já extrapolou o tempo médio de integralização curricular (IFPB, 2021a).

Com o objetivo de minimizar o processo de evasão e maximizar a permanência, a Política de Assistência Estudantil do IFPB (IFPB, 2018d), em consonância com seu Estatuto e Regimento Geral, estabelece um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializado por meio de programas que visam assegurar aos educandos o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A Política de Assistência Estudantil é desenvolvida, no âmbito do IFPB, por meio dos seguintes programas: Programa de Apoio à Permanência do Estudante; Programa de alimentação; Programa de Moradia Estudantil; Programa de Atenção e Promoção à Saúde; Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação; Programa de Apoio à Participação em Eventos; Programa de Material Didático-Pedagógico; Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; Programa de Apoio Pedagógico; e Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

A operacionalização dos programas supracitados é de responsabilidade da equipe interdisciplinar, a qual envolve profissionais de diferentes áreas de conhecimento: Serviço Social; Psicologia; Pedagogia; Nutrição; Medicina; Enfermagem; Odontologia; Educação Física; Arte; Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas.

Em 2019 foi aprovada a Resolução nº 24 (IFPB, 2019d), que dispõe sobre o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPB. As ações têm vigência no período de 2017 a 2027, com a perspectiva de uma formação humana e integral, para que as práticas educacionais se estabeleçam como sustentáveis e inclusivas, voltadas para o aumento da capacidade de (re)inserção social, laboral e política dos estudantes (IFPB, 2021a).

Assim, segundo o PDI (IFPB, 2021a), para que seus objetivos sejam alcançados, o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito define como principais estratégias:

- I. Ampliar o acompanhamento psicopedagógico e social e a orientação profissional aos estudantes;
- II. Divulgar as possibilidades da área de atuação profissional do estudante;
- III. Aumentar o acompanhamento dos estudantes por parte da Instituição e aproximar as famílias ao percurso escolar dos discentes;
- IV. Capacitar, de forma continuada, os professores para aprimorar a metodologia de ensino;
- V. Ampliar atividades de aprendizagem na modalidade a distância;
- VI. Fortalecer os Núcleos de Aprendizagem e o Sistema de Monitoria;
- VII. Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- VIII. Promover eventos acadêmicos, culturais, científicos e tecnológicos;
- IX. Buscar parcerias para aumentar a absorção dos futuros profissionais no mercado de trabalho;
- X. Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático- pedagógica para os docentes;
- XI. Estabelecer parcerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e de sua importância para o desenvolvimento local e regional;
- XII. Promover orientação profissional aos estudantes que desejam ingressar na Instituição;

- XIII. Criar espaço interno de convivência dos estudantes, com área de lazer, complexo esportivo e restaurante, dentro das condições orçamentárias do Instituto;
- XIV. Ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes, dentro das condições orçamentárias do Instituto;
- XV. Utilizar metodologias de ensino ativas, diversificadas, adaptadas às especificidades dos estudantes;
- XVI. Utilizar atividades não presenciais para otimização da duração do curso;
- XVII. Analisar a adequação da forma/modalidade e do turno de oferta do curso.

Nesse sentido, a Instituição assume compromisso com as ações apontadas pelo Campus, apresentadas no Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (2017-2027), e também com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Decenal do IFPB (2015-2025) – PLANEDE e reforça a continuidade, a partir das informações disponibilizadas, anualmente, pela Plataforma Nilo Peçanha, de forma a aperfeiçoar as ações já existentes e a elaborar outras propostas conforme as demandas surgidas, na perspectiva de assegurar o engajamento de todos os envolvidos no contexto institucional de educação, com o bem comum de garantir a permanência discente e o êxito acadêmico da Instituição (IFPB, 2021a).

2.15.2. Acessibilidade

Considerando o contexto da acessibilidade, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPB, 2021a), a rede IFPB tem promovido ações para o atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, fundamentadas nos princípios do direito à cidadania, em observância à legislação, isto é, Lei n.º 9.394 (Brasil, 1996); Lei n.º 12.764 (Brasil, 2012c); Decreto n.º 7.611 (Brasil, 2011); Decreto n.º 5.626 (Brasil, 2005); Decreto n.º 5.296 (Brasil, 2004b); Lei n.º 10.048 (Brasil, 2000a); Lei n.º 14.364 (Brasil, 2022) (que altera a Lei 10.048/2000); Lei n.º 10.098 (Brasil, 2000b); e Lei n.º 10.436 (Brasil, 2002b), destacando-se as ações:

- Contratação de professores e intérpretes em Libras para o atendimento a alunos com deficiência auditiva, conforme a Resolução CS n.º 38 (IFPB, 2018c);

- Observância à Lei de Acessibilidade para o atendimento a alunos cadeirantes e/ou com dificuldades de locomoção com a adequação das estruturas físicas dos *campi*;
- Aquisição de materiais, *softwares*, equipamentos de locomoção, literatura além de equipamentos de BRAILE para o atendimento a alunos com deficiência visual;
- Implementação de ações em atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando as orientações contidas na Cartilha do Espectro Autista (IFPB, 2017e);
- Estruturação de atendimento educacional especializado, por meio do CLAI, estando de acordo com a Resolução nº 6 (IFPB, 2022e);
- Estudo permanente para buscar formas de efetivar o rompimento de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais referentes às pessoas com deficiência;
- Planejamento de estratégias para assegurar o acesso, a permanência e o êxito na vida estudantil de pessoas com deficiência.
- Contratação de profissionais especializados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Adequação a estrutura arquitetônica, de equipamentos e de procedimentos que favoreça à acessibilidade nos *campi*;
- Promoção de formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades específicas;
- Estabelecimento de parcerias com as empresas quanto à inserção dos alunos com deficiência nos estágios curriculares e no mercado de trabalho;
- Realização de estudos permanentes na busca de planejar e estruturar ações objetivando o atendimento às pessoas com deficiência.

Dessa forma, o IFPB estabelece, através das ações desenvolvidas pelas políticas educacionais de inclusão social no âmbito da referida instituição, as condições necessárias para o acesso e locomoção das pessoas com deficiência que utilizam o espaço público, seja como visitante, servidor ou discente de algum curso ofertado pelo *Campus*, de forma a atender a Resolução nº 240 (IFPB, 2015d), que dispõe sobre a aprovação do Plano de

Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com especial atenção ao Art. 2º:

A concepção e implementação das ações previstas neste Plano de acessibilidade, em observação às orientações normativas, visam:

I – Eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais ora existentes;

II – Facilitar o acesso, a circulação e a comunicação;

III – Fomentar a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência;

IV – Promover a educação inclusiva, coibindo quaisquer tipos de discriminação;

VI – Garantir a igualdade nas condições de acesso às atividades escolares e administrativas;

VII – Proporcionar o atendimento prioritário e educacional especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

VIII – Assegurar a flexibilização e propostas pedagógicas diferenciadas, viabilizando a permanência na escola;

IX – Estimular a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e com transtorno do espectro autista;

X – Estimular a formação e capacitação do corpo técnico das áreas de engenharia e arquitetura responsáveis pela elaboração e fiscalização dos projetos e obras de infraestrutura e acessibilidade, assim como, dos profissionais das áreas pedagógica, de comunicação e de transportes responsáveis pela implantação das ações em suas respectivas áreas de atuação; Parágrafo único. Essas ações devem ser planejadas de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos, a fim de priorizar as demandas de maior necessidade e programar, através de cronogramas e reserva de recursos, a implantação das mesmas.

2.15.3. Monitoria

O Programa de Monitoria (PROMIFPB), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), está previsto na Resolução AR nº 38 (IFPB, 2022c), e é parceiro do Plano de Acesso, Permanência e Êxito, que tem como objetivo principal oportunizar atividades formativas de ensino, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e o enriquecimento do perfil do egresso dos cursos técnicos e de graduação do IFPB.

A monitoria é uma ação formativa de ensino que deve oportunizar novas práticas de conhecimento por meio da participação nas atividades desenvolvidas nas disciplinas e/ou componentes curriculares do curso. O programa de Monitoria no Campus Catolé do Rocha segue o regulamento do Programa de Monitoria (PROMIFPB) .

São objetivos do programa de Monitoria (PROMIFPB):

- I. Oportunizar atividades formativas de ensino, com vistas ao desenvolvimento das habilidades e competências para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e o enriquecimento do perfil do egresso dos cursos técnicos e de graduação do IFPB;
- II. Estimular a participação do monitor nas atividades de ensino com a finalidade de minimizar os problemas de retenção escolar, evasão e falta de motivação;
- III. Auxiliar o docente no atendimento às dificuldades de aprendizagem e/ou déficit de aprendizagem na(s) disciplina(s);
- IV. Contribuir com a implementação de ferramentas de inovação e as novas metodologias de ensino;
- V. Oferecer a oportunidade de vivenciar a prática da docência, por meio de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade;
- VI. Colaborar com a proposição de novas metodologias de ensino no acompanhamento dos discentes;
- VII. Promover a participação dos discentes em projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da(s) disciplina(s);
- VIII. Aperfeiçoar o itinerário formativo dos(as) discentes, contextualizando diferentes saberes e tecnologias integrantes do processo de formação do egresso;
- IX. Estimular a busca constante de conhecimentos, interação e, conseqüentemente, a autonomia acadêmica do estudante.

A monitoria está classificada em dois tipos:

- I. Monitoria voluntária não remunerada é uma atividade facultada ao interesse do discente e regida por edital específico a ser realizada dentro das atividades acadêmicas, mas gerenciada pelos mesmos critérios de acompanhamento, certificação e seleção de monitor com bolsa remunerada;
- II. Monitoria remunerada com bolsa que será disponibilizada por edital específico de acordo com a disponibilidade orçamentária.

A monitoria remunerada com bolsa, não gera nenhum condicionante de vínculo empregatício entre o IFPB e o discente bolsista. O discente monitor não deverá em hipótese alguma exercer atividades específicas de atribuição ou suprir carências de servidores técnicos e/ou docentes do IFPB.

O exercício da monitoria implicará o cumprimento de cargas horárias semanais definidas entre o mínimo de 8 (oito) horas e o máximo de 10 (dez) horas, as quais não poderão ser coincidentes com o horário das aulas do discente em seu curso regular, de acordo com as seguintes orientações:

- I. As atividades de monitoria não podem prejudicar o horário das atividades acadêmicas do estudante;
- II. Não é permitido acúmulo de bolsas de monitoria de ensino, pesquisa, extensão ou qualquer outra atividade de processo ensino-aprendizagem que envolva remuneração, exceto as de caráter assistencial ou não remunerada;
- III. A carga horária final cumprida pelo discente monitor de curso técnico (integrado ou subsequente) poderá ser equiparada ao estágio, em conformidade com o disposto no PPC do curso.

O valor da Monitoria Remunerada será definido em Edital específico, de acordo com a disponibilidade orçamentária definida pelo campus proponente e de acordo com a gestão orçamentária da Instituição.

As atividades desenvolvidas pelos monitores compreendem estudos, planejamento e apoio direto aos discentes, além de ações envolvendo ensino, pesquisa e extensão, quando previstas e definidas no Plano de Trabalho de monitoria. As ações serão devidamente acompanhadas e avaliadas pelo docente orientador da monitoria e pelo Coordenador do Curso.

São atribuições do monitor do PROMIFPB:

- I. Auxiliar o(a) docente no planejamento e execução das atividades de ensino e demais tarefas didáticas de acordo com o plano de trabalho;
- II. Atender e orientar os discentes visando sua integração ao processo ensino-aprendizagem e a comunidade acadêmica do IFPB;
- III. Assistir os estudantes na realização de trabalhos práticos ou experimentais, sempre que compatível com seu grau de conhecimento e experiência, observando objetivos delineados no plano de trabalho;
- IV. Identificar eventuais obstáculos na execução do processo de ensino, sugerindo medidas alternativas ao docente;

- V. Desempenhar as atividades propostas no seu plano de trabalho, com assiduidade e respeito aos prazos nele previstos, conforme orientação do docente orientador da monitoria;
- VI. Cumprir o horário de exercício das atividades de monitoria, respeitando o dos componentes curriculares em que estiver matriculado regularmente;
- VII. Apresentar a frequência mensal e os relatório(s) de atividade de monitoria que deverão ser encaminhados ao docente orientador da monitoria, cumprindo as exigências estabelecidas no edital e no plano de trabalho da monitoria;
- VIII. Observar as regras de conservação e organização dos ambientes didáticos, entendendo que, enquanto monitor não tem a permissão para atribuições de exercer atividade exclusiva do professor, tal como assentamento de frequência, conteúdos, inserção de notas no diário de classe, gerenciamento do sistema acadêmico e as de caráter administrativo, bem como é vedado o exercício de atividades referentes ao cargo de Técnico Administrativo em Educação.

São atribuições do professor orientador da monitoria do PROMIFPB:

- I. Elaborar o plano de trabalho da monitoria para o(s) discente(s) selecionado(s) na monitoria, construindo um planejamento semestral dos componentes curriculares a serem atendidos, conforme descritos nos itens no Edital de Monitoria;
- II. Orientar o monitor no desempenho das atividades programadas, conforme plano de trabalho da monitoria;
- III. Capacitar o monitor na utilização das metodologias de ensino-aprendizagem adequadas à sua atuação nas atividades propostas no plano de trabalho;
- IV. Promover reuniões com periodicidade mínima de 30 (trinta) dias e seminários para troca de experiências entre monitor(a), docentes, técnicos, discentes e comunidade;
- V. Avaliar, de forma contínua, o desempenho do(a) monitor(a) através de critérios previamente estabelecidos, e que sejam do conhecimento do(a) monitor(a);
- VI. Acompanhar o desempenho do discente monitor nos componentes curriculares de seu curso, identificando possíveis interferências das atividades da monitoria sobre o seu desempenho acadêmico, a fim de evitar comprometimento do processo de aprendizagem;

- VII. Acompanhar a elaboração do relatório final das atividades desenvolvidas, assiná-lo juntamente com o monitor e encaminhá-lo ao Coordenador do Curso para ciência e, consecutivamente, publicar no portal do curso;
- VIII. Identificar possíveis equívocos no Programa de Monitoria, propor mudanças, inclusive números de vagas, quando solicitada, a serem disponibilizadas e encaminhá-las ao responsável pela publicação e gerenciamento do PROMIFPB;
- IX. Encaminhar ao departamento responsável a frequência do discente monitor, conforme cronograma da Coordenação de Monitoria ou órgão similar.

São atribuições do Coordenador do Curso:

- I. Acompanhar as atividades desenvolvidas no PROMIFPB;
- II. Promover reuniões periódicas com os docentes orientadores dos monitores para avaliar o resultado das atividades desenvolvidas pelo PROMIFPB;
- III. Avaliar a necessidade de implementar novas metodologias ou ações para o PROMIFPB, em articulação com a equipe pedagógica e o Colegiado de Curso, com objetivo aprimorar a política de monitoria e as práticas de ensino-aprendizagem;
- IV. Receber e homologar a frequência dos discentes monitores do programa e encaminhar para as coordenações de monitorias ou similar, caso necessário, conforme descrito em edital específico;
- V. Analisar os relatórios finais do PROMIFPB e deliberar sobre a publicação para a comunidade acadêmica.

O quantitativo de vagas destinadas ao PROMIFPB na modalidade monitoria remunerada será disponibilizado de acordo com o orçamento do campus e delimitado em edital específico. O quantitativo de vagas destinadas ao PROMIFPB na modalidade monitoria voluntária observará a necessidade das Coordenações de Curso e Departamentos Acadêmicos, quando for o caso, consecutivamente, com o acompanhamento da Diretoria de Desenvolvimento de Ensino. A seleção dos discentes monitores voluntários e remunerados será realizada por meio de edital que deverão indicar os componentes curriculares a serem contemplados e demais informações necessárias ao processo.

O edital será elaborado por Comissão Específica composta por servidores indicados pela Coordenação de Curso, sendo o Diretor de Desenvolvimento de Ensino responsável pela emissão de portaria com validade de 2 (dois) anos, quando for a nível de campus, e pela

Pró-Reitoria de Ensino, quando for nível Institucional, em colaboração com os campi e, consecutivamente, devem observar as seguintes prioridades:

- I. Componente curricular que apresente elevados índices de retenção e evasão;
- II. Componente curricular que apresente na ementar a descrição de atividades práticas em laboratórios, práticas de ensino, projeto integrador, programas de extensão, entre outras atividades correlatas que envolvem ensino, pesquisa e extensão, desde que prevista no Edital;
- III. Componente curricular que apresente maior relação de discente por matriculados por docente;
- IV. Componentes curriculares que preveem o planejamento de atividades de monitoria para o aprimoramento das atividades de ensino-aprendizagem.

A monitoria remunerada terá vigência estabelecida em edital específico e não poderá ultrapassar mais de um semestre consecutivo, podendo concorrer a vagas em semestres alternados, para os cursos de graduação. A monitoria remunerada terá vigência estabelecida em edital e não poderá ultrapassar mais de um ano letivo, podendo concorrer a vagas em anos alternados, para os cursos técnicos. A monitoria voluntária terá vigência estabelecida por meio de edital específico ou pelo docente que apresentar a demanda, desde que não ultrapasse um semestre letivo, podendo concorrer a vagas em semestres alternados.

2.15.4. Nivelamento

As ações de Nivelamento realizadas no curso estão pautadas na Resolução nº 13 (IFPB, 2023c), a qual dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do IFPB. O PRONAPA visa aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, através de ações que contribuam para a melhoria da qualidade e nivelamento da aprendizagem nos cursos ofertados no IFPB.

Em síntese, as ações de nivelamento, no contexto do curso de Arquitetura e Urbanismo, partem do diagnóstico das dificuldades de aprendizagem, bem como da identificação dos conteúdos que mais se relacionam com essas dificuldades. A partir da identificação desses entraves, pela Coordenação de curso, professores e/ou equipe multiprofissional do *Campus*,

desenvolve-se um plano de ação de nivelamento para saná-los ou minimizá-los, possibilitando o pleno êxito do discente no curso.

A adequação do processo de ensino aprendizagem pode ocorrer através da revisão de conteúdos, participação em cursos de curta duração, bem como projetos de ensino não contemplados no currículo de Arquitetura e Urbanismo, mas que amplie e enriqueça a sua formação.

Em consonância com as políticas de permanência e êxito do estudante, delineadas no âmbito do IFPB, aponta-se como possibilidades pedagógicas as seguintes ações:

- I. Mapeamento das principais lacunas de conhecimentos que possam dificultar o avanço dos discentes no curso;
- II. Preparação, disponibilização e indicação de material extra para compreensão do currículo do curso;
- III. Aulas destinadas à retomada de conteúdos nos quais os alunos apresentam maiores lacunas de conhecimento;
- IV. Capacitação de forma continuada de professores para aprimorar a metodologia de ensino;
- V. Espaços para orientação de técnicas de estudo como estratégias para o discente desenvolver autonomia no seu próprio processo de aprendizagem;
- VI. Realização de atividades reforçadoras da aprendizagem, na modalidade a distância;
- VII. Combinação de diferentes metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem;
- VIII. Incentivo aos estudantes a participarem de atividades acadêmicas extracurriculares;
- IX. Aperfeiçoamento das ferramentas de acompanhamento do desempenho dos discentes;
- X. Comunicação clara e responsiva no processo de ensino-aprendizagem. Os discentes precisam compreender onde e como podem melhorar o seu desempenho;
- XI. Integração dos discentes na organização de eventos acadêmicos, culturais, científicos e tecnológicos.

A partir desses pressupostos, a Comissão de Criação do PPC, em consonância com os docentes da área de Matemática e das áreas técnicas, deliberou a inclusão na matriz curricular da disciplina Matemática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo. Visto que os conteúdos matemáticos acompanham o desenvolvimento do curso do início ao fim, o objetivo desta disciplina é proporcionar nivelamento matemático aos alunos ingressantes.

2.15.5. Apoio Psicopedagógico

Buscando a intervenção nos processos de aprendizagem, de forma a considerar os aspectos genéticos, neurológicos, orgânicos, cognitivos, emocionais, pedagógicos e sociais, o *Campus* Catolé do Rocha, por meio de uma equipe multidisciplinar, realiza atendimentos que buscam identificar as dificuldades específicas dos estudantes, elaborando, desta forma, estratégias personalizadas que potencializam as habilidades e superação das dificuldades encontradas.

Na perspectiva da psicopedagogia, as ações dos profissionais que realizam esse tipo de atendimento no *Campus*, direcionam-se no sentido de identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem e a natureza dessas dificuldades; levantar hipóteses diagnósticas junto à família; encaminhar a especialistas; acompanhar o discente, em parceria com os profissionais externos e docentes do curso; e de fomentar ações de intervenção que incentivem o desejo do aluno pela aprendizagem e contribuam com a potencialização de suas habilidades.

Nesse contexto, o *Campus* conta com uma equipe multiprofissional qualificada, possuindo um quadro de profissionais formados por 01 (uma) pedagoga, 01 (um) técnico em assuntos educacionais, 01 (uma) assistente social, 01 (uma) técnica em enfermagem, 01 (uma) assistente de alunos e 1(uma) psicóloga. O *Campus* conta ainda com a equipe da CLAI, formada por 01 (uma) coordenadora, 02 (dois) ledores e 01 (um) cuidador. Todos, atuando em conformidade com o disposto na normativas e materiais de suporte vigentes, tais como: Resolução CS/IFPB nº 240/2015; Resolução 6/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB; Resolução CS/IFPB nº 38/2018; Cartilha de Saúde Mental; e Cartilha do Espectro Autista.

Os atendimentos aos discentes e à comunidade escolar estão disponibilizados nos turnos: manhã e tarde. Algumas ações são realizadas em salas específicas a depender da demanda apresentada pelo público ou em ambientes coletivos e abertos, considerando a natureza da ação, sendo elas:

- I. Acompanhamento e apoio ao desempenho dos alunos durante o semestre letivo (com atendimentos individuais e/ou em grupo);
- II. Realização de escuta pedagógica (orientação educacional a discentes e docentes);
- III. Realização de escuta psicológica com encaminhamentos para profissionais da Rede Pública;
- IV. Debates e discussões sobre temáticas relevantes (comunidade interna e externa);
- V. Mediação de conflitos;
- VI. Estabelecimento de parcerias;
- VII. Acolhimento das turmas ingressantes e outras necessidades que surjam a partir de demandas específicas;
- VIII. Produção de materiais e utilização nos atendimentos especializados (individual e em grupo), voltados para trabalhar concentração, atenção e raciocínio lógico.

2.15.6. Centros Acadêmicos

Os alunos do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, do IFPB Campus Catolé do Rocha, deverão estar organizados politicamente na forma de Centro Acadêmico. Sendo uma entidade que se propõe a ser um espaço sujeito a disputas democráticas no campo dos interesses da categoria dos estudantes no âmbito geral da instituição. É assegurada a participação dos estudantes e seus representantes de centro nos colegiados e comissões, buscando a participação efetiva destes na gestão do curso e na organização de eventos, e demais ações de seu interesse.

2.15.7. Intercâmbios nacionais e internacionais

A política institucional de Internacionalização, de acordo com a Resolução CS nº 40 (IFPB, 2019d) contempla ações que atuam em todas as frentes, ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, tendo como foco tornar o IFPB um ambiente internacional: compreende-se a internacionalização como um processo que integra as atividades que envolvem diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior.

Como pressupostos, de acordo com a resolução supracitada (IFPB, 2019d), estabelece-se desenvolver e internacionalizar o ensino; fomentar lideranças; captar possibilidades e implementar acordos de cooperação internacionais para capacitar servidores e alunos de todos os níveis e modalidades; desenvolver a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, além de ampliar as colaborações com instituições e empresas internacionais; promover, ainda, uma cultura de internacionalização entre toda a comunidade do IFPB com vistas ao fortalecimento da imagem e inserção institucional no cenário mundial.

A cooperação internacional pode ser desenvolvida em diferentes âmbitos, nas modalidades presencial e a distância: Ensino Técnico Integrado e Subsequente, Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão, Inovação Tecnológica, Gestão, Aprendizado ou aperfeiçoamento de línguas, Formação Continuada e Formação de Professores.

Na graduação, a internacionalização será incentivada: por meio dos programas de Mobilidade ou de Intercâmbio Acadêmico Internacional; da realização de cursos em parceria com instituição estrangeira (dupla diplomação); da participação de professores estrangeiros no corpo docente dos cursos de graduação do IFPB e vice-versa, dentre outras atividades de relevância para a Instituição; Serão incentivadas a flexibilização curricular e a oferta de disciplinas em inglês. Ainda, a mobilidade ou o intercâmbio de estudantes de graduação poderá incluir a realização de cursos de carreira completa, cursos parciais, cursos de formação complementar, cursos de línguas estrangeiras, cursos profissionalizantes, atividades profissionais e estágios em instituições de ensino, de pesquisa ou em empresas.

Essa política orientará e fortalecerá as práticas internacionais de educação em todos os níveis, segmentos e *campi* com a participação ativa da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais, em conformidade com a Resolução CS nº 60, de 12 de julho de 2019 que dispõe sobre mobilidade acadêmica nacional e internacional, e com a Resolução 01/2020 - CONSUPER/REITORIA/IFPB que dispõe sobre a Política de Línguas do IFPB.

Com o objetivo de fomentar a cultura da internacionalização no Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB Campus Catolé do Rocha, a Comissão de Criação do PPC, em consonância com os professores da área de Línguas Estrangeiras, deliberou a inclusão das disciplinas Inglês Instrumental e Espanhol Instrumental no rol de disciplinas optativas ofertadas, com previsão de forma contínua, todo semestre letivo.

2.16. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Externa e Interna

A gestão do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, onde do IFPB *Campus* Catolé do Rocha basear-se-á nos resultados das avaliações internas, realizadas pela CPA, e nos resultados das avaliações externas futuras, resultados do ENADE e das avaliações de Reconhecimento de Curso.

As avaliações internas e externas proporcionam ao curso um conjunto de dados com informações sobre o desempenho de seus professores, de seus alunos, da estrutura administrativa da instituição e dos recursos físicos e tecnológicos disponibilizados aos alunos.

A partir destes resultados, a Coordenação do Curso, o Colegiado e o NDE definem, semestralmente, suas ações de melhorias acadêmicas e institucionais do curso, tais como: propor alterações e ajustes na proposta pedagógica do curso e do perfil do egresso, solicitar à instituição políticas de capacitação de pessoal docente e técnico administrativo, requerer materiais e novos recursos tecnológicos voltados às suas necessidades e proporcionar melhorias o processo ensino aprendizagem.

2.16.1. Avaliação Interna

A avaliação institucional é uma ação pedagógica com abordagem democrática, participativa, sistemática, processual e científica que faz parte de um processo de autoconhecimento da Instituição. É realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPB, instituída por meio da Portaria nº 851 (IFPB, 2023d) e suas atividades estão previstas em regulamento aprovado pelo Conselho Superior - Resolução nº 63 (IFPB, 2021c). A CPA vem promovendo a evolução do processo de avaliação, com a ampliação da participação da comunidade acadêmica, o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação e dos mecanismos de divulgação dos resultados das avaliações.

Assim, com base nas orientações constantes na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 (INEP, 2014), o atual projeto de avaliação contempla o uso de instrumentos de consulta à comunidade acadêmica, considerando os cinco eixos e abrangendo as dimensões definidas pelos documentos da Lei nº 10.861 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Brasil, 2004c), facilitando, portanto, o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, disponibilizados para todos os segmentos via internet, por meio de uma plataforma eletrônica, acessado através do endereço www.avaliacao.ifpb.edu.br.

O acompanhamento contínuo destes resultados, com o objetivo de identificar as deficiências apontadas nos relatórios e verificar as ações de superação propostas e implantadas

pelos cursos avaliados, é realizado por meios de formulários específicos, garantindo que os cursos se apropriem dos resultados das avaliações anteriores. Para destacar a relevância da autoavaliação na IES e garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de avaliação, a CPA conta com os seguintes canais de comunicação e divulgação: telefone (08336129707), e-mail (cpa@ifpb.edu.br e avaliação@ifpb.edu.br), página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa), redes sociais e murais.

O processo de sensibilização compreende as ações de divulgação e orientação sobre a execução e participação de cada segmento no processo de avaliação, com a utilização das seguintes estratégias: reuniões com dirigentes e coordenadores de curso, cartazes informativos, publicação na página e redes sociais oficiais da instituição, assim como o envio de mensagens eletrônicas. Os resultados e análises dos processos de avaliação, bem como a proposição de ações de superação são consolidados nos relatórios de autoavaliação, e após serem discutidos junto aos gestores da instituição e a comunidade acadêmica, são publicizados para todos os agentes envolvidos no processo de avaliação, assim como postados no e-MEC, em cumprimento à legislação vigente. Os relatórios de avaliação interna, realizada pela CPA, e os relatórios de avaliação externa, realizada pelo SINAES, estão disponíveis através da página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa) e no Portal da Transparência (www.ifpb.edu.br/transparencia).

As avaliações externas realizadas pelo MEC (avaliações de curso de graduação, ENADE, INEP e CPC), são fontes de realimentação no processo de autoavaliação do Curso. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao MEC, sua missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. O objetivo é subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. A avaliação do INEP é a mais importante no âmbito nacional e o reconhecimento do curso junto ao MEC depende desta avaliação. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são o ENADE e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas.

No âmbito do SINAES e da regulação dos cursos de graduação no país, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de Educação Superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

Para autorização: essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASIS). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação *in loco*. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica, o corpo docente/técnico administrativo e as instalações físicas.

Para reconhecimento: quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASIS, por dois dias. São avaliadas a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para renovação de reconhecimento: essa avaliação é realizada de acordo com o Ciclo do SINAES, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos que não fazem ENADE, obrigatoriamente terão visita *in loco* para este ato autorizado. Quanto ao ENADE, o INEP divulga todos os anos a lista de cursos que devem participar do referido Exame anualmente, respeitando a periodicidade de três anos para a participação de cada tipo de curso.

Esses dados norteiam a articulação da gestão do Curso que é realizada em conjunto com a gestão institucional e dar-se-á mediante:

- I. Realização de reuniões sistemáticas para avaliação dos dados enviados pela Comissão Própria de Avaliação;
- II. Realização de reuniões periódicas com os professores do Curso, antes do início de cada semestre, para discussão dos planos de ensino; dados de identificação, ementários, objetivos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino e aprendizagem, metodologia de avaliação, referências bibliográficas e cronograma;
- III. Realização de levantamento junto aos registros acadêmicos da frequência, dos índices de evasão, dos trancamentos, dos resultados das avaliações, dentre outros aspectos, com o intuito de acompanhar o desempenho do discente;
- IV. Averiguação junto aos docentes dos níveis de facilidades e dificuldades encontradas na administração das aulas;

- V. Realização de reuniões com os discentes representantes de turma;
- VI. Realização dos mecanismos de consulta à comunidade interna, de forma a subsidiar e avaliar decisões.
- VII. Realização de revisão sistemática do PPC como um todo, com a participação dos segmentos envolvidos no processo, bem como dos procedimentos acadêmicos e administrativos utilizados pelo Curso;
- VIII. Revisão dos meios de comunicação utilizados para os públicos internos e externos;
- IX. Estímulo à formação continuada de professores e funcionários do Curso;
- X. Promoção de ações de parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- XI. Estímulo às atividades de pesquisa e extensão no Curso;
- XII. Organização de atividades extracurriculares, tais como palestras seminários, workshops etc. para promover a integração do corpo docente e discente e enriquecer o currículo do Curso;
- XIII. Consolidação de gestão participativa por meio do funcionamento do NDE e Colegiados do Curso;
- XIV. Garantia da representação do Curso nas diversas instâncias da instituição;
- XV. Gerenciamento atividades docentes alinhando as necessidades do Curso, com ênfase na experiência profissional e área de pesquisa;
- XVI. Supervisão das instalações físicas das salas de aulas e laboratórios do Curso;
- XVII. Promoção de um Programa de recepção para os alunos ingressos objetivando a integração e permanência dos mesmos no Curso;
- XVIII. Asseguramento de compromisso com a aprendizagem dos alunos, com uma atuação planejadora de situações de aprendizagem;
- XIX. Estímulo à participação da comunidade acadêmica no programa de mobilidade internacional;
- XX. Promoção de um clima organizacional favorável no âmbito do Curso;
- XXI. Asseguramento do desenvolvimento de uma postura ética e o respeito à diversidade no Curso;
- XXII. Estímulo à integração em ações da Graduação com a Pós-graduação *lato e stricto sensu*.

2.16.2. Comissão Própria de Avaliação - CPA

A CPA prevista no art. 11 da Lei nº 10.861 que instituiu o SINAES (Brasil, 2004c), como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional e de orientação, que abrange toda a realidade institucional, considerando-se as diferentes dimensões institucionais que constituem um todo orgânico expresso no PDI e no PPI.

No âmbito do IFPB, as atividades da CPA estão previstas em regulamento aprovado pela Resolução CS nº. 63 (IFPB, 2021c), atuando com vistas à implantação de uma cultura de avaliação num processo reflexivo, sistemático sobre a realidade institucional e uma análise contínua da ação educativa, buscando vê-la com clareza, profundidade e abrangência, tem-se por finalidade a instalação de um sistema de informação e divulgação de dados, ágil e preciso, com a participação dos diferentes segmentos da Instituição, garantindo a democratização das ações.

A avaliação institucional, conforme estabelece o art. 3º da Lei 10.861 (Brasil, 2004c), terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, as seguintes:

- I. A Missão e o PDI;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a inovação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI. A organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios;

VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino, extensão e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação e de atendimentos às pessoas com necessidades específicas;

VIII. Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação de nível profissional e tecnológico.

2.17. Tecnologias da Informação e Comunicação

O IFPB, de modo geral, possui vários recursos de Tecnologia da Informação e de Comunicação (TIC). Isso contribui para o processo de ensino e aprendizagem na instituição e, também, cumpre com o previsto pela Portaria nº 1.383 (Brasil, 2017b).

A Instituição conta com o Portal do IFPB, site que contém em sua homepage o Portal da Transparência, o Portal do Estudante, o Portal do Servidor, o Portal da Tecnologia da Informação e o Acesso a Sistemas. Por meio desses, a comunidade acadêmica e a comunidade externa têm acesso a todas as informações necessárias sobre o funcionamento, regimento, cursos oferecidos, além de informações sobre pesquisa, extensão, inovação e outras atividades desenvolvidas.

Complementando o trabalho de divulgação do Portal do IFPB, o *Campus Catolé do Rocha* faz uso também de redes sociais, especificamente o *Instagram*. Com essa rede social, o *Campus* divulga seus projetos, os trabalhos desenvolvidos tanto pelos discentes quanto pelos docentes e, ainda, promove interação com os alunos, os quais se familiarizarão mais com essa rede.

Quanto aos recursos didáticos utilizados em sala de aula, além de aulas expositivas apresentadas em *slides* com auxílio de Projetores Multimídia, *Notebooks* e *tablets*, seminários, entre outros, os alunos também dispõem de laboratórios de informática e acesso à internet no *Campus*, inclusive por rede *wi-fi*, facilitando a pesquisa para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos. O IFPB realiza anualmente eventos esportivos e científicos, nos quais os alunos

têm a oportunidade de publicar pesquisas, vivenciar a prática de exercícios e, também, o gerenciamento dessas atividades.

O IFPB disponibiliza uma grande gama de tecnologias voltadas à educação, ficando o professor responsável por escolher quais os melhores instrumentos para cada ocasião, buscando sempre a otimização do aprendizado. Algumas dessas tecnologias são sites técnicos, material didático digital desenvolvido pelo próprio docente, redes sociais de uso Geral/Profissional, site de buscas para livros disponíveis na Biblioteca, livros, lousa, projetores, computadores, *softwares* de uso profissional voltados para projeto e simulação, entre outros.

Além disso, existem outras tecnologias de informação voltadas para suporte de atividades docentes, como o SUAP, o Moodle e a plataforma do Google Meet. Todos permitem funcionalidades tanto em nível de aprendizagem, quanto de administração de ensino, cadastrando aulas, *chat*, armazenando notas dos alunos, rastreando processos administrativos e armazenando materiais didáticos em formato digital.

2.18. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

No Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha, o processo de acompanhamento e de avaliação discente encontra-se regulamentado pela Resolução nº 54 (IFPB, 2017d), que dispõe sobre Regimento Didático para Cursos Superiores do IFPB.

A avaliação é um processo pedagógico que inclui avaliações processuais, diagnósticas, contínuas e cumulativas de aprendizagem, garantindo a superioridade dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, viabilizando e redimensionando a prática pedagógica. A avaliação da aprendizagem, realizada semestralmente, ocorre através de ferramentas que procuram determinar o grau de progresso dos estudantes, incluindo: controle da assiduidade nas atividades didáticas e avaliação dos resultados da aprendizagem. A frequência das atividades didáticas significa a frequência do aluno às aulas teóricas e práticas, aos estágios supervisionados e aos exercícios de verificação previstos. O aluno será obrigado a participar de pelo menos 75% do tempo previsto na disciplina.

O processo avaliativo deve ser diversificado e adequado às etapas e às atividades do curso, distinguindo o desempenho em atividades teóricas, práticas, laboratoriais, de pesquisa, extensão e inovação, que demonstrem o aprendizado e estimulem a produção intelectual dos

estudantes, de forma individual ou em equipe. O desempenho acadêmico deverá refletir o acompanhamento contínuo do discente em todas as atividades didáticas, avaliado por meio de exercícios de verificação. Algumas ferramentas de avaliação da aprendizagem são: debates, exercícios, testes e/ou provas, trabalhos teórico-práticos, projetos, relatórios e seminários, estudos de caso, portfólio, estudos orientados, aplicados individualmente ou em grupo, entre outras possibilidades planejadas pelo docente.

As notas serão expressas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). Trinta dias antes do início do período letivo, será disponibilizado no Portal do estudante o plano de ensino da disciplina com os critérios de avaliação, a periodicidade das ferramentas de verificação de aprendizagem e a definição dos conteúdos necessários para cada verificação. De acordo com as disciplinas válidas do Regimento, o aluno poderá realizar duas ou mais provas durante o semestre, no mínimo: a) 02 (duas) provas de disciplinas de até 50 horas; b) 03 (três) verificações para disciplinas com carga horária superior a 50 horas. O aluno que não obtiver média mínima de 40 (quarenta) ao final do semestre não terá direito à avaliação final.

Será aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta) e frequência mínima de 75% no componente curricular. A avaliação final só será possível para o aluno que, além de pelo menos 75% de assiduidade na disciplina, obtenha média igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta), inscrito nas ferramentas de verificação de aprendizagem; é considerado aprovado na avaliação final, o aluno que obtiver média maior ou igual a 50 (cinquenta). Será garantido ao aluno o direito de solicitar a revisão do instrumento de verificação escrita no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação e análise dos resultados pelo professor da área, após encaminhar a solicitação à Coordenação do Curso, indicando os critérios não cumpridos, bem como os itens e aspectos a serem revisados. A revisão do instrumento de avaliação seguirá rigorosamente os procedimentos previstos nos regulamentos didáticos vigentes das disciplinas dos Cursos Superiores.

Esse acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem ocorre de forma contínua e sistemática, mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos construídos e reconstruídos pelos discentes no desenvolvimento de suas capacidades, atitudes e habilidades. São utilizados diferentes instrumentos de avaliação, individuais e coletivos, como estudos de casos, trabalhos práticos, projetos, provas, seminários, pesquisa, entre outros.

No início do período letivo, os docentes informam aos discentes sobre os critérios de avaliação, a periodicidade dos instrumentos de verificação de aprendizagem e a definição dos conteúdos exigidos em cada verificação, os quais deverão estar contidos no seu respectivo

Plano de Disciplina, que são publicados no portal do estudante e vinculado ao diário dos componentes curriculares no SUAP.

Todos os resultados do processo de avaliação podem ser acompanhados pelos discentes no SUAP utilizado pela instituição. Nas reuniões pedagógicas do curso e da Instituição, do NDE e do Colegiado do Curso, são realizadas discussões para definir ações que promovam melhoria do processo ensino/aprendizagem. As ações a serem implantadas têm o suporte da COPED e CAEST que, através de ações e experiências compartilhadas, contribuem para as atividades pedagógicas do curso.

2.19. Números de Vagas

Ressalta-se que o curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo tem uma proposta de oferta anual de 30 vagas, previstas para iniciar no 2º semestre de 2024, de forma gratuita e democrática, alinhando-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFPB 2020-2024), ao mencionar que IFPB visa favorecer o acesso democrático ao ensino público e gratuito, à formação cidadã e à qualificação profissional. Os requisitos e formas de acesso estão discriminados no item 2.6 deste documento.

O processo de matrícula segue o disposto da Resolução nº 134, Conselho Superior, de 11 de agosto de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do processo de matrícula dos discentes nos cursos de graduação do IFPB e dá outras providências, estabelecido principalmente em seu Art. 1. Já a Resolução nº 21, 12 de maio de 2023, dentre outras providências, dispõe sobre o Processo Seletivo Especial-PSE.

Caberá ao Colegiado do Curso, conforme Resolução nº 141 Conselho Superior, de 03 de outubro de 2015 em seu art 5. propor à Diretoria de Ensino do campus alterações na oferta de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a qual deverá ser fundamentada em estudos periódicos, realizados em conjunto com a comunidade acadêmica.

2.20. Prática Profissional

A formação em arquitetura requer uma abordagem didático-pedagógica que integre teoria e prática, proporcionando aos alunos uma compreensão abrangente das disciplinas. Os

componentes curriculares objetivam formar profissionais voltados para a efetiva prática profissional, por meio do desenvolvimento de trabalhos práticos, principalmente no tocante aos ateliês de projeto e urbanismo, e, para tanto, o aluno deve ter o domínio da linguagem do desenho nas suas diferentes facetas, ter uma conceituação e leitura crítica do projeto em desenvolvimento, e de sua inserção urbana, levando em consideração as necessidades sociais e culturais, além de ter uma sólida formação técnica para a adequada materialização da obra.

Na dimensão nacional, a finalidade do curso é propiciar a inserção qualitativa e diferenciada do profissional no debate político, econômico, social e tecnológico, dotado de visão holística e capacitado para participar e interferir na construção das transformações estruturais necessárias para se atingir, com crescimento sustentável, um projeto de nação que se modifica e se aperfeiçoa ao longo do tempo. Importante salientar que as finalidades regional e nacional, aqui expressas, orientam-se pela concepção acadêmica do IFPB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nesse sentido, estratégias devem ser implementadas no curso de Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, a ser ofertado no Campus Catolé do Rocha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para alcançar esses objetivos, dentre as quais, destacam-se:

- **Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL, do inglês Project-Based Learning):** é uma estratégia eficaz onde os alunos assumem o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. Através da resolução de problemas abertos, os alunos são encorajados a explorar questões e desafios reais, o que lhes permite aplicar o conhecimento teórico em um contexto prático. Este processo de investigação é muitas vezes conduzido em grupos, através dos ateliês, promovendo a colaboração e a comunicação entre os alunos, assim como a transversalidade dos conhecimentos.
- **A Aprendizagem Baseada em Pesquisa:** Abordagem pedagógica que coloca a pesquisa no centro do processo de aprendizagem. No contexto de um curso de arquitetura, essa deve ser uma ferramenta valiosa para aprofundar o conhecimento dos alunos e desenvolver suas habilidades de pensamento crítico. A estratégia envolve os alunos em uma investigação ativa de questões ou problemas relevantes para o campo da arquitetura, o que pode incluir a exploração de novos materiais de construção, estudo de técnicas de projetos sustentáveis, ou a análise de edifícios históricos. Ao conduzir suas próprias pesquisas, os alunos têm a

oportunidade de aplicar e testar as teorias e conceitos que aprenderam em sala de aula. Ao envolver os alunos em pesquisas relevantes e significativas, e conseqüentemente aprofundar seu entendimento da arquitetura e suas habilidades de pensamento crítico, estes estarão mais bem preparados para a prática profissional.

- **Uso de softwares aplicados à arquitetura:** Introduzir as principais tecnologias de softwares aplicadas na arquitetura. Uso de Software de Design Assistido por Computador (CAD) e da Modelagem de Informação da Construção (BIM). Ferramentas essenciais na indústria da arquitetura e da construção civil, eles são amplamente utilizados para visualização, planejamento e gerenciamento de projetos de construção. O CAD e o BIM permitem que os arquitetos visualizem seus projetos em um ambiente 3D, o que facilita a compreensão dos conceitos espaciais, isso é especialmente útil na arquitetura, onde a compreensão do espaço e da forma é fundamental. Em síntese, a introdução do CAD e do BIM em um curso de arquitetura é crucial para preparar os alunos para a prática profissional, melhorando suas habilidades de visualização, compreensão espacial, coordenação de projetos e comunicação de ideias de design. Além disso, o domínio dessas ferramentas pode aumentar a empregabilidade dos alunos após a graduação, pois são habilidades altamente valorizadas na indústria da arquitetura e da construção civil.
- **Estudos de caso, visitas e viagens:** Componentes essenciais de um curso de arquitetura, pois proporcionam aos alunos uma compreensão prática e contextualizada da disciplina. Os estudos de caso permitem que os alunos explorem projetos arquitetônicos reais em detalhes. Ao analisar o design, a construção e o impacto de edifícios e estruturas específicas, os alunos podem ver como os princípios teóricos da arquitetura são aplicados na prática. As visitas a locais de construção e edifícios arquitetonicamente significativos oferecem aos alunos a oportunidade de ver a arquitetura em sua arte. Isso pode incluir a observação de técnicas de construção, a avaliação de materiais e a apreciação da estética e funcionalidade do design. As viagens de campo, por outro lado, podem proporcionar uma experiência de aprendizagem ainda mais rica. Ao visitar cidades e locais com uma variedade de estilos arquitetônicos e contextos urbanos, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda da diversidade e complexidade da arquitetura. Isso pode ajudar a expandir a perspectiva dos alunos e inspirá-los em seus próprios projetos.

- Integração do curso com a sociedade: nesse âmbito, destaca-se inicialmente as atividades de curricularização da extensão propostas, como as rodas de “Conversas Rurbanas”, o “Seminário de Cultura e Realidade Contemporânea”, o “Fórum Profissional” e a “Mostra de Trabalho”, além das atividades de prestação de serviço à comunidade, voltada ao cadastramento de imóvel urbano ou rural, e ao atendimento concreto das demandas da comunidade, através do Projeto Participativo. Além disso, também poderão ser estabelecidas parcerias com a iniciativa privada como forma de conectar os alunos com o mercado de trabalho e estimular a participação destes em programas de estágios, proporcionando experiências valiosas que vão além do ambiente acadêmico. Essas experiências permitem que os alunos apliquem o que aprenderam em sala de aula em um ambiente profissional, preparando-os para a prática da arquitetura após a graduação. Adicionalmente, a realização de projetos de interesse social que envolvem a comunidade local é uma maneira importante de demonstrar o impacto social da arquitetura, o que já vem sendo desenvolvido pelo Escritório Modelo NUPSS, atualmente vinculado ao Curso Técnico de Edificações. Tais projetos podem ajudar os alunos a entenderem a importância do projeto acessível e inclusivo, e como a arquitetura pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ao mesmo tempo, esses projetos reforçam o compromisso da instituição com a comunidade local e seu papel na promoção do desenvolvimento social. Por fim, o curso deve perseguir cooperações com a administração pública, como a secretaria de infraestrutura e outros órgãos de gestão. Essa cooperação pode expor os alunos às complexidades do planejamento urbano e da regulamentação da construção, proporcionando-lhes uma compreensão mais profunda dos desafios e considerações práticas da arquitetura.

2.21. Aproveitamento de Estudos

O processo de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores no curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo seguirá o disposto na Resolução nº 22 (IFPB, 2022d), que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências.

O aproveitamento de estudos permite aproveitar o aprendizado do aluno em outras instituições de ensino nacionais ou internacionais ou de outros cursos. Para isso, os cursos devem

ser legalmente reconhecidos ou autorizados pelo Ministério da Educação. No âmbito do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, serão adotadas três modalidades de aproveitamento de estudos:

- I. Processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, refere-se à comprovação, pelo estudante, de que detém as competências e/ou habilidades exigidas no Projeto Pedagógico do Curso, referentes a um componente curricular específico, seja pelas experiências acumuladas, seja pelo desempenho intelectual;
- II. Processo de aproveitamento de componente curricular: ocorre quando o estudante já cursou componentes curriculares, em cursos de graduação, que possuem compatibilidade com o componente curricular requerido em relação à ementa, carga horária, atualização do conteúdo e condições de oferta e desenvolvimento;
- III. Procedimentos para equivalência de componentes curriculares: possibilidade do estudante matricular-se ou solicitar dispensa de componentes curriculares que possuem correspondência e que tenham sido ofertados em diferentes cursos de graduação da Instituição ou ofertados no mesmo curso em matrizes diferentes, mas que possuem equivalência nos planos de disciplina.

Para proceder com o aproveitamento, o aluno deverá apresentar requerimento através do SUAP juntamente com a documentação exigida pela Resolução nº 22 (IFPB, 2022d).

3. CORPO DOCENTE

3.1. Núcleo Docente Estruturante

A constituição do NDE do Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha, instituído pela PORTARIA 69/2024 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 21 de agosto de 2024, obedece à Resolução nº 143 (IFPB, 2015b), que dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal da Paraíba, com atribuições apresentadas no Art. 4, sendo:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

- III. Zelar pelo cumprimento das DCN para os cursos de graduação;
- IV. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela CPA;
- V. Propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na avaliação interna e na avaliação externa, realizado pelo SINAES;
- VI. Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao curso;
- VII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

Dentre os estudos realizados pelo NDE de forma periódica, estão:

- I. Estudo do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante;
- II. Estudo da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho;
- III. Estudo sobre a adequação das referências bibliográficas básicas e complementares;
- IV. Estudo sobre os periódicos especializados que complementam os conteúdos dos componentes curriculares;
- V. Estudo sobre a produção e fomento das Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação;
- VI. Estudo sobre o número de vagas ofertadas no curso;
- VII. Estudo sobre o perfil docente do curso (Experiência, Titulação e Produção Acadêmica).

A composição proposta para o NDE se constitui pelos servidores abaixo relacionados, e atende o disposto na resolução supracitada, sendo constituída, no mínimo, 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso; tendo a coordenadora do curso como sua presidente. Mais de 60% de seus membros contam com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

1. Luiza Maria Medeiros de Lima - SIAPE 1958370
2. Yasmin Ramos Peregrino - SIAPE 2324663
3. Lahyana Rafaella de Freitas Cunha Fernandes - SIAPE 3161978
4. Diego José Fernandes Freire - SIAPE 1325965

5. Alexandre dos Santos Souza - SIAPE 1418220

6. Ronildo Nicodemos da Silva - SIAPE 1874289

3.2. Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha será constituído mediante o ingresso dos estudantes, e obedecerá à Resolução nº 141 (IFPB, 2015i), que dispõe sobre a Regulamentação do Colegiado dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do IFPB, tendo como objetivos:

- I. Assessorar a comissão de elaboração/atualização do PPC;
- II. Acompanhar a execução didático-pedagógica do PPC;
- III. Propor à Diretoria de Ensino do *Campus*, oferta de turmas, aumento ou redução do número de vagas, em consonância com o PDI;
- IV. Propor à Diretoria de Ensino do *Campus* modificações no PPC, seguindo os trâmites administrativos para solicitação de mudança, alteração ou criação de cursos superiores no âmbito do IFPB;
- V. Elaborar a proposta do Planejamento Acadêmico do Curso para cada período letivo, com a participação dos professores e com os subsídios apresentados pela Representação estudantil;
- VI. Aprovar os planos de disciplina e de atividade, para cada período letivo, contendo obrigatoriamente os critérios, instrumentos e épocas de avaliações nas diversas disciplinas do curso;
- VII. Propor, elaborar e levar à prática projetos e programas, visando melhoria da qualidade do curso;
- VIII. Contribuir para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso;
- IX. Estabelecer critérios e cronograma para viabilizar a recepção de professores visitantes, a fim de, em forma de intercâmbio, desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- X. Aprovar a proposta de aproveitamento de estudos, adaptação curricular e dispensa de disciplina, conforme o caso, especialmente nas hipóteses de matrículas

- especiais ou decorrentes de transferências voluntárias, *ex officio* ou ingressos de graduados, de acordo com as normas vigentes;
- XI. Acompanhar a divisão equitativa do trabalho dos docentes do curso, considerando o disposto no documento que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
 - XII. Apoiar e acompanhar os processos de avaliação do curso, fornecendo as informações necessárias, quando solicitadas;
 - XIII. Analisar, dar encaminhamento, e atender sempre que solicitado, a outras atribuições conferidas por legislação em vigor.
 - XIV. Emitir parecer sobre a possibilidade ou não de integralização curricular de alunos que tenham abandonado o curso ou já que ultrapassado o tempo máximo de integralização, e que pretendam, mediante processo individualizado, respectivamente, de pré-matrícula e de dilatação de prazo, continuidade de estudos;
 - XV. Acompanhar a sistemática de avaliação do desempenho docente e discente segundo o Projeto de Avaliação do IFPB.

A composição do Colegiado seguirá o disposto no Art. 3 da resolução supracitada, incluindo a coordenadora do Curso Superior, como Presidente; (quatro) docentes efetivos vinculados à coordenação do Curso Superior, escolhidos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um ano; 1 (um) discente, escolhido por seus pares, com seu respectivo suplente, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução; 1 (um) docente que ministre aula no curso, que seja lotado noutra coordenação, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução; 1 (um) representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou TAE), vinculado à coordenação pedagógica do *Campus*, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

O colegiado reunir-se-á periodicamente para deliberação de necessidades inerentes às suas atribuições e gestão do curso, e as portarias e atas das reuniões estão presentes no Portal do Estudante do referido Curso. Todos os fluxos de trabalho do Colegiado são realizados por meio do SUAP que gerencia de forma eficaz o registro, acompanhamento e execução de

seus processos e decisões, disponibilizando informações relevantes para a avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

3.3. Coordenação de Curso

De acordo com o Regimento do IFPB, no seu artigo 166, a Coordenação de Curso é o órgão responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação dos objetivos e estratégias educacionais do curso, em consonância com as diretrizes emanadas pelo campus. Parágrafo único. São competências e atribuições da Coordenação de Curso:

- I. Coletar sugestões e elaborar um Plano de Trabalho Anual de Metas, delimitando a sistemática de atuação a ser assumida no desenvolvimento das atividades próprias da Coordenação e, ao final de cada ano letivo, avaliar essas ações, sugerindo medidas que visem ao seu aperfeiçoamento;
- II. Avaliar os cursos regulares, considerando as informações geradas por dados relativos a alunos matriculados, egressos, relações com empresas/empresários, pais e demais segmentos externos;
- III. Elaborar projetos de modificações e/ou extinção do curso, observando as diretrizes institucionais sobre a matéria;
- IV. Coordenar, supervisionar e avaliar, junto aos professores, a atualização e execução dos projetos de ensino do curso, propondo, se necessária, a adoção de providências relativas à reformulação destes;
- V. Acompanhar as avaliações dos professores e controlar a entrega de provas e notas dentro do prazo determinado pela Coordenação de Controle Acadêmico;
- VI. Coletar sugestões e elaborar um Plano de Trabalho Anual de Metas, delimitando a sistemática de atuação a ser assumida no desenvolvimento das atividades próprias da Coordenação e, ao final de cada ano letivo, avaliar essas ações, sugerindo medidas que visem ao seu aperfeiçoamento;
- VII. Avaliar os cursos regulares, considerando as informações geradas por dados relativos a alunos matriculados, egressos, relações com empresas/empresários, pais e demais segmentos externos;
- VIII. Elaborar projetos de modificações e/ou extinção do curso, observando as diretrizes institucionais sobre a matéria;

- IX. Coordenar, supervisionar e avaliar, junto aos professores, a atualização e execução dos projetos de ensino do curso, propondo, se necessária, a adoção de providências relativas à reformulação destes;
- X. Acompanhar as avaliações dos professores e controlar a entrega de provas e notas dentro do prazo determinado pela Coordenação de Controle Acadêmico;
- XI. Coletar sugestões e elaborar um Plano de Trabalho Anual de Metas, delimitando a sistemática de atuação a ser assumida no desenvolvimento das atividades próprias da Coordenação e, ao final de cada ano letivo, avaliar essas ações, sugerindo medidas que visem ao seu aperfeiçoamento;
- XII. Avaliar os cursos regulares, considerando as informações geradas por dados relativos a alunos matriculados, egressos, relações com empresas/empresários, pais e demais segmentos externos;
- XIII. Elaborar projetos de modificações e/ou extinção do curso, observando as diretrizes institucionais sobre a matéria;
- XIV. Coordenar, supervisionar e avaliar, junto aos professores, a atualização e execução dos projetos de ensino do curso, propondo, se necessária, a adoção de providências relativas à reformulação destes;
- XV. Acompanhar as avaliações dos professores e controlar a entrega de provas e notas dentro do prazo determinado pela Coordenação de Controle Acadêmico;
- XVI. Estimular a atualização didática e científica dos professores do curso;
- XVII. Orientar os professores nas atividades acadêmicas;
- XVIII. Realizar ajustes de matrículas, trancamento e dispensa de disciplinas;
- XIX. Apoiar atividades científico-culturais de interesse dos alunos;
- XX. Articulando-se com os órgãos responsáveis pela pesquisa e extensão;
- XXI. Avaliar os professores do curso e ser avaliados por eles e pelos concludentes, bem como coordenar a avaliação dos professores do curso feita pelos estudantes ao final de cada período letivo;
- XXII. Avaliar e propor soluções para situações conflitantes entre professores e alunos;
- XXIII. Realizar, nos prazos determinados pelo MEC, INEP, CAPES e outros órgãos, os processos de inscrição dos estudantes habilitados a participarem dos programas e/ou instrumentos emanados pelas políticas desses órgãos;
- XXIV. Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos em conjunto com a Equipe Pedagógica Multiprofissional;

- XXV. Realizar ações para o cumprimento dos Regimentos Didáticos, Regulamentos Disciplinares, Regulamento da Progressão Parcial, Regulamento do Conselho de Classe, Regulamento do Núcleo de Aprendizagem, Regulamento do Nome Social e demais marcos regulatórios da Instituição;
- XXVI. Acompanhar, conjuntamente com os docentes, o desenvolvimento das aulas externas e visitas de campo;
- XXVII. Planejar a aquisição de equipamentos e materiais, responsabilizando-se pelo seu recebimento, controle e manutenção;
- XXVIII. Contribuir com a Coordenação de Estágio na escolha dos professores orientadores;
- XXIX. Executar projetos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, bem como os demais sistemas de avaliação, incluindo o processo de autoavaliação coordenado pela CPA;
- XXX. Promover reuniões com a comunidade interna e externa e com os pais, visando ao acompanhamento e à avaliação das atividades de ensino do curso, com o objetivo principal de corrigir distorções no processo de ensino-aprendizagem;
- XXXI. Realizar reuniões de Conselhos de Classe ou de Colegiado de Curso;
- XXXII. Manter atualizadas as informações referentes aos cursos, bem como solicitar suas divulgações na página oficial do IFPB, conforme legislação em vigor;
- XXXIII. Apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas à Unidade Acadêmica à qual o curso sob sua coordenação está ligado.

3.3.1. Dados do Coordenador

A coordenação do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo oferecido pelo IFPB, Campus Catolé do Rocha ficará sob a responsabilidade da Professora Yasmin Ramos Peregrino, docente em regime de dedicação exclusiva, Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba e com mestrado em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPB, 2016). Exerce atualmente a função de docente do Curso Técnico Integrado de Edificações do IFPB, Campus de Catolé do Rocha. No âmbito do IFPB Campus Catolé do Rocha, integra, desde 2019, o Escritório Modelo vinculado ao Curso Técnico de Edificações - Núcleo de Projetos e Sustentabilidade Socioambiental - NUPSS, o qual realiza a prestação de serviços técnicos gratuitos na área de arquitetura e urbanismo para populações em situação de

vulnerabilidade social. A formalização desta coordenação se dá, portanto, mediante a PORTARIA 68/2024 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 21 de agosto de 2024.

3.4. Corpo Docente

As atividades docentes no âmbito do IFPB são normatizadas através do Regulamento para a Gestão das Atividades de Docentes, elaborado pela Comissão designada pela Portaria Reitoria/IFPB nº 478/2009, e aprovado através da Resolução CONSUPER nº 65 (IFPB, 2010), que dispõe sobre as diretrizes para a gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do IFPB.

O quadro de docentes no Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo é composto por 14 profissionais, com regime de trabalho integral. Desta forma, o corpo docente atua, ativamente, na análise e revisão dos componentes curriculares, das metodologias e das referências bibliográficas utilizadas, o que contribui para melhorias no processo de formação acadêmica dos discentes do curso.

Os docentes do curso, ainda, atuam em projetos de pesquisa, de extensão, de ensino e de inovação, desta forma, incentivam a participação dos discentes em atividades extracurriculares e orientam a publicação dos trabalhos desenvolvidos em eventos científicos e periódicos, regionais, nacionais e internacionais, o que amplia o desenvolvimento acadêmico dos discentes e alinha-se com o perfil do egresso proposto.

O cadastro, de forma oficial, das atividades docentes no âmbito do IFPB é realizado na funcionalidade “Mapa de Atividades” do sistema informatizado SUAP Edu, conforme orientação da Portaria Reitoria/IFPB no 933/2016 e atende, também, ao relatório externo Nº 20141555 – CGU.

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo preencherá semestralmente o Mapa de Atividades no SUAP, sob a supervisão e acompanhamento da Coordenação do Curso. Ao final do preenchimento, o Diretor de Desenvolvimento de Ensino homologa e disponibiliza o mapa de atividades no próprio sistema, tornando-o válido e publicizado através do endereço eletrônico: https://suap.ifpb.edu.br/atividades_docente/. Desta forma, essa ferramenta contribui fortemente com o aperfeiçoamento e desenvolvimento da instituição, especialmente no que tange à transparência, eficiência, legalidade e controle.

<i>CORPO DOCENTE</i>		
Docente	Regime de Trabalho	Tempo de vínculo ininterrupto no curso (meses)
Alexandre dos Santos Souza	DE	-
Diego José Fernandes Freire	DE	-
Flávio Souza Azevedo	DE	-
Geraldo Neves de Oliveira Neto	T-40 (substituto)	-
Jaime Luiz Bezerra do Nascimento	DE	-
Kildenberg Kaynan Felix Nunes	DE	-
Lahyana Rafaella de Freitas Cunha Fernandes	DE	-
Lucas Lopes Costa Nobrega	DE	-
Luiza Maria Medeiros de Lima	DE	-
Raoni Gomes de Sousa	DE	-
Ronildo Nicodemos da Silva	DE	-
Rosivania Maria da Silva	DE	-
Sinesio da Silva Bina	DE	-
Yasmin Ramos Peregrino	DE	-

3.4.1. Titulação

De acordo com a titulação, o quadro docente conta com 03 (três) professores doutores, 09 (nove) mestres e 02 (dois) especialistas, com áreas do conhecimento variadas que contribuem para uma formação completa do aluno de Arquitetura e Urbanismo. Segue abaixo o quadro demonstrativo detalhando as áreas do conhecimento por docentes, bem como suas respectivas titulações.

<i>TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE</i>		
Docente	Titulação	Área do Conhecimento
Alexandre dos Santos Souza	Doutorado	Geografia
Diego José Fernandes Freire	Doutorado	História
Flávio Souza Azevedo	Mestrado	Engenharia Civil
Geraldo Neves de Oliveira Neto	Especialização	Engenharia Civil
Jaime Luiz Bezerra do Nascimento	Mestrado	Letras - Português
Lucas Lopes Costa Nobrega	Especialização	Letras - Inglês

Kildenberg Kaynan Felix Nunes	Mestrado	Engenharia Civil
Lahyana Rafaella de Freitas Cunha Fernandes	Doutorado	Biologia
Luiza Maria Medeiros de Lima	Mestrado	Arquitetura e Urbanismo
Raoni Gomes de Sousa	Mestrado	Sociologia
Ronildo Nicodemos da Silva	Mestrado	Matemática
Rosivania Maria da Silva	Mestrado	Letras e Artes, Linguística, Literatura, Línguas Estrangeira (Espanhol) e Cultura Hispânica, EAD
Sinesio da Silva Bina	Mestrado	Letras e Arte
Yasmin Ramos Peregrino	Mestrado	Arquitetura e Urbanismo

3.4.2. Experiência Profissional e no Magistério

<i>EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE</i>				
Docente	Experiência Profissional	Magistério Superior	Magistério na Educação Básica	Magistério na EaD
Alexandre dos Santos Souza	12	36	130	0
Diego José Fernandes Freire	36	66	96	24
Flávio Souza Azevedo	210	0	38	0
Geraldo Neves de Oliveira Neto	168	84	84	72
Jaime Luiz Bezerra do Nascimento	105	-	105	-
Lucas Lopes Costa Nobrega	180	-	20	-
Kildenberg Kaynan Felix Nunes	48	14	60	1
Lahyana Rafaella de Freitas Cunha Fernandes	0	120	49	0
Luiza Maria Medeiros de Lima	12	0	90	0
Raoni Gomes de Sousa	36	0	48	0
Ronildo Nicodemos da Silva	0	54	35	38
Rosivania Maria da Silva	72	36	196	96
Sinesio da Silva Bina	273	2	20	0
Yasmin Ramos Peregrino	28	0	90	0

3.4.2.1. Experiência Profissional

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo possui, em sua maioria, relevante experiência profissional fora do ambiente acadêmico. Essa experiência permite em sua prática docente apresentar aplicações que guardam relações teórico-práticas com os conteúdos curriculares das disciplinas ofertadas na matriz curricular do curso. Suas experiências profissionais propiciam a construção de relações interdisciplinares e transversais

e a análise das competências a serem desenvolvidas pelos discentes previstas no PPC do curso, abordando os conteúdos curriculares de forma ainda mais direta e precisa, mantendo o enfoque na relação entre o conteúdo e a atuação profissional.

A experiência profissional contempla a experiência no mundo do trabalho do corpo docente, que é bastante diferenciada considerando a experiência anterior ao ingresso no IFPB, que facilita apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, como atividades de desenvolvimento sustentável, e consultoria ambiental; aplicar a teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional; atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática; e promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto educacional.

Essa experiência interfere de forma bastante positiva no desempenho dos discentes nas atividades práticas, nos projetos de pesquisa, nas ações da extensão e no estágio curricular supervisionado.

3.4.2.2. *Experiência no Magistério Superior*

Os docentes do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo possuem experiência significativa no magistério da educação básica e mais de 50% do corpo docente possui experiência na educação superior, evidenciando suas contribuições para promover diferentes ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, como núcleos de aprendizagem; expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, a partir de um diagnóstico local; apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de sempre trazer a realidade que o discente vivencia no sertão paraibano; elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades, como as monitorias; e elaborar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período a partir de provas, seminários, discussões, rodas de conversa, atividades de campo, de laboratório, participação, dentre outros. Essas ações demonstram a capacidade dos docentes para exercer liderança e para a produção acadêmica.

3.5. Pessoal Técnico Administrativo

O corpo técnico administrativo faz parte do conjunto de profissionais que estará atuando de forma direta e indireta com todo o processo de ensino- aprendizagem que visa à formação do

Arquiteto e Urbanista. O quadro de profissionais é qualificado e está à disposição para contribuir nas diversas atividades desenvolvidas no curso, sendo 21 (vinte e um) técnico administrativos, dentre eles 01 (uma) Doutora, 09 (nove) Mestres e 09 (nove) Especialistas.

Segue abaixo o quadro de funcionários que compõem o pessoal técnico administrativo do IFPB *Campus* Catolé do Rocha, todos com regime de trabalho de 40 horas, com seus respectivos cargos e titulação:

<u>PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO</u>			
Servidor	Regime de Trabalho	Graduação	Titulação
Ana Maria Torres Brasil	T-40	Enfermagem	Especialização
Aryane Maryane Praxedes	T-40	Ecologia	Especialização
Celso Cardoso da Silva	T-40	Gestão de pessoas	Especialização
Cleide Alves de Sousa	T-40	Biblioteconomia	Mestrado
Daniel Neemias Torres Siqueira	T-40	Administração	Especialização
Daylson Soares de Lima	T-40	Pedagogia	Especialização
Eliane Lucas da Silva	T-40	Psicologia	Mestrado
Francisco João de Deus de Carvalho	T-40	Administração	Mestrado
Joelson Carvalho dos Reis	T-40	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Especialização
Ligia Gomes Ferreira de Souza	T-40	Ciências Biológicas	Mestrado
Marta Simone Vital Barreto	T-40	Serviço Social	Mestrado
Mayana Chagas Carvalho	T-40	Arquitetura e Urbanismo Engenharia Civil	Mestrado
Mercia Cibele da Cruz Gouveia	T-40	Contabilidade	Especialização
Nádia Lauane Silva Oliveira	T-40	Direito	Especialização
Naftaly de Araújo Vieira Melo	T-40	Arquivologia	Especialização
Raniery Antunes Queiroga	T-40	Licenciatura	Mestrado
Romildo de Souza Lima	T-40	Médio Técnico	
Suellen Conceição Ribeiro	T-40	Biblioteconomia	Mestrado
Vera Cléia Alves da Silva Cavalcanti	T-40	Pedagogia	Mestrado
Wellington Azevedo Vidal	T-40	Ensino Médio	
Wellita Azevedo Silva	T-40	Tecnologia em Alimentos	Doutorado

3.6. Política Institucional de Capacitação de Servidores

A capacitação de servidores que atuam junto com curso de Arquitetura e Urbanismo tem por objetivo geral desenvolver as competências individuais dos servidores através da realização de ações de capacitação, proporcionando a valorização das potencialidades do servidor, crescimento pessoal, criticidade, refletindo na melhoria da prestação do serviço com consequente desenvolvimento institucional.

O IFPB *Campus* Catolé do Rocha estimula e fomenta a capacitação interna ou externa, a partir de cursos de aperfeiçoamento, atualização ou capacitação, podendo abranger ainda pós-graduação nas modalidades *lato* e *stricto sensu*, procurando atender o disposto na Resolução n° 64 (IFPB, 2021e), que dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do IFPB (2020-2024) e a Resolução AR n° 02/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB (IFPB, 2024f), que dispõe sobre a alteração da Regulamentação referente à Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do IFPB.

O planejamento das ações de capacitação dos servidores é realizado em conjunto por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), um dos instrumentos da nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) elaborado anualmente por cada instituição do Serviço Público Federal para vigorar no exercício seguinte, conforme Decreto n° 9.991, de 2019 (Brasil, 2019b). Ressalta-se atenção ainda aos dispositivos legais, Lei n° 11.784 (Brasil, 2008c), que aborda a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), e ainda a Lei n° 12.772 (Brasil, 2012d), que dispõe sobre:

A estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nos 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4o da Lei no 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

4. INFRAESTRUTURA

4.1. Infraestrutura do Campus

A infraestrutura atual do Campus do IFPB - Catolé do Rocha abrange a guarita, o prédio do bloco administrativo (destinado às atividades da gestão e do corpo técnico-administrativo) e o do bloco acadêmico (destinado às atividades didático-pedagógicas). Ressalta-se que as obras de construção do Ginásio Poliesportivo estão em fase de finalização e foram iniciadas as obras do Restaurante Estudantil.

O Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo utilizará as instalações descritas a seguir:

<i>INFRAESTRUTURA DO CAMPUS</i>		
Ambiente	Quantidade	Área
Sala de Direção Geral	1	36,92 m ²
Sala da Secretaria da Direção de Desenvolvimento de Ensino	1	10,12 m ²
Sala de Direção de Desenvolvimento de Ensino	1	30,93 m ²
Sala de Coordenação de Curso	1	30,38 m ²
Sala de Psicologia	1	17,08 m ²
Sala da Enfermaria	1	23,93 m ²
Sala da CLAI	1	22,94 m ²
Sala da COPAE	1	22,94 m ²
Sala Coletiva de Professores	1	48,08 m ²
Salas de Aulas	13	828,49 m ²
Banheiro coletivo	8	146,80 m ²
Sanitários Acessíveis	8	27,68 m ²
Miniauditório	1	61,61 m ²
Biblioteca	1	63,73 m ²
Sala de Leitura/Estudos (Biblioteca)	1	63,73 m ²
Laboratório de Informática	2	63,73 m ²
Laboratório de Matemática	1	63,73 m ²
Laboratório de Física	1	63,73 m ²
Laboratório de Química	1	63,73 m ²
Laboratório de Biologia	1	63,73 m ²
Laboratório de Desenho Básico Técnico	1	77,29 m ²

Laboratório de Desenho Auxiliado por Computador	1	80,36 m ²
Laboratório de Topografia	1	14,20 m ²
Laboratório de Materiais	1	63,73 m ²
Laboratório de Solos	1	63,73 m ²
Laboratório de Instalações Prediais	1	95,97 m ²

O Campus também possui regulamento institucional sobre a adoção de procedimentos de conscientização interna sobre guarda, administração e utilização do patrimônio público, tendo como fundamento as seguintes normativas: Resolução *Ad Referendum* n° 29 (IFPB, 2018), que dispõe sobre aprovação do Manual de Rotinas de Patrimônio do IFPB e a Resolução *Ad Referendum* n° 28 (IFPB, 2018), que dispõe sobre aprovação do Manual de Gestão dos Almojarifados no âmbito do IFPB.

4.2. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O espaço de trabalho destinado para os docentes de tempo integral gera um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas. Investir em espaços adequados para o desenvolvimento do trabalho docente é relevante na busca de atingir os objetivos acadêmicos e da instituição de forma competente.

Há ambientes que podem ser utilizados pelos docentes para desenvolvimento do trabalho, como Biblioteca e laboratórios vinculados às suas disciplinas. Todos esses espaços contam com climatização e iluminação, com manutenção realizada frequentemente, mantendo condições adequadas de limpeza.

4.3. Espaço de trabalho para o coordenador

Inicialmente, o espaço de trabalho da Coordenação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB Campus Catolé do Rocha será compartilhado com a Coordenação do Curso Técnico de Edificações. O espaço, com área de 30,38 m², divide-se em dois ambientes interligados:

- Recepção: Espaço individual, com climatização e iluminação, composto por birô, cadeiras, armário e computador conectado à impressora.

- Sala da Coordenação: Espaço individual, com climatização e iluminação, janela ampla, composto por birô, cadeiras, armário e computador conectado à impressora da recepção.

Essa configuração permite que a Coordenação do Curso realize atendimentos tanto individuais quanto em pequenos grupos, proporcionando condições razoáveis para o suporte aos docentes, discentes e à comunidade acadêmica. A manutenção do espaço é realizada frequentemente, apresentando condições adequadas de limpeza.

4.4. Sala coletiva de professores

Os professores do Curso Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB Campus Catolé do Rocha irão dispor de uma sala coletiva localizada no Bloco Acadêmico A. Este espaço, com área total de 48,08m², é utilizado para todas as atividades extraclasse presenciais e para os momentos de descanso do corpo docente do campus, atualmente composto por 37 servidores.

Esse ambiente encontra-se equipado com 5 mesas individuais de trabalho, uma mesa de reunião ampla, 10 cadeiras, 4 armários para armazenamento de materiais (tanto abertos quanto fechados com chave), 3 computadores destinados à pesquisa e ao trabalho, uma impressora a jato de tinta e uma impressora a laser, com função de copiadora e scanner. Para momentos de descanso e integração, são disponibilizados um sofá de 3 lugares, 1 frigobar e 1 bebedouro. O ambiente é climatizado, bem iluminado e recebe serviços de limpeza e conservação regularmente.

4.5. Salas de aula

As salas de aula existentes atualmente nos Blocos Acadêmicos do IFPB Campus Catolé do Rocha, que serão destinadas ao Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, são adequadas para o desenvolvimento das disciplinas de caráter eminentemente teórico do curso. Cada sala apresenta capacidade para, em média, 40 alunos, possibilitando configurações flexíveis e adaptações para diferentes atividades acadêmicas de acordo com o planejamento docente. Estas contam com janelas amplas com iluminação natural e persianas, são climatizadas por meio de aparelhos de ar-condicionado, quadro, disponibilidade de projetor multimídia, rede internet *wi-fi*, carteiras (ou cadeiras universitárias para destros e canhotos). Todas as salas possuem dois interruptores de luz, de modo que é possível apagar apenas a fileira de iluminação

próxima à parede de projeção, tornando a iluminação mais confortável para o desenvolvimento das aulas. Os espaços possuem supervisão de manutenção e a limpeza é realizada diariamente.

Outros espaços dão suporte ao ensino, principalmente os laboratórios nos quais diversas aulas serão ministradas, como Laboratório de Desenho Auxiliado por Computador, Laboratório de Instalações Prediais, Laboratório de Solos, Laboratório de Materiais e Laboratório de Desenho. Eventualmente, também poderão ser utilizados para aulas, ou atividades de pesquisa e extensão, os laboratórios de formação básica, de Física, Matemática, Química e Biologia. Tais laboratórios possuem salas com mesmas condições de iluminação e climatização, com quadro e carteiras ou bancos para aulas e instruções vinculadas às práticas laboratoriais.

4.6. Biblioteca

A Resolução nº 111 (IFPB, 2017h) dispõe sobre o Regimento das Bibliotecas do IFPB, estabelecendo os fundamentos legais, os objetivos, a estrutura organizacional, as competências, as normas de funcionamento e os serviços das bibliotecas do IFPB. De acordo com a Resolução nº 111 (IFPB, 2017h), os objetivos das bibliotecas do IFPB são:

- Apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFPB;
- Promover o acesso e a disseminação da informação científica e tecnológica;
- Preservar e divulgar o patrimônio bibliográfico e documental do IFPB;
- Estimular a leitura e a formação de leitores críticos e criativos;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural e social da comunidade.

A Biblioteca do IFPB *Campus* Catolé do Rocha tem como missão promover o acesso, a recuperação e a transferência de informação à comunidade acadêmica, visando contribuir para a sua formação profissional e humanística, colaborando para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade como um todo. Tem por objetivo apoiar efetivamente o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelo IFPB *Campus* Catolé do Rocha contribuindo, assim, na formação intelectual, social e cultural de seus usuários de forma individual e/ou coletiva.

Atualmente a biblioteca conta com dois espaços físicos localizados no bloco acadêmico. A primeira sala dispõe do acervo, o balcão de atendimento e dois computadores para pesquisa com acesso a internet. Já na segunda sala localiza-se a área de estudos, com mesas, cadeiras,

cabines de estudos individuais. Neste segundo espaço dispomos de um ambiente de leitura moderno e aconchegante para os usuários, com rede, almofadas e acolchoados.

As instalações da Biblioteca estão organizadas de modo a favorecer a acessibilidade de seus usuários. Desta forma, as estantes estão instaladas com espaço mínimo de 1,00 m de corredor, permitindo a circulação de cadeiras de rodas. O setor conta com uma bibliotecária para o gerenciamento, realização de atendimentos e trabalhos técnicos.

O acervo da biblioteca do IFPB *Campus* Catolé do Rocha é de livre acesso a toda comunidade. O acervo físico está organizado conforme a Classificação Decimal Universal (CDU), a tabela de Cutter e todas as diretrizes documentais internacionais. Os alunos também têm acesso livre ao Portal Capes e a computadores para pesquisa e estudo. Quanto ao Controle patrimonial dos livros e materiais informacionais da unidade, antes de o material receber o tratamento técnico, o setor de patrimônio do *Campus* tomba todos os exemplares com os respectivos números de tomo (registro que permite controle patrimonial) e só depois inserimos no nosso programa de automação de biblioteca. A biblioteca desenvolve também ações de extensão e formação com a comunidade.

4.6.1. Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

A biblioteca do campus segue a Resolução CS nº 48 (IFPB, 2017), que reformula a Resolução nº 177, de 13/11/2015, que dispõe da Regulamentação da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico no âmbito do IFPB.

A Resolução nº 114 (IFPB, 2017h) regulamenta o plano de desenvolvimento de coleção das bibliotecas do IFPB. A principal função do acervo é responder às necessidades de informação dos cursos, considerando as práticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidas no IFPB. A aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca é realizada através de compra e doação. Todos os documentos adquiridos com recursos financeiros do IFPB são considerados compras e todos os documentos não adquiridos com recursos financeiros do IFPB são considerados doações, incluídos livros e periódicos enviados pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e os depósitos obrigatórios.

A formação e desenvolvimento de coleções devem responder ao projeto educacional do *Campus* e às necessidades dos públicos atendidos pela biblioteca. Assim, para formação do acervo especializado, a seleção deve obedecer à seguinte ordem: títulos das bibliografias dos cursos, títulos indicados para projetos de pesquisa, extensão e inovação, títulos nas áreas dos

cursos indicados por professores. Os critérios de seleção para aquisição de livros são: suportes informacionais (impressos, eletrônicos, multimeios) mais adequados, áreas do conhecimento mais procuradas, áreas do conhecimento menos supridas, tipos de documentos mais utilizados e documentos escritos em Português.

4.6.2. Sistema de gestão do acervo bibliográfico

A biblioteca do Campus Catolé do Rocha conta com um sistema de gerenciamento digital de bibliotecas, o Koha, que se trata de um sistema totalmente operado através da internet e de formato livre e aberto, instituído por meio da Resolução CS n.º 8/2018 (IFPB, 2018f). O Koha conta com um pacote completo de gerenciamento de bibliotecas, com módulos responsáveis pela circulação de materiais, catalogação, relatório, ferramentas, controle de usuários e etc. Contamos com um Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPB que é o responsável pelo gerenciamento do software, treinamentos e capacitações, tomadas de decisões quanto às ferramentas e usabilidade, e definição de perfil e pré-requisito para acesso ao superlibrarian do sistema. Isto, em conformidade com a Resolução CS/IFPB n.º 54/2018, que dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas.

4.6.3. Plano de Contingenciamento

O Plano de Contingenciamento da biblioteca visa garantir o acesso aos produtos e serviços prestados pela unidade, como também, apresentar um plano estratégico e operativo para controlar e minimizar situações de emergência e suas consequências para a comunidade. O plano está em processo de aprovação.

4.7. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Os discentes têm à disposição laboratórios de informática equipados com computadores, quadros, projetores multimídia, ar-condicionado, internet sem fio (wi-fi) e conexão por cabos, além de mesas centrais. Todos os computadores possuem acesso à internet e estão conectados em rede, o que permite o controle do que está sendo acessado, bem como facilita a realização de trabalhos em grupo.

O material desenvolvido em aula, como programas de disciplina, protocolos e cronogramas, pode ser disponibilizado para todos os acadêmicos através do Portal do Estudante e do SUAP. O acesso é permitido a partir de senhas de uso pessoal para cada acadêmico e docentes de toda a Instituição. Trata-se de uma importante ferramenta de trabalho que tem otimizado o acesso à informação de maneira rápida e eficiente.

O Campus Catolé do Rocha conta com dois laboratórios de informática e um de Desenho Auxiliado por Computador, que também pode ser utilizado como laboratório de informática, pois contém os mesmos programas presentes nos laboratórios de informática. Os três laboratórios, estão no bloco acadêmico, dois laboratórios contendo 40 desktops cada, e o outro contém 23 máquinas.

Para acessar essas máquinas, o aluno utiliza as mesmas credenciais de acesso ao SUAP. Essas credenciais são mantidas ativas de forma automática enquanto o aluno está regularmente matriculado. No momento em que ele perde o vínculo, suas credenciais de acesso à infraestrutura de informática do Campus são automaticamente desativadas. Além dos laboratórios, o aluno tem acesso livre para estudos a uma bancada com 3 computadores na biblioteca, também contendo os mesmos programas que equipam os laboratórios.

Em relação aos pontos de acesso sem fio (wi-fi), existem ao todo 10 equipamentos distribuídos entre os blocos acadêmicos e administrativos. Os laboratórios que servem ao Curso de Informática, Edificações e Administração são equipados com SSDs de pelo menos 250GB, contendo diversos programas utilizados pelo curso, além daqueles mantidos em parceria com a AUTODESK por meio de licenças educacionais, como o AutoCad e Revit. A autenticação desses programas é feita por meio de um servidor de licença mantido na Coordenação de Tecnologia da Informação (TI) do Campus. Ressalta-se que essa infraestrutura é utilizada atualmente pelos alunos de todos os cursos técnicos integrados de Edificações e Informática, em aulas regulares.

No que diz respeito ao acesso dos alunos aos laboratórios, este deve ser realizado com acompanhamento de um servidor (professor ou técnico administrativo), e a autenticação é realizada por meio do Active Directory - servidor que sincroniza login, que é a matrícula, e senha cadastrada pelo setor de T.I do campus.

Além dos laboratórios e biblioteca, os alunos têm acesso à internet também por meio da infraestrutura de wi-fi. Usuários externos, como colaboradores de projetos de extensão, têm acesso com as credenciais de convidados, tanto para a utilização dos laboratórios de informática quanto para a bancada de estudos da biblioteca.

O link de internet do IFPB Campus Catolé do Rocha tem uptime (disponibilidade) de 99,8% ao ano, com banda dedicada de 100 Mbps, servindo às VLAN Alunos e Servidores. Além dos programas básicos, como descompactador de arquivos, pacote de escritório, antivírus, leitor de PDF, navegador, AutoCAD, Revit etc., qualquer outra solução da Autodesk é disponibilizada caso seja solicitada por algum docente.

No final de cada ano letivo, é enviado um e-mail para as coordenações e Direção de Ensino, solicitando os programas e suas respectivas versões para serem replicados nos computadores durante o mês de janeiro (férias gerais no Campus), mês utilizado pela TI para a manutenção preventiva dos equipamentos (limpeza dos componentes, teste de teclado, mouse, etc...). Fora desse período, qualquer solicitação de instalação de programas ou manutenção, seja preventiva ou corretiva, deve ser requerida por meio da abertura de chamado junto à central de serviços no SUAP. O chamado é direcionado para a Coordenação de TI (CTI) do Campus e, se for de natureza sistêmica, como algo relacionado ao site institucional, portal, SUAP, é direcionado para a DTI (Diretoria de TI na reitoria). Chamados com demanda para instalação de programas devem ser abertos com o mínimo de 30 dias de antecedência, uma vez que é necessário realizar o procedimento à medida que o laboratório está disponível, sem atrapalhar as aulas.

4.8. Laboratórios didáticos de formação básica

Os laboratórios de formação básica poderão ser utilizados, eventualmente, pelo Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, em função de demandas de ensino, pesquisa ou extensão vinculados às áreas de paisagismo, estruturas, materiais de construção civil ou matemática aplicada à arquitetura e urbanismo. Nesse sentido, estão disponíveis os seguintes laboratórios: Laboratório de Matemática, Laboratório de Física, Laboratório de Biologia e Laboratório de Química. São comuns as normas e regras de utilização, conservação e manutenção dos laboratórios, regidas pela Instrução Normativa PRE 005/2018 do IFPB e pelo Regulamento Interno de Gestão do Uso dos Laboratórios Didáticos do IFPB Campus Catolé do Rocha.

Além disso, os laboratórios contam com estrutura de rede de acesso à internet, com coordenadores designados através de Portaria e uma equipe de técnicos de laboratórios que são responsáveis pela manutenção periódica e avaliação das condições de uso e necessidades de atualização e adequação.

LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Cadeira para discente	10
Quadro branco	01
Ar condicionado	02
Estante ou Armários	02
Conjunto de sólidos geométricos em acrílico cm 37 peças	01

LABORATÓRIO DE FÍSICA	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Banqueta para discente	05
Quadro	01
Ar condicionado	02
Armários fixos nas bancadas	-
Miragem Holográfica AZEHEB	02
Conjunto superfícies equipotenciais AZEHEB	06
Unidade Mestra II para Física Geral EQ100A	04
F62 Capacitor Variável de Placas Paralelas	04

LABORATÓRIO DE BIOLOGIA	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Banqueta para discente	21
Quadro	01
Ar condicionado	02
Armários fixos nas bancadas	-
Microscopio biologico binocular led 1600x Im2120bl	10
Acessórios e materiais diversos de consumo	-

LABORATÓRIO DE QUÍMICA	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01

Cadeira para docente	01
Banqueta para discente	20
Quadro	01
Ar condicionado	02
Armários fixos nas bancadas	-
Chuveiro e Lava Olhos	01
Balança Analítica 220g	01
Capela de Exaustão em fibra de vidro 60 M3/MIN.	01
Balança Eletrônica de Precisão 500g	01
Banho Ultrassônico	01
Estufa Laboratório	01
Agitador magnético	01
Condutivímetro de bancada	01
Destilador de água capacidade 10	01
Manual de soluções, reagentes e solventes.	01
Medidor de pH - pHmetro de Bolso Akso AK90	01
pHmetro de bancada microprocessado digital AT 355	01
Acessórios e materiais diversos de consumo	-

4.9. Laboratórios didáticos de formação específica

A integração entre abordagens metodológicas práticas e teóricas é fundamental para garantir o devido processo de ensino e aprendizagem discente no Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. A vivência prática ao longo do curso tem potencial de promover autonomia e senso de responsabilidade profissional ao aluno desde o início de sua formação acadêmica, além de incentivar o contato com atividades de pesquisa e extensão. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, instituída pela Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 e alterada pela Resolução CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021:

“Art. 3º O projeto pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, deverá incluir, sem prejuízos de outros, os seguintes aspectos: [...] III - formas de realização da interdisciplinaridade; IV - modos de integração entre teoria e prática; [...]”

Como forma de possibilitar este ensino prático, o Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFPB Campus Catolé do Rocha possui laboratórios didáticos de formação específica, devidamente regidos pela Instrução Normativa PRE 005/2018 do IFPB e

pelo Regulamento Interno de Gestão do Uso dos Laboratórios Didáticos do IFPB Campus Catolé do Rocha. Tais laboratórios são compartilhados por docentes, técnicos, discentes, monitores, bolsistas de iniciação científica, extensionistas e pesquisadores do Curso em questão e também do Curso Técnico Integrado de Edificações.

O IFPB *Campus* Catolé do Rocha disponibilizará para o Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo as instalações e equipamentos elencados a seguir:

AMBIENTES	QTD	Área (m ²)
Laboratório de Solos	01	63,73 m ²
Laboratório de Materiais	01	63,73 m ²
Laboratório de Desenho Auxiliado por Computador	01	80,36 m ²
Laboratório de Instalações Prediais	01	95,97 m ²
Sala de equipamentos de Topografia	01	14,20 m ²
Laboratório de Desenho Básico Técnico	01	77,29 m ²

LABORATÓRIO DE DESENHO AUXILIADO POR COMPUTADOR	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Cadeira para discente	40
Quadro branco	01
Projetor multimídia	01
Ar condicionado	02
Estante	01
Mesa dupla para computadores	20
Computadores	40
Software para Desenho Auxiliado por Computador	40

LABORATÓRIO DE DESENHO BÁSICO TÉCNICO	
MATERIAIS	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Quadro branco	01
Projetor multimídia	01
Ar condicionado	02
Cadeira para discente	26
Estante	2
Gaveteiro	01
Pranchetas com régua paralela	26

Conjunto de sólidos geométricos	02
---------------------------------	----

LABORATÓRIO DE MECÂNICA DOS SOLOS	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Armários fixos nas bancadas	-
Agitador de peneiras	01
Aparelho dispersor para sedimentos	01
Balança eletrônica	01
Balança de precisão	01
Conjunto de Chapman para determinação de umidade	02
Conjunto de peneiras granulométricas redondas	01
Conjunto para densidade in situ: frasco de areia	02
Densímetros	04
Disco espaçador para cilindro Proctor	04
Estufa de secagem e esterilização	01
Kit de Limite de Liquidez	02
Kit de Limite de Plasticidade	02
Medidor de umidade tipo Speedy	02
Molde cilíndrico para Proctor	04
Paquímetro	01
Relógio comparador digital	02
Repartidor de amostras	01

LABORATÓRIO DE MATERIAIS	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Armários fixos nas bancadas	-
Argamassadeira	01
Aparelho para determinação de ar incorporado ao concreto fresco	01
Aparelho de VICAT para cimento	02
Balança eletrônica Cap. 300 Kg	01
Betoneira	01
Carro de mão	05
Conjunto de Chapman para determinação de umidade	02
Conjunto Slump Test	02
Fôrma para concreto Ø10x20cm com alça para transporte	03
Fôrma para concreto Ø5x10cm com alça para transporte	24
Kit de ferramentas de pedreiro	02
Paquímetro digital	01

Pedestal para adaptação da prensa	02
Prensa eletro-hidráulica de 100t para ruptura de corpos de prova de concreto	01
Retífica de corpos de prova	01

SALA DE EQUIPAMENTOS DE TOPOGRAFIA - EXISTENTE	
MATERIAIS PARA AQUISIÇÃO – DESCRIÇÃO	QTD
Teodolito	02
Estação Total	03
GPS	01
Bússolas	08
Nível cantoneira	05
Baliza topográfica	01
Tripé extensível em alumínio	05
Prisma com suporte	05
Mira topográfica	05
Trena de fibra de vidro	02
Trena metálica	01

LABORATÓRIO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS	
MATERIAIS – DESCRIÇÃO	QTD
Mesa para docente	01
Cadeira para docente	01
Quadro branco	01
Banco alto de madeira	30
Projektor multimídia	01
Ar condicionado	01
Conjunto didático de instalações elétricas residenciais	01
Conjunto didático de instalações hidráulicas residenciais	01
Painéis de conexões e acessórios para instalações de água e esgoto	01

Além destes, são necessários os seguintes espaços:

- **Laboratório de Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo**, deve ser equipado com 20 computadores de alto desempenho, de maneira a permitir o cumprimento do conteúdo obrigatório previsto nas diretrizes curriculares, atendendo às disciplinas de Expressão Gráfica III e IV, Projeto de Arquitetura IV ao VII, Urbanismo III e IV, Paisagismo e Planejamento Urbano e Territorial, entre outras. O laboratório deverá dispor, ainda, de horários livres para a utilização do corpo discente, com o objetivo de implementar a utilização do instrumental da informática no cotidiano do aprendizado.

• **Laboratório de Conforto Ambiental** deverá ser utilizado em aulas práticas das disciplinas Conforto no Ambiente Construído II, III e IV, bem como servir de apoio às análises e experimentações envolvidas nas pesquisas e nos processos criativos/propositivos de diversas disciplinas do curso - tais como Projeto Arquitetônico, Urbanismo e Paisagismo. Seu objetivo é permitir a aplicação de métodos de análise das variáveis ambientais e sua ação sobre as construções e as cidades, visando a obtenção do melhor nível de desempenho, conforme requisitos e padrões classificatórios ou normativos, de modo a atender às necessidades e às expectativas dos usuários, bem como critérios de eficiência energética.

• **Laboratório de maquetes, modelos e audiovisual:** deve ser voltado à experimentação com recursos audiovisuais e com modelos físicos e geométricos, servindo de apoio aos trabalhos práticos e propositivos, desenvolvidos em diversas disciplinas, durante todo o curso. Para isso, recomenda-se que o espaço seja estruturado com concepção semelhante a um laboratório Maker, contando com bancadas de trabalho individuais e coletivas, passíveis de arranjos flexíveis; sendo dotado de materiais e equipamentos adequados à realização de trabalhos manuais e digitais. Dessa forma, visa-se estimular a incorporação de tecnologias de projeto auxiliado por computador, tais como impressora 3D e máquinas de corte a laser nos processos de projeto, para a produção de modelos, maquetes, protótipos e/ou peças construtivas. O laboratório deve contar ainda com estrutura necessária à produção/experimentação com material audiovisual, voltada à documentação e à iconografia no campo da arquitetura e do urbanismo, tais como scanner, impressora e computadores com software de edição de imagem.

• **Salas de Projeto (atelier):** são destinadas às atividades individuais e coletivas de atelier, atendendo à demanda das disciplinas voltadas à elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. No tocante ao mobiliário e à infraestrutura, as salas devem ser equipadas com mesas de grande formato, na quantidade necessária para o trabalho de todos os alunos da turma e professores, reunidos no horário de aula. Além das mesas, estes espaços devem contar com computadores, rede de internet sem fio e tomadas elétricas para equipamentos de informática portáteis dos alunos. Devem ser climatizadas e dispor de espaço para exposições de projetos em suporte físico e em projeção digital. Tais salas devem ficar à disposição dos alunos para desenvolvimento de trabalhos em horários extraclasse.

4.10. Comitê de Ética em Pesquisa

O Instituto Federal da Paraíba possui Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), criado por determinação federal (Conforme Resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde - Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos), sendo um comitê central, composto por um colegiado interdisciplinar e independente, com sede em João Pessoa. Tem como missão primária salvaguardar os direitos dos voluntários (sujeitos da pesquisa), colaborando para que seus direitos e dignidade sejam preservados.

Além disso, o CEP contribui para a qualidade dos trabalhos científicos e para a discussão do papel da produção de conhecimento no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade. Contribui, ainda, para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que sua proposta é eticamente adequada. É um comitê interdisciplinar, que tem por função avaliar os projetos de pesquisa que envolvam a participação de seres humanos. As características e atribuições dos Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil estão contidas nas normativas emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde. O CEP - IFPB está homologado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), pertence à própria instituição e presta atendimento a instituições parceiras. Sua instalação, composição e atribuições estão regulamentados pela Resolução AR do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE no 01 (IFPB, 2019).

4.11. Política Institucional de Acessibilidade

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) em seu artigo 205 descreve:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Logo, percebe-se que a educação, por ser direito de todos, deve ser disponibilizada e acessível independentemente de qualquer característica que a pessoa tenha. Nesse sentido, os artigos 206 e 208 (Brasil, 1988) ainda elucidam que o ensino deve se pautar em condições de igualdade tanto para o acesso quanto para a permanência na escola. Assim, o IFPB busca promover o acesso pleno de todos os estudantes ao ensino de qualidade, sendo isso efetivado por meio de ambientes estruturados, de tecnologias assistivas e de apoio humano especializado. A Lei nº 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL,

2015c), reforçando o que traz a nossa Constituição, aponta para a questão de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, além de trazer ainda outros elementos que complementam esse objetivo maior.

Cabe salientar que a Educação Especial é uma modalidade da Educação. A Educação Especial é transversal a todos os níveis e modalidades, contemplando a todos aqueles que são público-alvo dessa dimensão, mas não se limitando a ela, pois um sistema educacional inclusivo vai mais além, uma vez que trata do ensino com abordagens que favoreçam a todas as realidades encontradas em nossa sociedade. Ainda, a Educação Especial, segundo o MEC, por meio da Portaria N° 3.284/2003 (BRASIL, 2003), tem como característica o atendimento de pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

As políticas de acessibilidade do IFPB estão definidas na Resolução n° 240, emitida pelo Conselho Superior da Instituição (IFPB, 2015d). Esse documento institucional prevê em cada *Campus* o funcionamento do CLAI, como setor responsável pela educação especial, dotando-o de recursos humanos e materiais que viabilizem e dêem sustentação ao processo de educação inclusiva. Esse núcleo é regido por regulamento específico, definido pela Resolução n° 6 (IFPB, 2024).

Sendo assim, a instituição promove ações que integrem todos nas atividades acadêmicas por meio da formação/capacitação dos professores e de profissionais especializados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades educacionais específicas e para Atendimento Educacional Especializado (AEE); da inserção nos currículos das Licenciaturas a disciplina Educação Inclusiva, de caráter obrigatório; da garantia de inserção, nos currículos das Licenciaturas, a disciplina Libras em caráter obrigatório, ministrada preferencialmente por um surdo, e nos demais cursos como disciplina optativa; da prorrogação do tempo máximo para integralização dos cursos, não excedendo o limite de 50%; da garantia de inserção de discussões e práticas inclusivas nos PPC; da garantia de que todos os editais, das áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, tenham reserva de 10% de suas vagas para projetos com foco em políticas inclusivas, afirmativas, de gênero e/ou sustentabilidade social; da garantia de que as temáticas referentes à cultura afro-brasileira e indígena perpassem transversalmente os cursos da Educação Básica especialmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira; e da promoção de terminalidade específica, nos termos legalmente previsto (IFPB, 2015d).

Essas políticas garantem que os professores, apoiados pelos setores pedagógicos e de inclusão, deverão, sempre que necessário, flexibilizar e adaptar o currículo, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, além de desenvolver metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos, ampliando o tempo de realização das avaliações quando necessário, dentre outras possibilidades.

Ainda para atender à resolução, a instituição conta com profissionais que executam serviços que possibilitam um sistema educacional inclusivo, a saber: serviços de cuidadores e letores. Além disso, possui o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico específico para atender aos estudantes. Dessa forma, o IFPB Campus Catolé do Rocha procura manter e executar uma política de educação inclusiva de forma eficaz, proporcionando a todos os alunos uma educação igualitária baseada na equidade.

5. CERTIFICAÇÃO

A RESOLUÇÃO N° 44-CS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017 do Conselho Superior do IFPB regulamenta os requisitos e o processo para a diplomação em todos os cursos superiores do IFPB. A colação de grau é um processo obrigatório a todos os alunos, consistindo de um dos requisitos finais para emissão e registro do diploma. Para colar grau, os alunos precisam atender todos os requisitos legais estabelecidos neste PPC, cumprir toda a carga horária obrigatória; comprovar regularidade acadêmica junto a Coordenação de Controle Acadêmico, biblioteca e outros serviços de atendimento aos alunos do campus Cajazeiras.

A solenidade de colação de grau será agendada pela Direção de Ensino em conjunto com a Coordenação de Cerimonial do campus com, pelo menos, 45 dias de antecedência, sendo a Coordenação de Cerimonial do campus responsável por comunicar a Coordenação de Cerimonial da Reitoria a previsão de data da solenidade.

É importante observar que os prazos estabelecidos estão relacionados à data de entrada do requerimento do aluno, e sua homologação ou não junto a Coordenação de Controle Acadêmico do Campus Catolé do Rocha. No ato da Colação de Grau, o graduando receberá um certificado de conclusão de curso. A Coordenação de Controle Acadêmico dará início ao procedimento para emissão do diploma, e encaminhará os processos dos graduados aos setores responsáveis para emissão e registro do mesmo.

Considerando que o IFPB, através de normativas em construção, possibilita a emissão de Diploma Digital do IFPB sobre Diploma Digital, o graduando poderá requerer tal documento desde que atenda ao disposto nas portarias que normatizam a emissão e o registro dos diplomas em formato digitais no âmbito das instituições de ensino superior: PORTARIA No 330, DE 5 DE ABRIL DE 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino; PORTARIA No 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; PORTARIA No 1.001, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021, que altera a Portaria MEC no 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino, e a Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino.

Em caso de atualização e/ou revogação destas portarias, os pedidos de emissão do diploma no formato digital passarão por análise interna no âmbito do IFPB, que deverá deferir ou indeferir tal solicitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. Caderno 32. **XXXII COSU - Conselho Superior da ABEA e XXVI Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Novos Perfis e Padrões de Qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo: do Projeto Pedagógico às Atribuições Profissionais.** João Pessoa - PB, novembro de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050: acessibilidade: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: https://www.abntcatalogo.com.br/pnm.aspx?Q=R0xSeFNpSnIx_MU9ndm_ZFZ3VqZzk0SmRpYVN0R1o1ZjVjUVVtS2FWc0xvZz0=. Acesso em: 26 de outubro. 2023.

BRASIL. **Decreto no 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set. 1909. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/589450/publicacao/15626779>. Acesso em: 19 de novembro de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília-DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 nov. 2000a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 11 de novembro de 2023.

BRASIL. **Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2002a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,Ambiental%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 22 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 05 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Portaria No 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p.12, no 219, , 11 nov. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP: 1/2004, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União: Seção 1, p.11, Brasília, DF, 22 jun. 2004a. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_cnecp_n.o_1_d_e_17_de_junho_de_2004.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto no 5296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.5, 03 dez. 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, p. 28, Brasília, 23 dez. 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 22 outubro. 2023.

BRASIL. **Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jun. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. **Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 2008c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111784.htm. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2010-pdf/5651-rces002-10>. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. **Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução no 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.70, 18 jun. 2012b. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22012.pdf?query=CURRICULO. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2012d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Informativa no 138, de 15 de julho de 2015**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos estudantes. Brasília, DF, 15 jul. 2015a. Disponível em: <http://ctur.ufrrj.br/wpcontent/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria no 25, 13 de agosto de 2015**. Define conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, p. 28, Brasília, DF, 28 ago. 2015b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21991-%20portaria-n25-2015-setec-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 2, 07 jul. 2015c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria no 1383, de 31 de outubro de 2017**. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Diário Oficial da União: Edição 210, Seção 1, p. 15, Brasília, 01 nov. 2017b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1383-2017-10-31.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União: edição 243, seção 1, Brasília, DF, página 49, 19 dez. 2018a. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. **Portaria no 330, de 5 de abril de 2018**. Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.66, p.114, 06 abr. 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-330-de-5-d-e-abril-de-2018>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto no 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago.

2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm. Acesso em: 10 dez. 2023

BRASIL. **Portaria no 554, de 11 de março de 2019**. Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, Edição 48, p.23-24, 12 mar. 2019c. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/66544171/do1-2019-03-12-portaria-n-554-de-11-de-marco-de-2019-66543842. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Portaria no 1.001, de 8 de dezembro de 2021**. Altera a Portaria MEC no 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino, e a Portaria MEC no 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, Edição 231, p.360, 09 dez. 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.001-de-8-de-dezembro-de-2021-366025491>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. **Lei no 14.364, de 1o junho de 2022**. Altera a Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir direitos aos acompanhantes das pessoas com prioridade de atendimento, nas condições que especifica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 jun. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14364.htm. Acesso em: 10 dez.2023.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso: 2018.

CONFEA. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Resolução No 1.010, de 22 de agosto de 2005**. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional, 2005. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=550>. Acesso em: 22 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no último censo 2022, 2023**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 13 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 134, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre Regulamentação das atividades de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 02 out. 2015a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/pesquisa/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-134-2015-cs-reu-lamentacao-das-atividades-de-pesquisa.pdf/view>. Acesso em: 12 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 143, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 02 out. 2015b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-143/view>. Acesso em: 30 nov. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 240, de 17 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 17 dez. 2015d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-240>. Acesso em: 30 nov. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 138, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 02 out. 2015e. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-138>. Acesso em: 18 nov. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 132, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 02 out. 2015f. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-132/view>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 146, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 02 out. 2015g. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-146>. Acesso em: 22 nov. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 173, de 13 de novembro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Repositório Digital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 13 nov. 2015h. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-173/view>. Acesso em: 12 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 141/2015, de 02 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a Regulamentação do Colegiado dos Cursos Superiores presenciais e à distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 02 out. 2015i. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21991-%20portaria-n25-2015-setec-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 nov. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução Ad Referendum nº 15, de 05 de outubro de 2016.** Dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 05 out. 2016a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2016/ad-referendum/resolucao-no-15-2016-ar-regulamento-da-politica-de-acompanhamento-de-egressos-do-ifpb.pdf>. Acesso em 11. de dez. 2023.

IFPB. Pró-Reitoria de Ensino. **Instrução Normativa no02/2016-PRE, de 29 novembro de 2016.** Dispõe sobre obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências, 2016b. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/instrucao-normativa-pre-no-02-2016-oferta-disciplina-libras.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

IFPB. **Nota técnica no 01, de 10 de junho de 2016**. Dispõe sobre o procedimento para cumprimento das Resoluções no 132/2015-CS/IFPB, que trata da “Política Ambiental” e de sua integração aos programas dos cursos superiores ofertados no âmbito do IFPB. Diretoria de Educação Superior/Pró-Reitoria de Ensino, 2016c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/nota-tecnica-no-01-2016-des-pre-esclarecimentos-resolucao-politica-de-educacao-ambiental.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução nº 127, de 09 de junho de 2017**. Dispõe sobre Regulamento dos Programas de Pesquisa e Inovação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em conformidade com a Resolução no 134/2015, que regulamenta as atividades de Pesquisa e Inovação e Pós-graduação do IFPB. CONSUPER/IFPB, 09 jun. 2017a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/pesquisa/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-no-127.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução nº 43, de 20 de fevereiro de 2017**. Convalida a Resolução-AR no 15, de 03/10/2016 que dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 20 fev. 2017b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-43>. Acesso em: 12 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução Nº 48-CS, de 20 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a reformulação da Resolução nº 177, de 13/11/2015 que dispõe da Regulamentação da Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-48>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução nº 55, de 20 de março de 2017**. Convalida a Resolução-ARno 01, de 06/01/2017 que dispõe sobre Regulamento para criação, alteração e extinção de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 20 mar. 2017c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/resolucao-no-55-2017.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 54/2017, de 20 de março de 2017**. Convalida a Resolução AR no 31, 21/11/2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 20 mar. 2017d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54>. Acesso em: 13 fev. 2024.

IFPB. **Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista**. Cartilha Institucional. João Pessoa, 2017e. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/ensino/coapne/documentos/cartilha-espectro-autista.pdf>.

Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. **Instrução Normativa no 003, de 21 de novembro de 2017**. Normatiza os procedimentos do sistema de apoio na elaboração dos trabalhos acadêmicos no âmbito das bibliotecas do IFPB. Pró-Reitoria de Ensino, 2017f. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/instrucao-normativa-no-003-2017.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 144, de 11 de agosto de 2017**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. CONSUPER/IFPB, 11 ago. 2017g. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Regimento%20Gerais%20da%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor>. Acesso em: 31 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 111, de 10 de abril de 2017**. Convalida a Resolução-AR no 29, de 25/10/2016, dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 10 abr. 2017h. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/resolucao-no-111-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-29-2016-regimento-geral-bibliotecas.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 44, de 20 de fevereiro de 2017**. Convalida a Resolução-AR no 18, de 10/10/2016 que dispõe sobre a Colação de Grau dos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 20 fev. 2017i. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-44>. Acesso em: 10 dez. 2023.

IFPB. **Regimento Geral do IFPB**. João Pessoa: Editora IFPB, 2018a. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/121/documentos/Regimento_Geral_do_IFPB_2018.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 38, de 19 de dezembro de 2018**. Convalida a Resolução-AR no 54, de 13/12/2018 que dispõe sobre o Regulamento referente às atribuições e competências do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 19 dez. 2018c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-38/view>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 16, de 02 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR no 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 02 ago. 2018d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/defe/principais-normas-e-legislacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifpb.pdf/view>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 8, de 23 de maio de 2018**. Convalida a Resolução-AR no 05, de 08/02/2018 que Institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 23 maio 2018f. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas>. Acesso em: 24 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 28**, de 09 de julho de 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Gestão dos Almojarifados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-28>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N° 29**, de 09 de julho de 2018. Dispõe sobre aprovação do Manual de Rotinas de Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-29>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 54, 19 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. Conselho Superior do IFPB. **Resolução n° 60, de 12 de julho de 2019**. Dispõe sobre a mobilidade acadêmica nacional e internacional. CONSUPER/IFPB, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-60/view>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. Conselho Superior do IFPB. **Resolução no 61, de 01 de outubro de 2019**. Dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 01 out. 2019b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-61/view>. Acesso em: 22 jan. 2024.

IFPB. **Cartilha sobre Saúde Mental**. João Pessoa, 2019c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/assistencia-estudantil/panfleto-oficial-pdf.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução CS no 40, de 07 de agosto de 2019**. Convalida a Resolução-AR n° 19, de 24/04/2018 que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.. CONSUPER/IFPB, 07 agost. 2019d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-19>. Acesso em: 31 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior do IFPB. **Resolução n° 01, de 2020**. Dispõe sobre a Política de Línguas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/REITORIA/IFPB, 2020. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-no-01-2020-politica-de-linguas.pdf/view>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. **Nota técnica no 6, de 30 de junho de 2020**. Dispõe sobre as orientações e procedimentos para depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios de Estágios (RE) no Repositório Institucional (RI) no âmbito do IFPB. Pró-Reitoria de Ensino, 2020a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/nota-tecnica-6-2020-pre-reitoria-ifpb.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2023.

IFPB. Comissão Central de Planejamento e Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional. **Parecer do Resultado final do Plano de Oferta de Curso de Vagas (POCV) do Instituto Federal da Paraíba**, 2020b. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/pre/editais/editais-diversos/ano-2020/edital-no-18-2020-plano-de-oferta-de-cursos-e-vagas-2020-2024/parecer-final-da-ccpepdi-sobre-o-pocv_edital-pre-no-18-2020.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 57, de 8 de abril de 2021**. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, jun. 2021a. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentosinstitucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf/view. Acesso em: 13 fev. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no AR 57, de 8 de abril de 2021**. Retifica a Resolução-CS No 44, de 17/08/2019 que dispõe sobre a Reformulação do Plano Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil, a ser ofertada pelo Campus Cajazeiras. CONSUPER/IFPB, 8 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-ad-referendum/resolucao-no-57/view>. Acesso em: 12 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução 63, de 17 de junho de 2021**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER//IFPB, 17 jun. 2021c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/regulamento-da-cpa-atualizado.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução 84, de 11 de novembro de 2021**. Dispõe sobre a Política de Inovação do IFPB. CONSUPER//IFPB, 11 nov. 2021d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-84/view>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução 64, 2021**. Dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2020-2024). CONSUPER//IFPB, 2021e. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-64-2021.pdf/view>. Acesso em: 31 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução 82, 2021**. Dispõe sobre a alteração da Regulamentação da Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER//IFPB, 18 out. 2021f. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-82-2021.pdf/view>. Acesso em: 11 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 34, de 5 de setembro de 2022**. Convalida a Resolução AR 84/2021 do Consuper que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. CONSUPER/IFPB, 5 set. 2022a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-34-2022-consuper-ifpb/resolucao-34-2022-curricularizacao-da-extensao-do-ifpb.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução AR no 28, de 11 de julho de 2022**. Dispõe sobre Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de graduação. CONSUPER/IFPB, 11 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-28-2022-regulamento-de-tcc-quando-previsto-no-ppc.pdf/view>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução AR no 38, de 12 de setembro de 2022**. Regulamenta os procedimentos para o Programa de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PROMIFPB), e dá outras providências. CONSUPER/IFPB, 12 set. 2022c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-no-38>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 22, de 30 de junho de 2022**. Convalida a Resolução AR 79/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências. CONSUPER/IFPB, 30 jun. 2022d. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-22/view>. Acesso em: 31 out. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 06, de 18 de outubro de 2022**. Dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER/IFPB, 30 jun. 2022e. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-22/view>. Acesso em: 31 out. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 21/2023**. Convalida a Resolução AR 16/2022-CONSUPER, que altera a Resolução AR nº 38, de 28/09/2020, e a Resolução 37, de 06/11/2020, que dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências. CONSUPER/IFPB, 2023a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-21>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 18/2023**. Convalida a Resolução AR 5/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre regulamento referente à oferta e registro das atividades complementares no currículo dos cursos de graduação do IFPB. CONSUPER/IFPB, 2023b. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/10/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o_18-2023_Regulamento-atividades_complementares_no_curricul_g63G1S4.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução no 13/2023**. Convalida a Resolução AR 27/2022 do Consuper que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. CONSUPER/IFPB, 26 jan. 2023c. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-13/view>. Acesso em: 31 out. 2023.

IFPB. **Portaria no 851, de 16 de maio de 2023**. Designa os representantes da Comissão Própria de Avaliação e das Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) das unidades do IFPB. Reitoria/IFPB, 16 maio. 2023d. Disponível em <https://www.ifpb.edu.br/cpa/Portaria8512023CPA.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

IFPB. **PORTARIA 78/2023 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 10 de setembro de 2023**. Designa a Comissão responsável pela proposta de criação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no âmbito do Campus Catolé do Rocha. Disponível em: https://suap.ifpb.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento/472414/ Acesso em: 21 de agosto de 2024.

IFPB. **PORTARIA 67/2024 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 15 de agosto de 2024**. Altera os artigos 2º e 7º da Portaria nº 78/2023 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 10 de setembro de 2023. Disponível em: https://suap.ifpb.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento/592876/ Acesso em: 21 de agosto de 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução 61, de 07 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro- Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER//IFPB, 07 dez. 2023e. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/regulamento-da-cpa-atualizado.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução AR nº 02/2024, de 05 de fevereiro de 2024**. Dispõe sobre a alteração do Regulamento referente à Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/resolucoes/resolucao-ar-02-2024-alteracao-de-regulamento-referente-a-politica-de-qualificacao-de-servidores-do-ifpb.pdf/view> . Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. Direção Geral - Campus Catolé do Rocha. **Portaria no 851, de 16 de maio de 2024**. Designa os representantes da Comissão Própria de Avaliação e das Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) das unidades do IFPB. Reitoria/IFPB, 16 maio. 2023d. Disponível em <https://www.ifpb.edu.br/cpa/Portaria8512023CPA.pdf>. Acesso em: 18 abril. 2024.

IFPB. Conselho Superior. **Resolução 6 de 2024**. Dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. CONSUPER//IFPB, 6 de 2024a. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/regulamento-da-cpa-atualizado.pdf>. Acesso em: 13 junho de 2024.

IFPB. Direção Geral - Campus Catolé do Rocha. **PORTARIA 68/2024 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 21 de agosto de 2024**. Designa a servidora Yasmin Ramos Peregrino, Siape 2324663, docente, do Quadro Permanente de Pessoal deste Instituto, Campus Catolé do Rocha, como responsável pela implantação da Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: https://suap.ifpb.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento/595043/. Acesso em: 21 ago. 2024.

IFPB. Direção Geral - Campus Catolé do Rocha. **PORTARIA 69/2024 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 21 de agosto de 2024**. Cria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) responsável pela implantação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no âmbito do Campus Catolé do Rocha. Disponível em: https://suap.ifpb.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento/595051/. Acesso em: 21 ago. 2024.

INEP. **Nota técnica INEP/DAES/CONAES no 065**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, 2014. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/documentos/nota-tecnica-no-65-conaes-daes-inep.pdf/view>. Acesso em: 22 set. 2023.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: fev. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 07 fev. 2022.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável (PLADES)**. Cooperação Técnico-Científico e Orçamentário-Financeiro (No 48/2016) firmado entre a Universidade Federal da Paraíba e o Governo do Estado, [2020?]. Disponível em: <https://plades.pb.gov.br/sobre-o-plades>. Acesso em: 21 set. 2023.

APÊNDICE A - Ementário

1º PERÍODO

ESTÉTICA E HISTÓRIA DAS ARTES							
Tipo de Disciplina	Obrigatória		Carga Horária	67h			
Pré-Requisitos	-						
Docente	Sinésio da Silva Bina						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	55h	Prática	12h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
<p>Noções de Estética e condicionantes culturais, ideológicos e materiais das manifestações artísticas desenvolvidas em diferentes culturas, da dita pré-história até os dias atuais, com foco na realidade brasileira e sertaneja. Aspectos técnicos e estéticos, elementos constitutivos das obras e as premissas teóricas da criação. Tendências e interpretações de fenômenos históricos e estéticos. Relações da arte com arquitetura, cidade, meio ambiente, direitos humanos e relações étnico-raciais.</p>							
Bibliografia Básica							
<p>AVOLESE, C. M.; MENESES, P. D. (Org). Arte não Europeia: conexões historiográficas a partir do Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2020. GOMBRICH, E.H. A História da Arte. Tradução por Álvaro Cabral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. MICHAEL, A. Arte contemporânea: uma história concisa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.</p>							
Bibliografia Complementar							
<p>HAUSER, A. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1994. LAGROU, E. Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. PAIVA, A. S. A virada decolonial na arte brasileira. Bauru: Editora Mireveja Ltda, 2022. SUASSUNA, A. Iniciação à Estética. 5ª ed. Recife: UFPE, 2002. WÖLLFLIN, H. Conceitos fundamentais da história da arte. São Paulo: Martins Fontes, 2019.</p>							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
Observações							
<p>Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.</p>							
LABORATÓRIO DE PRÁTICA TEXTUAL E CIENTÍFICA							
Tipo de Disciplina	Obrigatória		Carga Horária	67h			
Pré-Requisitos	-						
Docente	Diego José Fernandes Freire						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h	Prática	17h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
<p>O conceito de ciência e a discussão do método científico: objetividade, subjetividade e imparcialidade. A revolução científica do século XVII e a filosofia moderna da ciência: epistemologia, axiologia e verdade. Debates em torno da cientificidade: ciência x arte, ciência x religião, ciência x opinião. Práticas científicas na Arquitetura e Urbanismo. Gêneros textuais da produção científica, com foco em artigos, monografias e projetos de pesquisa. Técnicas para pesquisa bibliográfica e produção de fichamentos, resumos e resenhas. Exercícios de leitura e produção textual com temáticas vinculadas à Arquitetura e Urbanismo, integradas às demais disciplinas do semestre.</p>							
Bibliografia Básica							
<p>ANTUNES, I. Análise de textos : fundamentos e práticas. São Paulo : Parábola, 2011. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p. MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>							
Bibliografia Complementar							
<p>ANTUNES, Irlandé. Lutar com as palavras : coesão e coerência. São Paulo : Parábola Editorial, 2005 CHASSOTT, A. A ciência através dos tempos. 2ª ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo : Atlas, 1991</p>							

MORIN, E. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Ciência e cidadania. Ciência e democracia. Ciência e ética.

INTRODUÇÃO A ARQUITETURA E URBANISMO

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h				
Pré-Requisitos	-						
Docente	Yasmin Ramos Peregrino						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	42h	Prática	25h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Conceituação de arquitetura e urbanismo. Dimensões técnica, estética, social, política e ambiental da arquitetura. Leituras do território, da paisagem e do edifício nos contextos urbano e rural. Noções de tipologia da Arquitetura e das estruturas urbanas. Arquitetura e sustentabilidade socioambiental. Formação, campos de atuação e função social do arquiteto e urbanista: perspectivas histórica e atual. Práticas de pesquisa, visitas de campo, produção textual e produção gráfica/audiovisual. Exercício propositivo de arquitetura efêmera, enquanto intervenção artístico/conceitual no espaço construído.

Bibliografia Básica

COLIN, S. Uma Introdução à Arquitetura. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jaguaririca, 2020.

LYNCH, K. A imagem da cidade. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

ZEVI, B. Saber ver a arquitetura. 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Bibliografia Complementar

AGOPYAN, V.; JOHN, V.M. **O desafio da sustentabilidade na construção civil**. São Paulo: Blucher, 2011

BAHAMÓN, A. **Arquitetura Efêmera Têxtil**. Lisboa: Instituto Monsa de ediciones S.A./ Dinalivro, 2004. 175p..

CHING, F. D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. 2ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 320 p.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

UNWIN, S. **Exercícios de Arquitetura: aprendendo a pensar como um arquiteto**.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais.

OFICINA DE DESENHO E PLÁSTICA I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33h				
Pré-Requisitos	-						
Docente	Luiza Maria Medeiros de Lima						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	13h	Prática	20h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Desenho como meio de expressão e representação. Desenho de observação à mão livre. Desenvolvimento de linguagem e utilização de materiais e técnicas de desenho. Recursos de luz e sombra, teoria das cores, princípios de composição, escalas e texturas. Perspectivas, croquis e técnicas de representação gráfica à mão livre para arquitetura e urbanismo.

Bibliografia Básica

BAJZEK, E. **Técnicas de ilustração a mão livre: do ambiente construído a paisagem urbana**. 1ª ed. São Paulo: Olhares, 2021.

CHING, F. **Representação gráfica em arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2017.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Bibliografia Complementar

ARNHEIM, R. Arte e percepção visual. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.
 FARRELLY, L. Técnicas de representação. Porto Alegre: Bookman, 2011.
 FARINA, Modesto; PEREZ, C.; BASTOS, D. Psicodinâmica das cores em comunicação. 6. ed. São Paulo: Blucher, 2011. 173 p. : il.
 OSTROWER, F. Criatividade e processos de criação. 30ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
 SCHENK, L. R. Os croquis na concepção arquitetônica. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2010.
 WONG, W. Princípios de forma e desenho. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

EXPRESSÃO GRÁFICA I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h
Pré-Requisitos	-		
Docente	Luiza Maria Medeiros de Lima		
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	27h	Prática	40h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Princípios básicos do desenho geométrico. Introdução e fundamentos da geometria descritiva e suas aplicações na arquitetura e no urbanismo. Sistemas de projeção: métodos e processos construtivos de projeção. Estudo da simetria de pontos. Relações de pertinência. Teoria geral de vistas ortográficas. Representação de sólidos geométricos e seções planas com diferentes níveis de complexidade.

Bibliografia Básica

CARVALHO, B. A. Desenho Geométrico. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2008.
 MONTENEGRO, G. Geometria descritiva. v. 1, 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2015.
 PRÍNCIPE JÚNIOR, Alfredo dos Reis. Noções de geometria descritiva. v. 1, 1ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 2018.

Bibliografia Complementar

CORREA, R. M. Desenho Técnico civil: projeto de edifícios e outras construções. 1ª ed. São Paulo: GEN LTC, 2019.
 MACHADO, S. R. B. Expressão Gráfica Instrumental: Desenho Geométrico, Desenho Técnico, Desenho de Edificação e Termos Técnicos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.
 MONTENEGRO, G. Geometria descritiva. v. 2, 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2015.
 MONTENEGRO, G. A. A perspectiva dos profissionais: sombra, insolação, axonometria. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.
 RICCA, Guilherme. Geometria Descritiva: método de Monge. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16752: Desenho técnico - Requisitos para apresentação em folhas de desenho. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.
 _____. NBR 16861: Desenho técnico - Requisitos para representação de linhas e escrita. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.
 _____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
 _____. NBR 17006: Desenho técnico - Requisitos para representação dos métodos de projeção. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
 _____. NBR 17068: Desenho técnico - Requisitos para representação de dimensões e tolerâncias. Rio de Janeiro, ABNT, 2022.
 _____. NBR 17067: Desenho técnico - Requisitos para as especificidades das representações ortográficas. Rio de Janeiro, ABNT, 2022.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS							
Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária			67h	
Pré-Requisitos		-					
Docente		Alexandre dos Santos Souza					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	53h	Prática	12h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
<p>Conceitos e abordagens contemporâneas sobre a relação entre sociedade e natureza: meio ambiente, ecologia e sustentabilidade. Identificação e análise dos elementos da paisagem e os aspectos relacionados à produção/transformação do espaço. A distinção e a relação entre o espaço rural e urbano. Compreensão e sistematização dos fenômenos ambientais que caracterizam as paisagens rurais e urbanas. Usos, ocupações e apropriações no espaço rural e urbano. Dinâmicas do ambiente físico natural: estabilidade e instabilidade. Impactos, conflitos e justiça ambiental nos processos de urbanização e os instrumentos legais de proteção ambiental.</p>							
Bibliografia Básica							
<p>KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. LENZI, C. L. Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: EDUSC, 2006 VEIGA, J. E. I Para entender o desenvolvimento sustentável. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2015.</p>							
Bibliografia Complementar							
<p>ACSELRAD, H. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina,, 2009 CHRISTOPHERSON, R. W.; BIRKELAND, G. H. Geossistemas: uma introdução à geografia física. Porto Alegre: Bookman, 2017. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2018.. ROCHA, J. C. de S.; SERPA, O. Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2015. TUAN, Y. F.. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. 1ª ed. Londrina: EDUEL,2012.</p>							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
<p>LENZI, C. L. Cidadania ambiental: liberalismo, cosmopolitismo e sustentabilidade. Revista Caribeña de las Ciencias Sociales, v. 12, n. 5, p.2190-2217, 2023 Tradução. Disponível em: http://dx.doi.org/10.55905/rcssv12n5-013.</p>							
Observações							
Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental							

MATEMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA E URBANISMO							
Tipo de Disciplina		Obrigatória	Carga Horária			67h	
Pré-Requisitos		-					
Docente		Ronildo Nicodemos da Silva					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	67h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
<p>Noções de conjuntos e conjuntos numéricos. Trigonometria no Triângulo retângulo. Equações e inequações. Funções: afim, quadrática, polinomial, trigonométrica e exponencial. Geometria analítica: coordenadas cartesianas, vetores, pontos, retas e planos.</p>							
Bibliografia Básica							
<p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos, funções. 9ª ed. São Paulo: Atual, 2013. 410 p. v. 1 il. IEZZI, G. et al. Fundamentos de matemática elementar: Trigonometria. 9ª ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 2 e 10ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 2013. v. 3. STEINBRUCH, A.; WEINTERLE, P. Geometria analítica. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 1987.</p>							
Bibliografia Complementar							
<p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2006. 448 p. il.</p>							

GOMES, F. M. Pré-cálculo: Operações, Equações, Funções e Trigonometria. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica, Vol. 1, 3ª ed. São Paulo: HARBRA Ltda, 1994.

STEWART, J. Cálculo. Vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

WINTERLE, P. Vetores e Geometria Analítica. São Paulo: Pearson Makon Books, 2000.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

2º PERÍODO

TEORIA, CRÍTICA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h				
Pré-Requisitos	Estética e história das artes / Laboratório de prática textual e científica						
Docente	Diego José Fernandes Freire						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	55h	Prática	12h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Definições e considerações relacionadas aos conceitos: arte, arquitetura, urbanismo, história e teoria. Arquitetura e contextos (histórico, cultural, social, religioso, ambiental e econômico). Cronologia da história da arquitetura e da cidade. Arquitetura, cidade e paisagem na Idade moderna (séc. XIV a meados do séc. XVIII). Produção arquitetônica e da cidade do renascimento ao barroco. A morfologia urbana no processo de colonização das Américas portuguesa e espanhola. Formação do território e das cidades no Brasil colonial. Concepção e difusão do barroco e suas variações na Europa e nas Américas. A evolução urbana nas principais cidades brasileiras do período. Arquiteturas dos povos originários da América, povos africanos e outras matrizes.

Bibliografia Básica

MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, M. A. R. de. Barroco e rocó no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

TIRAPÉLI, P. Patrimônio Colonial Latino-americano: urbanismo, arquitetura, arte sacra. São Paulo: Edições SESC, 2018.

Bibliografia Complementar

CALABI, D. A cidade do primeiro renascimento. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KRUFT, H. História da teoria da arquitetura. São Paulo: EDUSP, 2016.

MENDES, C.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SUMMERSON, J. A Linguagem Clássica da Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WEIMER, G. Arquitetura indígena: sua evolução desde suas origens asiáticas. Porto Alegre: Edigal, 2018.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

LOEWEN, A. B. Estilo desornamentado, arquitetura-chã: alguns aspectos do renascimento na Península Ibérica. PosFAUUSP, [S. l.], v. 18, n. 30, p. 56-69, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43745>.

PAES DE SOUZA, M. H. O conforto ambiental na arquitetura colonial brasileira: heranças muçulmanas. Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo, 2 (2012), vol. 2, pp. 41-54.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

SOCIOLOGIA DOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Laboratório de prática textual e científica						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	45h	Prática	5h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Princípios de ciências sociais do rural e do urbano. A questão agrária no Brasil; estrutura fundiária e estrutura de classes. Fluxos migratórios, processos de ocupação da terra e de urbanização no Brasil. Territórios, identidades e apropriações dos espaços rurais e urbanos. Desigualdades sociais na configuração do espaço rural e urbano: exploração, dominação, violência, segregação e exclusão social e sua materialização espacial. Movimentos sociais no campo e na cidade, direitos humanos e perspectivas não hegemônicas de e para as cidades. Urbanidades. Estatuto da Cidade.

Bibliografia Básica

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2017.
 HARLEY, D. A. A Produção capitalista do espaço. São Paulo: Editora Annablume, 2005.
 LEFEBVRE, H. O vale de Campan: estudo de sociologia rural. São Paulo: Edusp, 2011.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. C. (Orgs.). O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades, 2010.
 JACOBS, J. (1961) Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991b. [1968]
 NETTO, V. M. Cidade & sociedade: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre, Sulina: 2014.
 SEGAUD, M. Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Edições SESC, 2016.
 SENNETT, R. Construir e habitar: ética para uma cidade aberta. São Paulo: Record, 2018.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social, v. 11, n. 2, p. 97–128, out. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007>.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

PROJETO DE ARQUITETURA I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h				
Pré-Requisitos	Estudos socioambientais / Introdução à arquitetura e urbanismo / Oficina de desenho e plástica I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	34h	Prática	16h	EaD*	0h	Extensão	34h

Ementa

Introdução ao projeto arquitetônico: vocabulário, aspectos conceituais e metodológicos. Fases e etapas dos projetos arquitetônicos. Etapas iniciais do projeto: programa, partido e estudo preliminar. Condicionantes do projeto e as relações com o lugar: caracterização do sítio e seu entorno quanto aos aspectos físicos, bioclimáticos, urbanísticos e socioculturais. Relação pessoa - ambiente e noções de avaliação da qualidade do ambiente construído. O desenho e a modelagem tridimensional como ferramentas essenciais à investigação e à prática arquitetônica. Exercício de cadastramento arquitetônico e elaboração de proposta de intervenção, em pequena escala e baixa complexidade, considerando aspectos funcionais, estéticos e técnicos, mediante uso dos instrumentos de representação trabalhados (Atividade Extensionista de cadastramento de imóvel).

Bibliografia Básica

CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
 PERRONE, R. A. C.; VARGAS, H. C.. Fundamentos de Projeto: Arquitetura e Urbanismo. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
 MONTENEGRO, G. A. O traço dá ideia: bases para o projeto arquitetônico. São Paulo: Blücher, 2016. 142 p.

Bibliografia Complementar

CHING, F. D. K. Arquitetura: forma, espaço e ordem. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
 LAWSON, B. Como arquitetos e designers pensam. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
 NEVES, L. P. Adoção do Partido na Arquitetura. 3ª ed. Salvador: UFBA, 2012.
 UNWIN, S. Vinte edifícios que todo arquiteto deve compreender. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
 VOORDT, T. J. M. van der; WEGEN, H. B. R. van. Arquitetura sob o olhar do usuário: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

Normas Técnicas

_____. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão

OFICINA DE DESENHO E PLÁSTICA II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h				
Pré-Requisitos	Oficina de desenho e plástica I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	27h	Prática	40h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Introdução ao estudo da forma arquitetônica. Princípios de organização, estruturação e composição da forma no espaço. Estudos das relações formais entre cheios e vazios; escala, proporção e ritmo; luz e sombra; superfície, textura e cor. Experimentações plásticas tridimensionais como meio de composição e representação arquitetônica. Conhecimento de técnicas, ferramentas e materiais para elaboração de protótipos e maquetes com recursos manuais e digitais. Representação e expressão a partir de princípios compositivos e de comunicação visual. Colagens, montagens e outras técnicas compositivas. Possibilidades de Intervenções artísticas espaciais por meio de instalações interativas.

Bibliografia Básica

CHING, F. D. K. Arquitetura: forma, espaço e ordem. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MUNARI, B. Design e comunicação visual. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

RASMUSSEN, S. E. Arquitetura Vivenciada. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

Bibliografia Complementar

CONSALES, L; BERTAZZONI, L. Maquetes: a representação do espaço no projeto arquitetônico. 2ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

DEWEY, J. Arte como experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

NIEMEYER, O. A forma na arquitetura. 5ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

UNWIN, S. Vinte edifícios que todo arquiteto deve compreender. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ZONNO, F V. Lugares Complexos, Poéticas da Complexidade - Entre Arquitetura, Arte e Paisagem. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

EXPRESSÃO GRÁFICA II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h				
Pré-Requisitos	Expressão gráfica I / Oficina de desenho e plástica I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	34h	Prática	16h	EaD*	0h	Extensão	34h

Ementa

Fundamentos da representação dos projetos arquitetônicos. Normas e convenções aplicadas: linhas, caracteres, símbolos, escalas usuais e texturas. Sistemas de representação do desenho arquitetônico: plantas, cortes e elevações. Fases do projeto arquitetônico e suas formas de representação. Leitura, interpretação e execução do desenho do projeto básico arquitetônico. Informações técnicas do projeto arquitetônico: quadros de áreas, de esquadrias, especificações de materiais e memorial descritivo. Exercício de cadastramento arquitetônico e elaboração de proposta de intervenção, em pequena escala e baixa complexidade, considerando aspectos

funcionais, estéticos e técnicos, mediante uso dos instrumentos de representação trabalhados (Atividade Extensionista).

Bibliografia Básica

CARRANZA, E. G.; CARRANZA, R. Escalas de representação em arquitetura. 5ª ed. São Paulo: Blucher, 2018.
CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico. 5ª ed. São Paulo: Blucher, 2017.

Bibliografia Complementar

EDWARDS, B. Desenhando Com o Lado Direito do Cérebro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
MONTENEGRO, G. A. O traço dá ideia: bases para o projeto arquitetônico. São Paulo: Blücher, 2016. 142 p.
OLIVEIRA, M. B. Sketchup aplicado ao projeto arquitetônico: da concepção à apresentação de projetos. 1ª ed. São Paulo: Novatec, 2015
SILVA, A. et al. Desenho técnico moderno. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
YEE, R. Desenho arquitetônico: um compêndio visual de tipos e métodos. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16752: Desenho técnico - Requisitos para apresentação em folhas de desenho. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.

_____. NBR 16861: Desenho técnico - Requisitos para representação de linhas e escrita. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.

_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

_____. NBR 17006: Desenho técnico - Requisitos para representação dos métodos de projeção. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

_____. NBR 17068: Desenho técnico - Requisitos para representação de dimensões e tolerâncias. Rio de Janeiro, ABNT, 2022.

_____. NBR 17067: Desenho técnico - Requisitos para as especificidades das representações ortográficas. Rio de Janeiro, ABNT, 2022.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BOUERI, J. Projeto e Dimensionamento dos Espaços da Habitação - Espaço de Atividades. São Paulo: Estação das letras e cores, 2008. Disponível em: https://media.wix.com/ugd/b0aead_af9dc063ca8b4a9ab67d076d69940d1b.pdf.

Observações

TOPOGRAFIA APLICADA À ARQUITETURA E URBANISMO

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33h				
Pré-Requisitos	Matemática aplicada à arquitetura						
Docente	Mykael dos Anjos e Mello						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	23h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Histórico; Conceitos fundamentais da topografia e suas aplicações na arquitetura e urbanismo; Divisão da topografia; Unidades de medidas; Ponto topográfico; Estação topográfica; Processos de medidas lineares; Goniologia; Planimetria; Altimetria; Planialtimetria; Locação.

Bibliografia Básica

BORGES, A. C. Topografia. V.1 São Paulo: Edgard Blücher, 2012.

BORGES, A. C. Topografia. V.2. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.

TULER, M.; SARAIVA S. Fundamentos de Topografia. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 324p..

Bibliografia Complementar

FONTANA, S. P. GPS: A navegação do futuro. 2ª ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia Contemporânea. Florianópolis: UFSC, 2007.

McCORMAC, J. Topografia. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

BORGES, A. C. Exercícios de topografia. São Paulo: Edgard Blücher, 1975.

MONICO, J. F. G. Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: descrição, fundamentos e aplicação. São Paulo: UNESP, 2000.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico - Procedimento. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

ESTABILIDADE E MECÂNICA DAS ESTRUTURAS

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Matemática aplicada à AU						
Docente	Mykael dos Anjos e Mello						
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Grandezas físicas fundamentais; Sistemas de unidades; Conversão entre sistemas de unidades; Estática de partículas - Equilíbrio no plano e espaço, Redução de um sistema de forças; Equilíbrio de corpos rígidos - Sistemas equivalentes de forças, Redução de um sistema de forças; Momento de força em relação a um ponto; Binários; Conceitos introdutórios das propriedades geométricas das figuras planas - Área, Momento Estático, Centro de gravidade, Momento de Inércia. Definição e classificação de peças e sistemas estruturais; Grau de estaticidade; Vínculos, ligações, apoios e cálculo de reações.

Bibliografia Básica

BEER, F. P. Mecânica vetorial para engenheiros: estática. 9ª ed. v. 1. Porto Alegre: AMGH, 2019.

BOTELHO, M. H. C. Resistência dos materiais: para entender e gostar. 4ª ed. São Paulo: Blucher, 2017.

ENGEL, H. Sistemas Estruturais. Espanha: Editora Gustavo Gili, 2003.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, J. C.; MAZZILLI, C. E. N.; BUCALEM, M. L.; CIFÚ, S. Lições em mecânica das estruturas: trabalhos virtuais e energia. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

HIBELLER, R. C. Resistência dos Materiais. 10ª ed. São Paulo: Pearson, 2018.

MERIAM, J. L.; KRAIGE, L. G. Mecânica para Engenharia: Estática. Vol. 1. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

NASH, W. A.; POTTER, M. C. Resistência dos Materiais. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

ONOUYE, B. Estática e Resistência dos Materiais para Arquitetura e Construção de Edificações. 4º ed. LTC, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

3º PERÍODO

TEORIA, CRÍTICA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Estudos socioambientais / Sociologia dos espaços urbanos e rurais						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Arquitetura, cidade e paisagem da Revolução Industrial aos primórdios do Séc. XX. Aspectos da sociedade industrial e sua dimensão urbana. Surgimento do urbanismo: principais pensadores, teorias, regulamentos e intervenções. Historicismos, ecletismo e as revoluções tecnológicas no mundo. A formação do engenheiro civil e do arquiteto, entre academias e escolas politécnicas. Formulações teóricas e técnicas para intervenções urbanas e territoriais no Brasil, especialmente no sertão. Expressões da arquitetura no Brasil imperial e republicano: do neoclássico ao ecletismo. Contribuições imigrantes, afro-brasileira e indígenas.

Bibliografia Básica

BENEVOLO, L. História da cidade. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
PEVSNER, N. Panorama da arquitetura ocidental. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M.; MENDES FILHO, F. A. Arquitetura no Brasil: de Dom João I a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.

Bibliografia Complementar

ARGOLLO, A. Arquitetura do Café. Campinas: Unicamp, 2004.
CHING, F. D. K.; JARZOMBK, M.; PRAKASH, V. História da Global Arquitetura. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
FAZIO, M; MOFFETT, M; WODEHOUSE, L. A história da arquitetura mundial. 3ª ed. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2011.
FERREIRA, A. L.; DANTAS, G. A. F.; SIMONINI, Y. (Org.) . Contra as Secas: Técnica, Natureza e Território. Rio de Janeiro: Letra Capital: INCT/Observatório das Metrôpoles, 2018.
REIS FILHO, N. G. Quadro da arquitetura no Brasil. 13ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

LEMOS, C. A. C. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 1, 1993.p. 95-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a09v1n1.pdf>.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

URBANISMO I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h				
Pré-Requisitos	Estudos socioambientais / Sociologia dos espaços urbanos e rurais						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	37h	Prática	30h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Introdução aos conceitos, teorias, métodos e técnicas de percepção, leitura e análise do espaço urbano e rural. Aplicações da morfologia urbana ao desenho e ao planejamento urbano-ambiental. Suporte biofísico, elementos funcionais e morfológicos do espaço urbano. Cidades na História. Acessibilidade, mobilidade urbana e organização de fluxos. Sistemas de espaços livres, vegetação e infraestruturas da paisagem. Direito à cidade e o processo de produção, apropriação e uso do espaço urbano nas cidades brasileiras. Exercício de leitura (escala do bairro) e intervenção sobre o espaço urbano com o uso de meios e técnicas expressivas, incluindo croquis, desenho de observação, fotografia/fotomontagem, diagramas. Elaboração de mapas temáticos.

Bibliografia Básica

COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2017.
CULLEN, G. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 2008.
LYNCH, K. A Imagem da Cidade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Bibliografia Complementar

BENEVOLO, L. História da Cidade. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: PINI, 1990.
MACEDO, S. S. et al. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil: uma rede de pesquisa em âmbito nacional. Coleções Paisagens Culturais: construções de paisagens: instrumentais práticos, teóricos-conceituais e projetuais. Rio de Janeiro: UFRJ: Escola de Belas Artes, 2008.
OLIVEIRA, V. Morfologia urbana: uma introdução ao estudo da forma física das cidades. Curitiba: PUCPRESS, 2022. 224 p.
PANERAI, P. Análise urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais.

PROJETO DE ARQUITETURA II							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		84h	
Pré-Requisitos		Projeto de arquitetura I / Sociologia dos espaços urbanos e rurais / Oficina de desenho e plástica II / Expressão gráfica II					
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	34h	Prática	50h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Aspectos teóricos e práticos sobre habitação e o conceito de habitat. Concepção do projeto a partir de estudos de caso: investigação dos elementos arquitetônicos através da análise de obras significativas. Estudo e análise da paisagem e do entorno como diretrizes de projeto: aspectos ambientais, funcionais e tecnológicos. Noções de tipologia, organizações espaciais e propostas de composição formal. Condicionantes urbanísticos na concepção do objeto arquitetônico. Dimensionamento e ergonomia nos espaços da habitação. Elaboração de anteprojeto com programa de caráter habitacional unifamiliar, de baixa ou média complexidade. Síntese da proposição através de croquis, plantas e maquetes.

Bibliografia Básica

HERTZBERGER, H. Lições de Arquitetura. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
 KOWALTOWSKI, D.; MOREIRA, D. C.; PETRECHE, J. R.D.; FABRÍCIO, M. M. (Org.). O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
 PANERO, J.; ZELNIK, M. Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 2002.

Bibliografia Complementar

AZEREDO, H. A. O edifício até sua cobertura. 2ª ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1998.
 CORREIA, T. A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950. São Carlos: Rima, 2004.
 KEELER, M.; BURKE, B. Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010. 362p.
 LEGEN, J. van. Manual do arquiteto descalço. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.
 NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. 18. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220-3: Desempenho térmico de edificações residenciais. Parte 3 - Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, ABNT, 2005.

_____. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 15575: Edificações habitacionais - Desempenho Parte 1 a 6. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.

_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental e Política de educação em direitos humanos

EXPRESSÃO GRÁFICA III							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67h	
Pré-Requisitos		Expressão Gráfica II					
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	27h	Prática	40h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Introdução ao estudo da computação gráfica aplicada à arquitetura e urbanismo. Conceitos básicos e aplicações de programas computacionais no auxílio à representação gráfica no processo projetual. Conceitos, ferramentas,

funções para manipulação de desenhos auxiliado por computador (CAD). Representação bidimensional (2D) do projeto de arquitetura e urbanismo por meios digitais.

Bibliografia Básica

BALDAM, R. de L.; COSTA, L. AutoCAD 2016 - Utilizando Totalmente. São Paulo: Érica, 2015.

CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

KATORI, Rosa. AutoCAD 2016: projetos em 2D. 1ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2015.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, E.; CONCI, A.; VASCONCELOS, C. Computação gráfica: teoria e prática: geração de imagens. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: GEN LTC, 2018.

GONÇALVES, M. S. Fundamentos de computação gráfica. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2019.

PACHECO, B. A.; SOUZA-CONCILIO, I. A.; PESSÔA FILHO, J. Projeto assistido por computador. Curitiba: InterSaberes, 2017.

RIBEIRO, Antônio C.; PERES, Mauro P.; IZIDORO, Nacir. Curso de desenho técnico e AutoCAD. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

TULER, M.; KOU WHA, C. Exercícios para AutoCAD. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16752: Desenho técnico - Requisitos para apresentação em folhas de desenho. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.

_____. NBR 16861: Desenho técnico - Requisitos para representação de linhas e escrita. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.

_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

_____. NBR 17006: Desenho técnico - Requisitos para representação dos métodos de projeção. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

_____. NBR 17068: Desenho técnico - Requisitos para representação de dimensões e tolerâncias. Rio de Janeiro, ABNT, 2022.

_____. NBR 17067: Desenho técnico - Requisitos para as especificidades das representações ortográficas. Rio de Janeiro, ABNT, 2022.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

CONFORTO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33h				
Pré-Requisitos	Expressão Gráfica II						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	23h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Introdução à Ergonomia e ao Desenho Universal. Aspectos históricos, conceituais e metodológicos com foco na adequação do ambiente construído às necessidades e à diversidade humana. Legislação e normas técnicas. Tabelas e padrões antropométricos. Análise de parâmetros antropométricos e das soluções de acessibilidade nos espaços construídos. Princípios de ergonomia e desenho universal aplicados ao projeto de arquitetura e de urbanismo.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, F. Ergonomia e Conforto humano: uma visão da arquitetura, engenharia e design de interiores. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.

CAMBIAGHI, S. Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 4ª ed. São Paulo: Senac SP, 2017.

PANERO, J.; ZELNIK, M. Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.

Bibliografia Complementar

ABRAÃO, J.; SZNELWAR, L. I.; SILVANO, A.; SAMET, M.; PINHO, D. Introdução à Ergonomia: da Prática à Teoria. São Paulo: EdgardBlücher, 2009.
BOLETTI, R. R.; CORRÊA, V. M. Ergonomia - Fundamentos e Aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2015.
IIDA, I. Ergonomia: Projeto e Produção. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edgard Blücher, 2016.
PRADO, A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. (Org.). Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.
VILELA, R. P. Ergonomia e Acessibilidade. São Paulo: Ledriprint, 2016.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Versão Corrigida: 2021. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
_____. NBR 16537: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.
Ministério do Trabalho e Emprego. NR 17 – Ergonomia. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2022.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação em direitos humanos.

INTRODUÇÃO AOS SISTEMAS ESTRUTURAIS

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h				
Pré-Requisitos	Estabilidade e mecânica das estruturas						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	52h	Prática	15h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Classificação das ações externas; Definições, expressões de cálculo e diagramas de esforços internos (esforço axial, esforços cortante, momento fletor e momento torsor); Conceituação e cálculo de tensões e deformações; Propriedades mecânicas dos materiais; Diagramas de esforços solicitantes em vigas, pórticos planos e treliças. Introdução aos sistemas estruturais e a concepção arquitetônica. Vantagens e desvantagens.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, M. C. F. de. Estruturas Isostáticas. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2009. 168p.
DAIÇON, M. S.; SOUTO, A. K. Estruturas: uma abordagem arquitetônica. 5ª ed, Porto Alegre: Ed. da UniRitter, 2015.
MARGARIDO, A. F. Fundamentos de estruturas: um programa para arquitetos e engenheiros que se iniciam no estudo das estruturas. 1ª Ed. Zigurate, 2017.

Bibliografia Complementar

ENGEL, H. Sistemas Estruturais. 2ª ed. São Paulo: Gustavo Gili Brasil, 2018.
HIBBELER, R. C. Resistência dos materiais. 1ª ed. LTC, 2017.
PINHEIRO, A. C. F. B.; CRIVELARO, M. Fundamentos de resistência dos materiais. 1ª ed. LTC, 2017.
REBELLO, Y. C.P. A Concepção Estrutural e a Arquitetura. 1ª ed. São Paulo: Zigurate, 2018.
REBELLO, Y. C.P. Bases para Projeto Estrutural na Arquitetura. 1ª ed. São Paulo: Zigurate, 2018.

Normas técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6120: Ações para o cálculo de estruturas de edificações. Versão Corrigida:2019. Rio de Janeiro, ABNT, 2019

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	Matemática aplicada à AU		
Docente			

Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
Estudo dos materiais de construção: classificação, características e propriedades, condições de utilização, produção, beneficiamento, ensaios e normalização: Rochas e agregados; Aglomerantes; Argamassas; Concreto; Solo e Solo-cimento. Noções do controle tecnológico do concreto. Critérios de sustentabilidade e inovações tecnológicas.							
Bibliografia Básica							
BAUER, L. A. F. Materiais de construção: volume 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.							
BAUER, L. A. F. Materiais de construção: volume 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.							
CLAISSE, P. A. Materiais de construção civil. 1ª ed. São Paulo: GEN LTC, 2019.							
Bibliografia Complementar							
AMBROZEWICS, P. H. L.. Materiais de construção. São Paulo: Pini, 2012.							
FIORITO, A. J. Manual de argamassas e revestimento. São Paulo: Pini, 2010.							
ISAIA, G. C. Materiais de construção e princípios de ciências e engenharia dos materiais. Vol. 1. São Paulo: Ibracon, 2017.							
ISAIA, G. C. Materiais de construção e princípios de ciências e engenharia dos materiais. Vol. 2. São Paulo: Ibracon, 2017.							
NEVILLE, A. M.; BROOKS, J. J. Tecnologia do concreto. 2ª ed. São Paulo: Bookman, 2013.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
Observações							

4º PERÍODO

TEORIA, CRÍTICA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO III							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			Carga Horária	50h		
Pré-Requisitos	Estética e história das artes / Laboratório de prática textual e científica						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
Arquitetura, cidade e paisagem do final do Séc. XIX à primeira metade do Séc. XX. Vanguardas artísticas e o movimento moderno na arquitetura e urbanismo. Pressupostos arquitetônicos e teorias urbanísticas do movimento moderno: circulação de ideias e seu rebatimento prático nas propostas projetuais em diferentes partes do mundo. Principais expressões da arquitetura moderna no Brasil e na América Latina. Diálogos entre arquitetura moderna e tradicional nos trópicos. Cidades novas. Paradigmas urbanísticos na concepção de Brasília.							
Bibliografia Básica							
COHEN J. L. O futuro da arquitetura desde 1889: Uma história mundial. São Paulo: Cosac Naify, 2013.							
FRAMPTON, K. História crítica da arquitetura moderna. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.							
SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.							
Bibliografia Complementar							
BRUNA, Paulo. Os primeiros arquitetos modernos. Habitação social no Brasil 1930-1950. São Paulo, Edusp, 2010							
CURTIS, W. Arquitetura moderna desde 1900. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.							
GROPIUS, W. Bauhaus: nova arquitetura. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.							
HALL, P. Cidades do amanhã. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.							
WAISMAN, M. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
Observações							
Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.							

URBANISMO II							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			Carga Horária	84h		
Pré-Requisitos	Urbanismo I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	34h	Prática	33h	EaD*	0h	Extensão	17h
Ementa							
Introdução ao desenho urbano. Desenho urbano baseado na concepção de cidade na escala do pedestre. Urbanidade, acessibilidade, inclusão e caminhabilidade. Espaços livres públicos, equipamentos comunitários e sua requalificação. Diagnósticos participativos e suas ferramentas. Realização de oficinas e capacitações com comunidade e poder público como prática extensionista - “Conversas Rurbanas”. Exercício de projeto de reestruturação e adaptação de espaços públicos às legislações, novas práticas e demandas contemporâneas do urbanismo sustentável.							
Bibliografia Básica							
ALEX, S. Projeto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora SENAC, 2008.							
CASTRO, J. A. de; SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.							
GEHL, J. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.							
Bibliografia Complementar							
HOLANDA, F. Urbanidades. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. 279 p.							
KARSSNEBERG, H. A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. Porto Alegre: EdPUCRS, 2015. 340 p.							
SPECK, J. Cidade caminhável. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. 279 p.							
MASCARÓ, J. L. Infraestrutura da Paisagem. Porto Alegre: Masquatro, 2008.							
PRONSATO, S. A. D. Arquitetura e paisagem - Projeto participativo criação coletiva. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006. 148 p.							
Normas Técnicas e legislações							
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.							
_____. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Versão Corrigida:2021 Rio de Janeiro, ABNT, 2021.							
_____. NBR 16537: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.							
BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257. Brasília, 2001.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M.; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. Engenharia Civil, v.4, n.1, p.57-70, 2004.							
FERRANDIN, R. M.; SUCKOW, J. E.; CAMARA, I. P.; WOITKE, L.; BIASI, J. A. Análise do espaço urbano na elaboração de diretrizes para requalificação da avenida Beira Rio em Herval D’Oeste - SC. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira, 7, e32302. 2022. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/32302 .							
MOREIRA, M. G. S. A. Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. Artitextos. 46-03-3. nº 5. 2007. p.117-129. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802 .							
Observações							
Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão / Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos.							

PROJETO DE ARQUITETURA III							
Tipo de Disciplina	Obrigatória			Carga Horária	84h		
Pré-Requisitos	Projeto de arquitetura II / Topografia aplicada à AU / Expressão Gráfica III / Introdução aos sistemas estruturais / Conforto do ambiente construído I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	34h	Prática	33h	EaD*	0h	Extensão	17h
Ementa							

Aspectos teóricos e práticos sobre os equipamentos urbanos como parte da infraestrutura urbana/rural e da vida comunitária. Concepção do projeto arquitetônico a partir da expressão tectônica: perspectivas histórica e contemporânea. Investigação dos sistemas estruturais, dos materiais e das técnicas de construção, visando o desenvolvimento de proposta projetual adequada ao bioclima local. Aplicação de parâmetros de modulação, padronização, flexibilidade e acessibilidade no ambiente construído. Elaboração de anteprojeto com programa de caráter público institucional, de média complexidade, integrado aos espaços livres públicos. Síntese da proposição através de croquis, plantas e maquetes. Representação de detalhes associados ao desempenho térmico e à eficiência energética da edificação. Elaboração de quadros técnicos e especificação de materiais e acabamentos. (Atividade Extensionista: Evento Conversas Rurbanas).

Bibliografia Básica

CAMBIAGHI, S. Desenho universal. Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: SENAC, 2012.
 EDWARD, A. Como os edifícios funcionam: a ordem natural da arquitetura. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
 LIMA, J. F. Arquitetura: uma experiência na área de saúde. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2012.

Bibliografia Complementar

CHING, Francis . D. K. Técnicas de construção ilustradas. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
 CHING, F.; SHAPIRO, I. Edificações sustentáveis ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2017. 288p.
 ENGEL, H. Sistemas Estruturais. 2ª ed. São Paulo: Gustavo Gili Brasil, 2018.
 GREVEN, H. A.; BALDAUF, A. S. F. Introdução à coordenação modular da construção no Brasil. Uma abordagem atualizada. Porto Alegre: ANTAC, 2007.
 PANERO, J.; ZELNIK, M. Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021

_____. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Versão Corrigida:2021 Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

_____. NBR 16537: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão / Política de educação ambiental e Política de educação em direitos humanos.

EXPRESSÃO GRÁFICA IV

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h
Pré-Requisitos	Expressão Gráfica II		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	27h	Prática	40h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Conceitos e aplicação de ferramentas digitais para modelagem e desenvolvimento de estudos volumétricos no processo projetual. Representação tridimensional (3D) do projeto de arquitetura e urbanismo por meios digitais. Fundamentos de modelagem da informação da construção (BIM). Aplicação de modelagem paramétrica: conceituação, definição, modelagem de componentes de projeto de arquitetura e urbanismo e representação técnica.

Bibliografia Básica

CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
 LIMA, C. C. N. A. Autodesk Revit Architecture 2018 - Conceitos e Aplicações. São Paulo: Editora Érica, 2018.
 SACS, R.; EASTMAN, C.; LEE, G.; TEICHOLZ, P. Manual de BIM: um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores. 3ª ed. São Paulo: Bookman, 2021.



Bibliografia Complementar

CARRANZA, E. G.; CARRANZA, R. Escalas de representação em arquitetura. 5ª ed. São Paulo: Blucher, 2018
GASPAR, J.; LORENZO, N. T. Revit passo a passo. São Paulo: Probooks, 2015.
LEUSIN, S. R. Gerenciamento e coordenação de projetos BIM. 2ª ed. Elsevier. 2023.
KOWALTOWSKI, D.; MOREIRA, D. C.; PETRECHE, J. R.D.; FABRÍCIO, M. M. (Org.). O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
MANZIONE, L.; MELHADO, S.; NÓBREGA JÚNIOR, C. L. BIM e inovação na gestão de projetos. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.
_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.
_____. NBR 16752: Desenho técnico - Requisitos para apresentação em folhas de desenho. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.
_____. NBR 16861: Desenho técnico - Requisitos para representação de linhas e escrita. Rio de Janeiro, ABNT, 2020.
_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
_____. NBR 15965: Sistema de classificação da informação da construção. Parte 1 a 7. Rio de Janeiro, ABNT, 2022.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA (AsBEA). Estruturação do escritório de projeto para a implantação do BIM: fascículo I. Guia AsBEA boas práticas em BIM. AsBEA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: 2013. Disponível em:
<https://www.asbea.org.br/wp-content/uploads/2022/07/BIM1.pdf>. Acesso em: fev.2024
_____. Estruturação do escritório de projeto para a implantação do BIM: fascículo II. Guia AsBEA boas práticas em BIM. AsBEA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: 2015. Disponível em:
<https://www.asbea.org.br/wp-content/uploads/2022/07/BIM2.pdf>. Acesso em: fev.2024
CBIC - CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. 10 motivos para evoluir com o BIM. Brasília: CBIC, 2016. 28p. Disponível em: <https://cbic.org.br/category/publicacoes/inovacao/> Acesso em: fev.2024
_____. Fundamentos BIM - Parte 1: Implantação do BIM para construtoras e incorporadoras. Brasília: CBIC, 2016. 120p. Disponível em: <https://cbic.org.br/category/publicacoes/inovacao/> Acesso em: fev.2024
_____. Implementação BIM - Parte 2: Implantação do BIM para construtoras e incorporadoras. Brasília: CBIC, 2016. 72p. Disponível em: <https://cbic.org.br/category/publicacoes/inovacao/> Acesso em: fev.2024
_____. Colaboração e Integração BIM - Parte 3: Implantação do BIM para construtoras e incorporadoras. Brasília: CBIC, 2016. 132p. Disponível em: <https://cbic.org.br/category/publicacoes/inovacao/> Acesso em: fev.2024
_____. Fluxos de trabalho BIM - Parte 4: Implantação do BIM para construtoras e incorporadoras. Brasília: CBIC, 2016. 100p. Disponível em: <https://cbic.org.br/category/publicacoes/inovacao/> Acesso em: fev.2024
_____. Formas de Contratação BIM - Parte 5: Implantação do BIM para construtoras e incorporadoras. Brasília: CBIC, 2016. 120p. Disponível em: <https://cbic.org.br/category/publicacoes/inovacao/> Acesso em: fev.2024.

Observações

CONFORTO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Matemática aplicada à AU						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	38h	Prática	12h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Relações entre o espaço construído e o meio ambiente a partir das variações do clima. Demandas da fisiologia humana em relação ao conforto térmico e suas atividades desenvolvidas no espaço construído. Noções de climatologia e bioclimatismo, abordando desde os aspectos naturais (elementos e fatores climáticos) até a formação de climas urbanos, a partir do processo de urbanização e do uso de formas, elementos e materiais construtivos. Transmissão e trocas de calor entre o edifício e o meio ambiente. Estratégias bioclimáticas, visando à qualidade do

ambiente construído, do conforto do usuário e à eficiência energética (foco: clima quente e seco). Estudos de Insolação: geometria solar, projeções de sombra e projeto de elementos de controle da radiação solar. Estudos de ventilação: sistemas de ventilação natural, tipos de esquadrias e mecanismos de ventilação artificial. Condicionamento de ar para ambientes internos.

Bibliografia Básica

FROTA A.; SCHIFFER, S. R. Manual de conforto térmico. 8ª Ed. São Paulo: Nobel, 2016.

GALVÃO, W. J. F. Fundamentos de Conforto Ambiental para aplicação no Projeto de Arquitetura. 1ª Ed. Joinville: Clube de Autores, 2018.

ROMERO, M. A. B. Arquitetura Bioclimática do espaço público. 4ª ed. Brasília: UNB, 2016.

Bibliografia Complementar

CORBELLA, O.; CORNER, V. Manual de arquitetura bioclimática tropical para redução de consumo energético. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

HEYWOOD. H. 101 regras básicas para arquitetura de baixo consumo. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.

KWOK, A G.; GRONDZIK, W T. Manual de Arquitetura Ecológica. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

OLGYAY, V. Arquitectura y clima: manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

WASSOUF, M. Da casa passiva à norma: a arquitetura passiva em climas quentes. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220-1: Desempenho térmico de edificações Parte 1: Definições, símbolos e unidades. Rio de Janeiro, ABNT, 2005.

_____. NBR 15220-2: Desempenho térmico de edificações Parte 2: Componentes e elementos construtivos das edificações - Resistência e transmitância térmica - Métodos de cálculo (ISO 6946:2017 MOD). Versão Corrigida: 2023. Rio de Janeiro, ABNT, 2023.

_____. NBR 15220-3: Desempenho térmico de edificações Parte 3-1: Zoneamento bioclimático por desempenho - Lista de cidades brasileiras. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. Eficiência Energética na Arquitetura. 3ª edição. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://labeec.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia_energetica_na_arquitetura.pdf.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental

SISTEMAS ESTRUTURAIS I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Introdução aos sistemas estruturais / Materiais de construção I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

A arquitetura e o lançamento estrutural em concreto armado. Requisitos de qualidade da estrutura de concreto armado; Diretrizes para durabilidade das estruturas de concreto; Comportamento conjunto dos materiais - concreto e aço; Estados-limites últimos e de serviço; Domínios de deformação; Coeficientes de ponderação de ações e resistências; Etapas do projeto estrutural; Principais conflitos entre projeto estrutural de concreto com outros projetos da edificação (compatibilização); Noções sobre comportamento, concepção, modulação, pré-dimensionamento e leitura/interpretação de projetos das estruturas usuais de concreto armado - vigas, lajes e pilares; Noções de concreto protendido e alvenaria estrutural.

Bibliografia Básica

CARVALHO, R. C. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado: Segundo a NBR 6118:2014. 4ª ed. 2021.

DOS SANTOS, J.S. Desconstruindo o projeto estrutural de edifícios: concreto armado e protendido. 1ª ed. v. 1. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

FUSCO, P. B. Introdução à engenharia de estruturas de concreto, 3ª Ed. São Paulo: Cengage, 2017.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, J. M. de. Curso de concreto armado. 4ª Ed. v. 1, 2 e 3. Rio Grande: Dunas, 2014.

BOTELHO, M. H. C. Concreto Armado Eu Te Amo. Volume 1. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1986.

BOTELHO, M. H. C. Concreto Armado Eu Te Amo. Volume 2. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1986.

CARVALHO, R. C.; PINHEIRO, L. M. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado: vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Pini, 2013.

FUSCO, P. B. Técnica de Armar as Estruturas de Concreto. Editora Pini, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Materiais de construção I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Estudo dos materiais de construção: classificação, características e propriedades, condições de utilização, produção, beneficiamento, ensaios e normalização: Rochas e agregados; Aglomerantes; Argamassas; Concreto; Solo e Solo-cimento. Noções do controle tecnológico do concreto. Critérios de sustentabilidade e inovações tecnológicas.

Bibliografia Básica

BAUER, L. A. F. Materiais de construção: volume 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

BAUER, L. A. F. Materiais de construção: volume 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

CLAISSE, P. A. Materiais de construção civil. 1ª ed. São Paulo: GEN LTC, 2019.

Bibliografia Complementar

AMBROZEWICS, P. H. L. Materiais de construção. São Paulo: Pini, 2012.

FIORITO, A. J. Manual de argamassas e revestimento. São Paulo: Pini, 2010.

ISAIA, G. C. Materiais de construção e princípios de ciências e engenharia dos materiais. Vol. 1. São Paulo: Ibracon, 2017.

ISAIA, G. C. Materiais de construção e princípios de ciências e engenharia dos materiais. Vol. 2. São Paulo: Ibracon, 2017.

NEVILLE, A. M.; BROOKS, J. J. Tecnologia do concreto. 2ª ed. São Paulo: Bookman, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

5º PERÍODO

TEORIA, CRÍTICA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO IV

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h				
Pré-Requisitos	Teoria, crítica e história da AU I, II e III						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	17h

Ementa

Arquitetura, cidade e paisagem da segunda metade do séc. XX aos dias de hoje. Críticas, alternativas e revisões do movimento moderno. Novos pressupostos para a arquitetura e urbanismo pós-modernos. Cultura pós-moderna e suas expressões na arquitetura: regionalismo crítico, historicismo, neorracionalismo, high-tech e desconstrutivismo. Novos pressupostos e teorias de intervenção no espaço urbano e seu rebatimento prático. Conceituação de moderno e contemporâneo. Análise de limites do campo: representação e materialidade; novas acepções de natureza e meio-ambiente; autonomia disciplinar; formação e atuação profissional; arquitetura e política. O pós-modernismo e a arquitetura contemporânea no Brasil.

Bibliografia Básica

ARANTES, O. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. Brasil: arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GHIRARDO, D. Arquitetura contemporânea: uma história concisa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Bibliografia Complementar

ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

BENEVOLO, L. A arquitetura do novo milênio. São Paulo: Estação Liberdade, 2007

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011

MONTANER, J. M. Depois do movimento moderno: arquitetura da metade do século XX. 2ª ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

ZAERA-POLO, A. Arquitetura em diálogo. São Paulo: Ubu, 2016.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão / Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

URBANISMO III

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h
---------------------------	-------------	----------------------	-----

Pré-Requisitos	Urbanismo II
-----------------------	--------------

Docente	
----------------	--

Distribuição da Carga Horária

Teórica	24h	Prática	60h	EaD*	0h	Extensão	0h
----------------	-----	----------------	-----	-------------	----	-----------------	----

Ementa

Cidades e comunidades sustentáveis no âmbito urbano e rural. Sistemas de infraestrutura, legislação urbanística, acessibilidade e mobilidade urbana. O parcelamento do solo e assentamentos urbanos em áreas de expansão e/ou grandes vazios urbanos. Análise de modelos urbanísticos e estudos de caso. Metodologias de análise da paisagem. Desenvolvimento de projeto de parcelamento ou reparcelamento do solo, na escala do bairro, em nível de estudo preliminar, considerando projeto de sistema viário, ambiências e a previsão de alturas, densidades e usos.

Bibliografia Básica

MASCARÓ, J. L.; YOSHINAGA, M. Infraestrutura urbana. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

WALL, E.; WATERMAN, T. Desenho urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

FARR, D. Urbanismo Sustentável: Desenho Urbano com a Natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013. 348 p.

Bibliografia Complementar

ACIOLY, C. , DAVIDSON, F. Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Tradução por Cláudio Acioly. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CAPELLO, G. Meio ambiente & ecovilas. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2013.

MAIA, D. S.; SILVA, W. R. da; CARDOSO, C. A. A. (Orgs.). Expansão urbana em diferentes escalas. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 268 p.

NACTO. Guia global de desenho de ruas. São Paulo: Senac São Paulo, 2018. 398 p.

SITTE, C. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. Tradução por Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

GÜNTHER, W. M. R.; PHILIPPI JUNIOR, A. Construindo sustentabilidade em contextos urbanos. (Coletânea Interfaces Ambiente, Saúde e Sustentabilidade). Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, 2022. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/953.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental.

PROJETO DE ARQUITETURA IV

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h
---------------------------	-------------	----------------------	-----

Pré-Requisitos	Projeto de arquitetura III / Sistemas estruturais I / Urbanismo I
-----------------------	---

Docente	
----------------	--

Distribuição da Carga Horária

Teórica	24h	Prática	60h	EaD*	0h	Extensão	0h
----------------	-----	----------------	-----	-------------	----	-----------------	----

Ementa

Concepção de projeto do espaço habitacional coletivo, integrado ao espaço urbano. Estudos de diferentes tipologias da habitação e sua inserção urbana: agrupamento de edificações. Relação entre espaços públicos e privados e suas interseções. Dimensionamento dos espaços, organização das funções na estrutura comunitária, densidade e habitabilidade, sistemas construtivo e estrutural, qualidade ambiental, fluxos, acessibilidade e demais aspectos do processo projetual. Elaboração de projeto básico com programa de caráter habitacional de média ou alta complexidade. Concepção e representação de detalhes referentes à circulação e/ou esquadrias, tendo em vista parâmetros de conforto ergonômico, térmico e lumínico. Síntese da proposição através de croquis, desenhos técnicos especializados e maquetes como instrumentos de investigação e estruturação da forma arquitetônica adequada ao desenho urbano. Elaboração de documentação conforme requisitos de licenciamento urbanístico.

Bibliografia Básica

BARROS, R. R. M. P. Habitação coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores de projeto. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.

ENGEL, H. Sistemas Estruturais. 2ª ed. São Paulo: Gustavo Gili Brasil, 2018.

GREVEN, H. A.; BALDAUF, A. S. F. Introdução à coordenação modular da construção no Brasil. Uma abordagem atualizada. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

Bibliografia Complementar

BUXTON, P. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5ª ed. Alegre: Bookman, 2017.

KARPINSKI, M. T. Arquitetura contra o crime: prevenção, segurança e sustentabilidade. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MCLEOD, V. Detalhes construtivos da arquitetura contemporânea com vidro. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. 18. ed. São Paulo: Gustavo Gili, c2013.

PHILLIPS, D.; YAMASHITA, M. Detalhes construtivos da arquitetura contemporânea com concreto. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: Edificações habitacionais - Desempenho Parte 1 a 6. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.

_____. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Versão Corrigida:2021 Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

_____. NBR 16537: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.

NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.

_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental e Política de educação em direitos humanos.

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h
Pré-Requisitos	Topografia aplicada à AU / Urbanismo I		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	27h	Prática	40h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Geotecnologias aplicadas no Planejamento e Projeto Urbano e Regional. Cartografia. Sistema de Posicionamento Global (GPS). Fotogrametria. Geoprocessamento. Introdução ao Sistema de Informação Geográfica (SIG): estrutura de dados e apresentação da Geoinformação através do estudo aplicado à compreensão do SIG para a representação de fenômenos e modelos ambientais relacionados com diversos campos de estudo. Utilização de software para instrumentalização de técnicas de representação gráfica em macro escala, como ferramentas de planejamento e apoio a tomada de decisões no meio urbano e territorial. Elaboração e análises de elementos

gráficos relativos aos problemas urbanos, sociais e ambientais. Sensoriamento remoto: conceituação, aplicação, processamento e relação com SIG.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. Geoinformação em urbanismo: Cidade real x cidade virtual. São Paulo: Oficina Textos, 2007.

FITZ, P. R. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FLORENZANO, T. G. Iniciação em Sensoriamento Remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

Bibliografia Complementar

BLASCHKE, T. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

LONGLEY, P. Sistemas e ciência da informação geográfica. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MARTINELLI, M. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 2010.

TARDIN, R. Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

CONFORTO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO III

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Conforto do Ambiente Construído II						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	38h	Prática	12h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Princípios técnicos, práticas projetuais e construtivas da iluminação aplicada à arquitetura e urbanismo. Grandezas referentes à percepção e ao conforto visual. Iluminação natural: lateral e zenital. Iluminação artificial: fontes de luz (lâmpadas) e luminárias. Efeitos e recursos de iluminação. Métodos de cálculo de iluminação. Iluminação do espaço urbano. Problemática da iluminação natural e artificial no interior dos edifícios: desempenho lumínico e eficiência energética.

Bibliografia Básica

LIMA, M. Percepção visual aplicada à arquitetura e iluminação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

SILVA, M. L. Luz, Lâmpadas e Iluminação. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2020.

TREGENZA, P.; LOE, D. Projeto de Iluminação. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Bibliografia Complementar

BIZZOTTO, F. Dicas preciosas em iluminação. 1a ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

FROTA, A. B. SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. 8a ed. São Paulo: Studio Nobel, 2016.

INNES, M. Iluminação no Design de Interiores. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2014.

SILVA, M. L. Iluminação: simplificando o projeto. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

SILVA, Mauri Luiz. LED: a luz dos novos projetos. 1a ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. Eficiência Energética na Arquitetura. 3ª edição. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://labeee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia_energetica_na_arquitetura.pdf.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental

SISTEMAS ESTRUTURAIS II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Introdução aos sistemas estruturais / Materiais de construção II						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

A arquitetura e o lançamento estrutural em estrutura metálica e madeira. Requisitos gerais de projeto; Aços estruturais, principais tipos e materiais de ligação; Noções sobre durabilidade de componentes de aço frente à corrosão; Principais madeiras brasileiras; Tipos de ligações. Anatomia da madeira, propriedades físicas e mecânicas da madeira; Estados-limites últimos e de serviço; Estruturas de contraventamento; Noções sobre comportamento, concepção, modulação, pré-dimensionamento e leitura/interpretação de projetos das estruturas usuais de aço e de madeira.

Bibliografia Básica

MOLITERNO, A.; BRASIL, R. M. L. R. F. Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira. 4ª ed. rev. São Paulo: E. Blücher, 2010.

PFEIL, W.; PFEIL, M. Estruturas de aço: dimensionamento prático. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

PFEIL, W. PFEIL, M. Estruturas de madeira. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

Bibliografia Complementar

BELLEI, I. H.; PINHO F. O.; PINHO, M. O. Edifícios de Múltiplos Andares em Aço. 2ª ed. São Paulo: PINI, 2008.
CALIL JUNIOR, C.; MOLINA, J. C. Coberturas em estruturas de madeira: exemplos de cálculo. São Paulo: Pini, 2010.

CICCARELLI, E. R. G. A estrutura metálica na arquitetura civil: história, arte, técnica. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

REBELLO, Y. C. P. Estruturas de aço, concreto e madeira: atendimento da expectativa dimensional. 1ª ed. São Paulo: Zigate, 2017.

SILVA, V. P.; PANNONI, F. D. Estruturas de aço para edifícios: aspectos tecnológicos e de concepção. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO I

Tipo de Disciplina	Obrigatória		Carga Horária	50h			
Pré-Requisitos	Materiais de construção I e II						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	10h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Ciclo de vida das construções; Sistemas Construtivos; Fases da obra; Implantação de obra e serviços preliminares; Preparação do terreno; Canteiro de Obras; Locação da Edificação; Infraestrutura de edificações: tipos e processos executivos de fundações superficiais e profundas. Superestrutura de edificações: tipos e procedimentos executivos; Vedações e compartimentação; Cobertura. Visitas a obras nas diversas fases.

Bibliografia Básica

AZEREDO, H. A. O edifício até sua cobertura. 2ª ed. rev. São Paulo: Blucher, 2017.

BORGES, A. C. Prática das pequenas construções: Volume 1. 9ª ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blücher, 2009.

CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

Bibliografia Complementar

BAUER. L. A. F. Materiais de construção: volume 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

BAUER. L. A. F. Materiais de construção: volume 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

BOURSCHEID, J. A. Introdução à Tecnologia das Edificações. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018

MOLITERNO, A.; BRASIL, R. M. L. R. F. Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira. 4ª ed. rev. São Paulo: E. Blücher, 2010.

PHILLIPS, D.; YAMASHITA, M. Detalhes construtivos da arquitetura contemporânea com concreto. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

6º PERÍODO

PAISAGISMO I							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67h	
Pré-Requisitos		Estudos socioambientais / Sociologia dos espaços urbanos e rurais / Geotecnologias aplicadas / Topografia aplicada à AU					
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	27h	Prática	40h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Conceitos e categorizações da paisagem. Paisagem Natural e Paisagem Cultural. Domínios Paisagísticos Naturais e ecologia da paisagem. Planejamento como infraestrutura. Políticas ambientais e a conservação de ecossistemas. Políticas e gestão ambiental no Brasil. Gestão de áreas verdes. Métodos e técnicas de diagnóstico, planejamento e gestão ambiental em escala territorial, tendo em vista mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável. Recursos hídricos e as bacias hidrográficas. Plano Diretor Ambiental e zoneamento ambiental. Exercícios de diagnóstico e proposições de planejamento da paisagem com foco ambiental.

Bibliografia Básica

AGRA FILHO, S. S. Planejamento e Gestão Ambiental no Brasil: os Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CARDIM, R. Paisagismo sustentável para o Brasil: integrando natureza e humanidade no século XXI. São Paulo: Olhares, 2022.

TARDIN, R. Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

Bibliografia Complementar

CAUQUELIN, A. A invenção da paisagem. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MACEDO, S. S. et al. Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil. São Paulo: Edusp, 2018. 416 p.

MOURA, N. B.; VARGAS, H. C.; PELLEGRINO, P. Estratégias para uma infraestrutura verde. 1ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2017. 336 p.

TARDIN, R. Análise, Ordenação e Projeto da Paisagem: Uma Abordagem Sistêmica. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018. 461 p.

ZACHARIAS, A. A. A Representação gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 211p.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FRANÇA, F. M. C.; OLIVEIRA, J. B. Cartilhas temáticas - tecnologias e práticas hidroambientais para convivência com o Semi-árido. Vol. 1-11. Fortaleza. 2010. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/29524/1/Cartilha-vol-11-cartilha-educacao.pdf>.

GONÇALVES, C. Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. Revista Brasileira de Gestão Urbana. v. 9, pp.371-385, 2017.

MEIRA, M. M. C.; TEIXEIRA SILVA, C. R. T.; CARVALHO, L. O.; BRASIL, M. D.; RODRIGUES, M. A.; SANTOS, P. A. A Beleza Seca: Aspectos do Paisagismo no Semiárido Brasileiro. Mix Sustentável, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 108–113, 2017. DOI: 10.29183/2447-3073.MIX2017.v3.n2.108-113. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/view/1938>.

MENEZES, H. E. A.; LIRA FILHO, J. A. L.; MENEZES, H. E. A.; LIMA, F. S.; SILVA, L. L. (2015). Espécies arbustivas selecionadas para o paisagismo no semiárido paraibano. *Ambiência*, 2015. 11(1), 175-195. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/2322/2556>.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. Geocologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 6ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/66152>.

ROSA, F. S. Plano Diretor Ambiental como estratégia de desenvolvimento rural e urbano. *Boletim Paulista De Geografia*, (100), 96–111, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1501>.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental.

PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL I			
Tipo de Disciplina		Obrigatória	
Pré-Requisitos		Urbanismo III	
Carga Horária		100h	

Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	43h	EaD*	0h	Extensão	17h

Ementa

Princípios do planejamento territorial urbano. Urbanização e suas problemáticas física, ambiental e social. Perspectiva histórica e contemporânea do planejamento urbano e territorial. Crescimento, desenvolvimento e planejamento na escala do município. Mercado imobiliário e habitação de interesse social. Política urbana, legislação e instrumentos do planejamento da cidade. Métodos e técnicas para o planejamento urbano do município, com foco em cidades de pequeno e médio porte, considerando sua relação com o campo. Exercícios de diagnóstico e proposições referentes aos instrumentos do planejamento municipal, a partir de processos participativos. Realização de oficinas e capacitações com comunidade e poder público como prática extensionista - “Conversas Rurbanas”.

Bibliografia Básica

CAMPOS FILHO, C. M. Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2003.
SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec. 1993.
SOUZA, M. J. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 558 p.

Bibliografia Complementar

CARLOS, A. F. A. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.
MELO, L. Direito à Moradia no Brasil: política urbana e acesso por meio da regularização fundiária. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
SOUZA, M. L. de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. 1ª ed. Jundiaí: Paco editorial, 2013.
VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BRASIL. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: CEF/Inst. Polis. 2001. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/estatuto-da-cidade-guia-para-implementacao-pelos-municipios-e-cidadaos/>.
FERNANDES, A. C.; BITOUN, J.; ARAÚJO, T. B. Tipologia das cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br>.
FREITAS, C. F. S. Regulações territoriais e expansão urbana informal: é possível preservar e incluir?. P@ranoá (UNB), v. 19, p. 02, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11792>.
LACERDA, N. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais/RBEUR – v. 15, nº. 1.
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Coleção Conjuntura Urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br>.
SILVEIRA, J. A. R.; RIBEIRO, E. L.; AMORIM, R. P. L. “Percurso, morfologia e sustentabilidade na cidade de João Pessoa-PB”. São Paulo: Vitruvius. 2008.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão / Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais.

PROJETO DE ARQUITETURA V

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h
Pré-Requisitos	Projeto de arquitetura IV / Conforto do ambiente construído II e III / Expressão gráfica IV		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	24h	Prática	43h
EaD*	0h	Extensão	17h
Ementa			

Aspectos teóricos e conceituais da habitação social. Tipologias para o campo e a cidade. Assistência Técnica no contexto da Habitação de Interesse Social. Concepção do espaço físico com ênfase na análise dos problemas sociais

e das relações com a realidade local, considerando a diversidade sócio-cultural e ambiental. Desenvolvimento de programas a partir de diagnósticos participativos (extensão - Conversas Rurbanas); levantamento de dados em campo; análise de fluxos e de leiautes. Análise de custo das decisões arquitetônicas e interface entre projetos de arquitetura, estrutura e instalações. Elaboração de projeto de habitação social com foco no processo construtivo, incorporando tecnologias adequadas ao lugar, visando à sustentabilidade socioambiental. Concepção e representação de detalhes do sistema construtivo, considerando elementos de custo e conforto ergonômico, térmico, lumínico e acústico. Síntese da proposição através de croquis, desenhos técnicos especializados, maquetes, quadros de acabamentos e especificações. Memorial descritivo da obra.

Bibliografia Básica

BARROS, R. R. M. P. Habitação coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores de projeto. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.
 BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo. 7ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
 VILLA, S. B.; ORNSTEIN, S. W. (Org.). Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

Bibliografia Complementar

CARVALHO JÚNIOR, R. de. Interfaces prediais: hidráulica, gás, segurança contra incêndio, elétrica, telefonia e NBR 15575. Editora Blucher, 2020.
 FERREIRA, A. D. Habitação de Interesse Social: aspectos históricos, legais e construtivos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.
 FERREIRA, J. S. W. (Coord.). Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FUPAM, 2012.
 GOUVÊA, L. A. C. Habitação popular no Brasil: uma história de exclusão, segregação e construção de ocas, senzalas, casas e apartamentos. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2016.
 MINKE, G. Manual de construção com terra: a terra como material de construção e seu uso na arquitetura. Vol. 1[S.I.]: Solisluna Editora, 2022.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220-3: Desempenho térmico de edificações residenciais. Parte 3 - Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, ABNT, 2005.
 _____. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.
 _____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.
 _____. NBR 15575: Edificações habitacionais - Desempenho Parte 1 a 6. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.
 _____. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Versão Corrigida:2021 Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
 _____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
 _____. NBR 16537: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, ABNT, 2024.
 BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257. Brasília, 2001.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão / Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

CONFORTO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO IV

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	Matemática aplicada à AU / Materiais de construção I e II / Urbanismo I		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	38h	Prática	12h
		EaD*	0h
		Extensão	0h
Ementa			



Princípios técnicos, práticas projetuais e construtivas da acústica aplicada à arquitetura e urbanismo. Conceitos básicos, propriedades e comportamento do som. Acústica como determinante da qualidade ambiental. Intensidade sonora e sensibilidade auditiva: relação do som com o ser humano (saúde, sensações e comportamento). Ferramentas de medição de parâmetros sonoros. Estratégias e materiais utilizados para controle da qualidade acústica do ambiente: absorção, reflexão e isolamento sonoro. Acústica urbana: identificação de ambientes sonoros no espaço urbano. Ruído e poluição sonora. Cálculo acústico. Desempenho acústico da edificação e estudos urbanos. Estudos de caso de projetos acústicos especiais: sala de aula, auditório, teatro, dentre outros.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, E. Acústica de Salas: projeto e modelagem. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2016.
MURGEL, E. Fundamentos de acústica ambiental. 1ª ed. São Paulo: Senac SP, 2007.
SOUZA, L. C. L. S.; ALMEIDA, M. G.; BRAGANÇA, L. Bê-a-bá da Acústica Arquitetônica. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

Bibliografia Complementar

BISTAFA, S. R. Acústica aplicada ao Controle o ruído. 3ª ed. São Paulo: Blucher, 2018.
CARVALHO, R. P. Acústica arquitetônica. 2ª ed. Brasília: Thesaurus, 2010.
COSTA, E. C. Acústica Técnica. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2003.
PATRÍCIO, J. V. Acústica nos edifícios. 7ª ed. São Paulo: Engebook, 2018.
SHEBALJ, V. L. C.C. Desempenho Acústico no pós-uso: na visão da NBR 15575. 1ª ed. São Paulo: Leud, 2017.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental

INFRAESTRUTURA URBANA E PREDIAL I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	67h
Pré-Requisitos	Sistemas estruturais II / Projeto de arquitetura II / Urbanismo I		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	47h	Prática	20h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Noções de infraestrutura urbana e suas implicações no projeto e no planejamento urbano: Captação, tratamento e abastecimento de água; drenagem urbana; coleta, condução e tratamento de esgoto. Sistemas prediais de água fria, quente, esgotos sanitários e drenagem pluvial com ênfase na classificação, caracterização e dimensionamento do conjunto de tubulações, conexões e equipamentos que compõem um projeto de instalações; Sistemas de esgotamento sanitário e dimensionamento de tanque séptico e sumidouro; Conceitos básicos adotados para execução de projetos de instalações hidrossanitárias prediais; Simbologia e representação gráfica; Interferência dos projetos de instalações hidrossanitárias com outras disciplinas; Introdução aos requisitos básicos do projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico.

Bibliografia Básica

CARVALHO JÚNIOR, R. de. Instalações Hidráulicas e o Projeto de Arquitetura. São Paulo: Blucher, 2023.
MACINTYRE, A. Manual de Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2021.
PENN, M. R.; PARKER, P. J. Infraestrutura: para Engenharia Civil e Ambiental. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

Bibliografia Complementar

CARVALHO JÚNIOR, R. de. Interfaces prediais: hidráulica, gás, segurança, contra incêndio, elétrica, telefonia e NBR 15575: edificações e desempenho. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2019.
GOMES, H. P. Abastecimento de água. 1ª ed. João Pessoa: UFPB, 2019.
MASCARÓ, J. L. Infraestrutura urbana para o século XXI. Porto Alegre: Masquatro, 2016.
NUVOLARI, A. Esgoto sanitário: coleta, transporte, tratamento e reuso agrícola. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2011.
PHILIPPI JR. A. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2ª ed. Barueri: Manole, 2014.

Normas Técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5626/2020: Sistemas prediais de água fria e água quente - Projeto, execução, operação e manutenção.
_____. NBR-8160/1999: Sistemas prediais de esgotos sanitários – Projeto e execução.
_____. NBR 10844/1989: Instalações prediais de águas pluviais.

- _____. NBR 7229:1993: Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos.
- _____. NBR 13969:1997: Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, construção e operação.
- _____. NBR 12693/2021: Sistemas de proteção por extintores de incêndio.
- _____. NBR 13714/2000: Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio.
- _____. NBR 10897/2020: Proteção contra incêndio por chuveiro automático.
- CBM/PB – Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Normas Técnicas. 2018.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	Tecnologia de construção I		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	40h	Prática	10h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Práticas construtivas inovadoras e alternativas; Tecnologias sustentáveis; Esquadrias; Instalações prediais; Revestimentos argamassados e cerâmicos; Pintura; Impermeabilização; Bancadas, louças e metais; Limpeza e serviços complementares; Entrega da obra; Aspectos de Manutenibilidade. Visitas a obras nas diversas fases.

Bibliografia Básica

- AZEREDO, H. A. de. O edifício e seu acabamento. 1. ed. São Paulo: Blucher, 1987.
- CARVALHO JÚNIOR, R. de. Interfaces prediais: hidráulica, gás, segurança, contra incêndio, elétrica, telefonia e NBR 15575: edificações e desempenho. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2019.
- CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

Bibliografia Complementar

- BAUER. L. A. F. Materiais de construção: volume 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- BAUER. L. A. F. Materiais de construção: volume 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.
- FREIRE, W. J.; BERALDO, A. L. (Coord.). Tecnologias e materiais alternativos de construção. 1ª ed. Campinas: UNICAMP, 2013.
- SOUZA, U. E. L. Como reduzir perdas nos canteiros. São Paulo: Pini, 2005.
- TELLES, D. D'A.; COSTA, R. H. P. G.; NUVOLARI, A. (coord). Reúso da água: conceitos, teorias e práticas. 2ª ed. São Paulo: Blücher FAT, 2011.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

7º PERÍODO

PAISAGISMO II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h
Pré-Requisitos	Estudos socioambientais / Expressão gráfica III		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	34h	Prática	50h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Concepção do projeto de espaços livres da edificação e de áreas verdes. Análise e interpretação da paisagem e de projetos paisagísticos: aspectos socioculturais, formais, estéticos e ambientais. Critérios de avaliação paisagística aplicados ao sistema público de áreas verdes. Estudo das vegetações, suas formas e condicionantes na composição paisagística. Elaboração de projetos paisagísticos, em diferentes escalas, com programas de média ou alta complexidade. Síntese das proposições através de representação gráfica e maquetes como instrumentos de

investigação e estruturação dos espaços livres e/ou das áreas verdes. Especificações e Detalhamentos em paisagismo.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, A. R. S.; SILVA, A. F.; SILVA, J. M. Jardins de Burle Marx no nordeste do Brasil. 1ª ed. Recife: Editora UFPE, 2013

FARAH, I.; SCHLEE, M. B.; TARDIN, R. Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil. São Paulo: Senac, 2010.

MACEDO, S. S. Parques Urbanos no Brasil. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 208 p.

Bibliografia Complementar

ABBUD, B. Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística. 4ª ed. São Paulo: Senac SP, 2010.

LORENZI, H. Árvores brasileiras. Volumes 1 – Nova Odessa. São Paulo: Instituto Plantarum, 2000.

LORENZI, H. Árvores brasileiras. Volumes 2 – Nova Odessa. São Paulo: Instituto Plantarum, 2000.

LORENZI, H. Plantas ornamentais do Brasil, Nova Odessa. São Paulo: Instituto Plantarum, 2000.

MASCARÓ, L. E. A. R. de; MASCARÓ, J. L. Vegetação Urbana. Porto Alegre: UFRGS FINEP, 2002.

PANZINNI, F. Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. 1ª ed. São Paulo: Senac SP, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MENEZES, H. E. A.; LIRA FILHO, J. A. L.; MENEZES, H. E. A.; LIMA, F. S.; SILVA, L. L. (2015). Espécies arbustivas selecionadas para o paisagismo no semiárido paraibano. *Ambiência*, 2015. 11(1), 175-195. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/2322/2556>.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos.

PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	100h				
Pré-Requisitos	Planejamento urbano e territorial I / Geotecnologias aplicadas						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	40h	Prática	60h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Princípios do planejamento territorial regional e sua relação com o planejamento urbano. Políticas públicas e legislação no âmbito regional. Dinâmicas e processos regionais: metropolização, conurbação, polarização, centralidade e periferação. Relações entre urbano e rural na região. Inserção da cidade na região e as relações intermunicipais. Infraestrutura e ações em sistemas regionais: atividades econômicas, abastecimento, saneamento básico, mobilidade e oferta de serviços públicos. Estudo e elaboração de cenários futuros na esfera do planejamento regional, com orientação para aspectos espaciais, sociais, econômicos e ambientais.

Bibliografia Básica

CORREA, R. L (org.). Estudos sobre a rede urbana. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2012.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROCHA, A. A.; FERRAZ, A. E. Q. (Orgs.). Produção do Espaço Urbano em Cidades Pequenas e Médias: Mobilidade e Agentes, Escalas e Processos. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020. 230 p.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

CADERNOS IPPUR/UFRJ. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade, Ano 15, n.2, ago – Dez.2001/ ano 16, n.1, jan -jul, 2002 Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2002.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental.

PROJETO DE ARQUITETURA VI							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		84h	
Pré-Requisitos		Projeto de arquitetura V / Conforto do ambiente construído IV / Sistemas estruturais II / Infraestrutura urbana e predial I / Tecnologia das construções I e II / Planejamento urbano e territorial I					
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	24h	Prática	60h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Desenvolvimento de habilidades e competências para conceber projetos integrados de edificações complexas, de desenho urbano-regional e de paisagismo de espaços livres, envolvendo problemas de requalificação de áreas degradadas, de mobilidade urbana e de intervenções de alto impacto ambiental. Capacidade de problematizar situações por meio da análise crítica dos aspectos de diversidades sócio-culturais, econômicos, ambientais, técnicos, legais e do espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas relativos à produção e ao uso do espaço. Inter-relação entre os diversos sistemas de infraestrutura urbana e predial e o projeto arquitetônico. Aplicação dos requisitos de segurança e combate a incêndios nas edificações. Síntese da proposição através de croquis, desenhos técnicos especializados, maquetes, quadros de acabamentos e especificações.

Bibliografia Básica

CARVALHO JÚNIOR, R. de. Interfaces prediais: hidráulica, gás, segurança, contra incêndio, elétrica, telefonia e NBR 15575: edificações e desempenho. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2019.
EDWARD, A. Como os edifícios funcionam: a ordem natural da arquitetura. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
LIMA, J. F. Arquitetura: uma experiência na área de saúde. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2012.

Bibliografia Complementar

BUXTON, P. Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
FERRAZ, M. C. (Org.). Coleção Lina Bo Bardi. São Paulo: Edições Sesc, 2019.
GÓES, R. de. Manual prático de arquitetura hospitalar. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.
GÓES, R. de. Manual Prático de Arquitetura para Clínicas e Laboratórios. São Paulo: Blucher, 2010.
KOWALTOWSKI, D.C.C.K. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

Normas técnicas

CBM/PB – Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Normas Técnicas. 2018.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16636-1: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.
_____. NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico. Rio de Janeiro, ABNT, 2017.
_____. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Versão Corrigida:2021 Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
_____. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, ABNT, 2021.
_____. NBR 16537: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, ABNT, 2024
BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257. Brasília, 2001

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BRASIL. Guia para projetos de arquitetura de museus. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Ibram, 2020. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Guia-para-projetos-de-arquitetura-de-museus.pdf>.
VASCONCELOS, J. C. de; BALEM, T. (Org). Bloco (11): a arquitetura da América Latina em reflexão. Novo Hamburgo: Feevale, 2015, v. 11, p. 10-23. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/58090876-fbda-4c31-ad2d-eda0e70ce1e2/bloco-11.pdf>.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos.

PRÁTICAS CURRICULARES DE EXTENSÃO I							
Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		84h	
Pré-Requisitos		Projeto de arquitetura V / Planejamento urbano e territorial I					
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	0h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	84h

Ementa

Introdução à Extensão Universitária: conceitos, funções e princípios. O papel da atuação do Arquiteto e Urbanista em sua relação com a sociedade e com o compromisso com o bem estar coletivo. Atendimento de demandas reais das comunidades locais, com reconhecida relevância social, utilizando metodologias de planejamento e projeto participativo. Desenvolvimento de diagnóstico participativo, a partir da apreensão do espaço de intervenção in loco, considerando aspectos socioculturais, físicos, ambientais e econômicos. Análise das questões relacionadas aos sistemas de infraestrutura, saneamento básico, equipamentos sociais, considerando as legislações urbanística, fundiária e ambiental, a habitabilidade, a acessibilidade e a mobilidade.

Bibliografia Básica

CAMPOS FILHO, C. M. Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Ed.34, 2003.

GONÇALVES, H. A. Manual de projetos de extensão universitária. São Paulo: Avercamp, 2008.

PRONSATO, S. A. D. Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia Complementar

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GEHL, J.; SVARRE, B. A vida na cidade: como estudar. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. S. (Org). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2020.

LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Org.). O rural brasileiro na perspectiva do século XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

MELLO, B. C. E. de. Dias de Destruir, de Construir: uma experiência de Extensão Universitária. 1ª ed. Porto Alegre: Libretos, 2022.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão / Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

INFRAESTRUTURA URBANA E PREDIAL II

Tipo de Disciplina		Obrigatória		Carga Horária		67h	
Pré-Requisitos		Sistemas estruturais II / Projeto de Arquitetura II / Urbanismo I					
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	47h	Prática	20h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Noções de infraestrutura urbana e suas implicações no projeto e no planejamento urbano: Instalações elétricas e de telecomunicações na cidade. Introdução a microgeração e minigeração de energia solar; Sistemas on-grid e off-grid. Instalações elétricas de baixa tensão. Projeto, dimensionamento e orçamentação de instalações elétricas de baixa tensão. Conservação de energia. Cálculo de demanda. Projeto luminotécnico. Medidas de proteção de pessoas contra efeitos da eletricidade. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e aterramento. Interferência dos projetos de instalações elétricas com outras disciplinas; Previsão de tubulações para instalações de telecomunicação.

Bibliografia Básica

CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. Instalações Elétricas e o Projeto de Arquitetura. São Paulo: Blucher, 2023.

CREDER, Hélio. Instalações elétricas. 16º ed. LTC, 2016.

CAVALIN, Geraldo.; CERVELIN, Severino. Instalações elétricas prediais. 23º ed. São Paulo: Érica, 2017.

Bibliografia Complementar

MONTORO, Fabio. Telecomunicações em edifícios no projeto de arquitetura – novos requisitos, espaços e subsistemas. 2. ed. São Paulo: Pini, 2013.

MASCARÓ, J. L. Infraestrutura urbana para o século XXI. Porto Alegre: Masquatro, 2016.

MOREIRA, J. R. S. M. et al. Energias Renováveis, Geração Distribuída e Eficiência Energética. 2º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

NISKIER, Júlio, MACINTYRE, A. J. Instalações Elétricas. 6º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOMES, Antônio A. A. Instalações elétricas de baixa tensão: canalizações elétricas. 2º ed. Publindústria, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5410/2004: Instalações elétricas de baixa tensão.

Observações**8º PERÍODO****PATRIMÔNIO: USOS DO PASSADO**

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	Teoria, crítica e história da AU IV		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	40h	Prática	10h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

A conceituação de patrimônio cultural e sua preservação: a transformação das teorias no campo. Principais práticas e instrumentos usados para a preservação do patrimônio cultural: dos monumentos isolados à paisagem cultural. Políticas públicas e legislação para a proteção do patrimônio; inventários e instrumentos de conservação. Processos de integração dos conjuntos e sítios patrimoniais à produção da cidade contemporânea. Gentrificação e participação social. Valorização dos processos de produção arquitetônica (saber-fazer) vernaculares e dos povos tradicionais. Fundamentos da educação patrimonial. Articulação às instituições de memória, os museus (tipologia e funções) e discussão das condutas de preservação e gestão cultural.

Bibliografia Básica

CARSALADE, F. L. A pedra e o tempo: Arquitetura como patrimônio cultural. 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauadx, 2012.

Bibliografia Complementar

BRESCIANI, S.; NAXARA, M. Memória e (re)sentimento. Campinas: Unicamp, 2001.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LUBBE, H.. Esquecimento e historicização da memória. Revista Estudos Históricos, V.29, N.57, 2016.

RUSKIN, J. A Lâmpada da Memória. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

STEPHAN, I. I. C. Patrimônio em risco: o patrimônio arquitetônico na zona proibida. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BRASIL. IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf).

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

URBANISMO IV

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h
Pré-Requisitos	Urbanismo III / Planejamento urbano e territorial I		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			

Teórica	24h	Prática	60h	EaD*	0h	Extensão	0h
----------------	-----	----------------	-----	-------------	----	-----------------	----

Ementa

Fundamentos teóricos e metodológicos para planejamento e intervenções em sítios históricos de valor patrimonial. Políticas culturais. Cartas patrimoniais e planos de preservação. Requalificação de áreas históricas, recuperação e consolidação de suas estruturas. Novas construções em áreas históricas. Estudo da paisagem cultural. Proposta de intervenção em áreas de valor patrimonial com desenvolvimento de plano de gestão urbana, incluindo indicações projetuais.

Bibliografia Básica

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
 JONH, N. M. Identificação, Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Curitiba: Appris, 2021.
 VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. (orgs.). Intervenções em Centros Urbanos, objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

Bibliografia Complementar

CHOAY, F. O Patrimônio em questão: antologia para um combate. Tradução por João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
 MARICATO, H.; VAINER, C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
 PIO, L. G. Usos e sentidos do patrimônio cultural no projeto porto maravilha. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
 ROSSI, A. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 RUFINONI, M. R. Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Ed. Unifesp: Edusp, 2013.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BONDUKI, N. Intervenções Urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília: Iphan/ Monumenta, 2010. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4185>.
 BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.
 BRITO, M. Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro. São Paulo: Revista Vitruvius. Arquitexto nº 33, fevereiro de 2003. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq033/arq033_01.asp.
 CÔRTEZ, A. S.; VALE, M. M. As inflexões entre a conservação do patrimônio cultural e a sustentabilidade: um estudo sobre as capelas rurais do triângulo mineiro e alto paranaíba. Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 33–42, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/23102>.
 OLIVEIRA, M. M. A Documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN, 2008. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m(2).pdf).

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos.

PROJETO DE ARQUITETURA VII

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h
Pré-Requisitos	Projeto de arquitetura VI / Teoria, crítica e história da AU IV		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	24h	Prática	60h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Concepção do projeto de intervenção em bens imóveis e/ou conjuntos edificados de interesse cultural. A dimensão urbana/regional do patrimônio edificado e sua integração com o contexto em que está inserido. Investigação e análise dos diversos aspectos do patrimônio edificado: caracterização, documentação, levantamento, diagnóstico e manutenção, gerando informações para o desenvolvimento do projeto. Abordagem teórica e prática da conservação e do restauro. Dimensionamento dos espaços, organização das funções, técnicas construtivas, qualidade ambiental, fluxos, acessibilidade e demais aspectos do processo do desenvolvimento do projeto. Elaboração de projeto básico com programa de caráter cultural, institucional e/ou habitacional e de média ou alta complexidade. Síntese da proposição através de representação gráfica, detalhes e maquetes.

Bibliografia Básica



BRANDI, C. Teoria da restauração. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013
 CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.
 MESQUITA, L.; MOTA, N. Cidades do nordeste: do pote à rua: métodos construtivos tradicionais. Recife: CEPE, 2017.

Bibliografia Complementar

KÜHL, B. M. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.
 RIEGL, A. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
 RUSKIN, J. A Lâmpada da Memória. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
 VIOLLET-LE-DUC, E. E. Restauração. . 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
 WEIMER, G. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

BONDUKI, N. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos.

PRÁTICAS CURRICULARES DE EXTENSÃO II

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	134h				
Pré-Requisitos	Práticas Curriculares de Extensão I						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	0h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	134h

Ementa

Planejamento territorial participativo voltado para o projeto de intervenção em áreas urbanas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apreensão do espaço de intervenção in loco, considerando, aspectos socioculturais, físicos, ambientais e econômicos. Interface com o patrimônio cultural e paisagístico e os aspectos de preservação e renovação. Abordagem das questões relacionadas aos sistemas de infraestrutura, saneamento básico, equipamentos sociais, bem como às legislações urbanística, fundiária e ambiental, à habitabilidade, à acessibilidade e à mobilidade. A partir dos interesses e necessidades identificados, elaborar com a comunidade as diretrizes e ações de planejamento para o projeto de intervenção, acompanhado de estudos arquitetônicos e paisagísticos. Apresentação de síntese da proposição com participação da comunidade envolvida, através painéis, maquetes e outros elementos que expressem o espaço estudado e a intervenção proposta.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2012.
 CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. 1ª ed. Recife: Editora UFPE, 2014.
 PRONSATO, S. A. D. Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia Complementar

CAMPOS FILHO, C. M. Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Ed.34, 2003.
 FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
 GEHL, J.; SVARRE, B. A vida na cidade: como estudar. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.
 GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. S. (Org). Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2020.
 LEITE, S. P.; HEREDIA, B. M. A.; MEDEIROS, L. S.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. P. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2004.

ROCHA, J. C. S.; SERPA, O. Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. R. B. Estudos Urbanos e Regionais nº 1, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>.

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão / Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos / Política de educação das relações étnico-raciais / Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE OBRAS

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33h
Pré-Requisitos	Tecnologia de construção I e II		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	23h	Prática	10h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Aspectos fundamentais da indústria da construção civil; Noções de Planejamento de Obras: Ciclo de vida do empreendimento; Estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira aplicados ao projeto de arquitetura e urbanismo; Análise de documentação de serviços: memorial descritivo e especificações técnicas; Graus de Orçamentação; Discriminação orçamentária; Levantamento de Quantidades; Composições de custos; Bancos de composições e preços governamentais; Custo direto, indireto, lucro, impostos, BDI e preço de venda; Cronograma Físico-Financeiro; Modalidades de contratos de obras; Noções básicas de Licitações.

Bibliografia Básica

GOLDMAN, P. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. 4ª ed. São Paulo: Pini, 2004.

MATTOS, A. D.. Como preparar orçamentos de obra. 3ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

MATTOS, A. D. Planejamento e controle de obras. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

Bibliografia Complementar

HALPIN, D.I W.; WOODHEAD, R. W. Administração da construção civil. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

SAMPAIO, F. M. Orçamento e Custo na Construção. São Paulo: Hemus, 1998.

SOUZA, U. E. L. Como reduzir perdas nos canteiros. São Paulo: Pini, 2005.

TCPO 14: Tabelas de composições de preços para orçamentos. São Paulo: Pini, 2012.

XAVIER, I. S. L. Orçamento, planejamento e gerenciamento de obras. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifício em condomínio - NBR 12721. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

Observações**TÉCNICAS RETROSPECTIVAS E VERNACULARES**

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	Teoria, crítica e história da AU IV / Tecnologia de construção I e II		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	40h	Prática	10h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Principais teorias e práticas projetuais referentes à restauração, reestruturação e conservação de edifícios e conjuntos urbanos de interesse histórico e cultural. Evolução das técnicas construtivas tradicionais no Brasil. Arquitetura vernacular e seus processos construtivos: estudo das expressões produzidas fora dos circuitos formais da arquitetura e do urbanismo. Conhecimento dos processos que caracterizam a autoprodução e a autogestão de assentamentos e construções em meio rural e urbano. Estudos de caso de produções vernaculares e de projetos de restauração e conservação do patrimônio construído.

Bibliografia Básica

KÜHL, B. M. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

RIBEIRO, R. T. M. (Org.). Patrimônio Cultural e preservação no Brasil: perspectiva interdisciplinar e narrativas contemporâneas. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2020,
WEIMER, G. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

BRANDI, C. Teoria da restauração. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013
MESQUITA, L.; MOTA, N. Cidades do Nordeste: do pote à rua: métodos construtivos tradicionais. Recife: CEPE, 2017.
MINKE, G. Manual de construção com terra: a terra como material de construção e seu uso na arquitetura. v. 1. [S.l.]: Solisluna Editora, 2022.
REIS FILHO, N. G. Quadro da Arquitetura no Brasil. 13ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
VIOLLET-LE-DUC, E. E. Restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

OLIVEIRA, M. M. A Documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN, 2008. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m(2).pdf).

Observações

9º PERÍODO

ÉTICA E PRÁTICA PROFISSIONAL

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33h
Pré-Requisitos	-		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	16h	Prática	0h
		EaD*	0h
		Extensão	17h

Ementa

Legislação que regulamenta o exercício profissional do arquiteto e urbanista no Brasil. Atribuições profissionais e relações com atividades de áreas correlatas. Código de ética e disciplina profissional. Direito autoral. Responsabilidades profissionais: técnica, civil, criminal, trabalhista e administrativa. Organização da atividade profissional: produção técnica, formulação de propostas e administração de contratos para a prestação de serviços; controle e avaliação de serviços prestados. A prática profissional e as diferentes possibilidades de atuação no mercado de trabalho. O papel das entidades de arquitetura e urbanismo junto aos profissionais. Organização de um fórum profissional como atividade extensionista relativa aos conteúdos programáticos.

Bibliografia Básica

CASTILHO, J. R. F. A legislação profissional da arquitetura. 2ª ed. São Paulo: Pilares, 2019.
FLÔRES, L. V. N. Arquitetura e engenharia com direitos autorais. São Paulo: Pillares, 2013.
VÁZQUEZ, A. S. Ética. 37ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, R. A. Responsabilidade dos engenheiros e arquitetos: fundamentos e aplicações da perícia judicial. Goiânia: Kelps, 2015.
CASTILHO, J. R. F. O arquiteto e a lei: elementos de direito em arquitetura. 2ª ed. São Paulo: Pilares, 2014.
MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: GGili, 2014.
SANTOS, M. Direito autoral na era digital: impactos, controvérsias e possíveis soluções. São Paulo: Saraiva, 2009.
SENNETT, R. A corrosão do caráter e o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: Bestbolso: Record, 2016.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

ABEA. Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura. Disponível em: <https://www.asbea.org.br/>

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Curricularização da Extensão, Política de educação em direitos humanos.

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO I

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	17h
Pré-Requisitos	Todas as disciplinas até o 8º período		
Docente			



Distribuição da Carga Horária							
Teórica	17h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa
 Síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação. Metodologias científicas para produção do trabalho escrito (monografia). Metodologias de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Desenvolvimento de projeto de pesquisa no âmbito da atribuição do arquiteto e urbanista, enquanto planejamento do trabalho de conclusão do curso.

Bibliografia Básica
 GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo : Atlas, 1991.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.
 MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar
 AZEVEDO, I. B. de. O Prazer da Produção Científica: Passos Práticos para a Produção de Trabalhos Acadêmicos. United Press, 2012. 264 p.
 CHASSOTT, A. A ciência através dos tempos. 2ª ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.
 CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

PROJETO DE INTERIORES E DETALHAMENTO

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	84h
Pré-Requisitos	Projeto de arquitetura IV / Infraestrutura urbana e predial II/ Conforto no ambiente construído I ao IV / Expressão gráfica III e IV.		
Docente			

Distribuição da Carga Horária							
Teórica	24h	Prática	60h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa
 Concepção e desenvolvimento do projeto arquitetônico de espaços internos: aspectos conceituais e metodológicos. Distinções e interseções entre arquitetura, design e decoração. Condicionantes do projeto de interiores: contextos sociais, culturais, econômicos e ambientais; dimensões funcionais e simbólicas; necessidades dos usuários. A importância do detalhamento na arquitetura e as especificidades do projeto de interiores. Investigação de referências para repertório: materiais, mobiliário, objetos e equipamentos aplicados ao projeto. Organização dos espaços internos e suas funções, qualidade ambiental, fluxos, ergonomia, acessibilidade e demais aspectos do processo do desenvolvimento do projeto. Elaboração de estudos e propostas em nível executivo para espaços internos com programa de caráter institucional, comercial e/ou habitacional de alta ou média complexidade. Síntese da proposição através de representação gráfica, detalhes e maquetes como instrumentos de investigação e estruturação dos espaços internos.

Bibliografia Básica
 CHING, F. D. K.; BINGGELI, C. Arquitetura de interiores ilustrada. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
 GURGEL, M. Projetando espaços: design de interiores. 6ª ed. São Paulo: Senac, 2017.
 GURGEL, M. Organizando espaços: guia de decoração e reforma de residências. 3ª ed. São Paulo: Senac SP, 2017.

Bibliografia Complementar
 BOOTH, S.; PLUNKETT, D. Mobiliário para o design de interiores. 1ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.
 BROWN, R.; FARRELLY, L. Materiais no design de interiores. 1ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
 GRIMLEY, C.; LOVE, M. Cor, espaço e estilo: todos os detalhes que os designers de interiores precisam saber, mas que nunca conseguem encontrar. 1ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
 MONTENEGRO, G. A. Desenho de projetos: em arquitetura, projeto de produto, comunicação visual e design de interior. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2007.
 PANERO, J.; ZELNIK, M. Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos. São Paulo: Gustavo Gili do Brasil, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental / Política de educação em direitos humanos.

GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	33h
Pré-Requisitos	Planejamento e Orçamento de Obras		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	23h	Prática	10h
		EaD*	0h
		Extensão	17h

Ementa

Fundamentos da Gestão de Projetos: Conceitos Básicos; Benefícios do Gerenciamento de Projetos. Ciclo da Vida de Projetos; Metodologia para Gerenciamento de Projetos pelo PMBOK; Interferências e interações de outras disciplinas no projeto arquitetônico; Gestão do processo de execução de obras: organização de etapas e cronogramas, caminhos críticos, gerenciamento de insumos, logística de materiais e equipamentos; Organização espacial e administrativa de um canteiro de obras; Apropriação de custos; Certificação e controle de qualidade.

Bibliografia Básica

LIMMER, C. V. Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
 MATTOS, A. D. Planejamento e controle de obras. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.
 SANTOS, S. B. dos; SOHLER, F. A. S. (Org.). Gerenciamento de Obras, qualidade e desempenho da construção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2017.

Bibliografia Complementar

BERNARDES, M. M. S. Planejamento e controle da produção para empresas de construção civil. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.
 PORTUGAL, M. A. Como gerenciar projetos de construção civil: do orçamento à entrega da obra. 1ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.
 SOUZA, U. E. L. Como reduzir perdas nos canteiros. São Paulo: Pini, 2005.
 PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Guia PMBOK. 6ª ed. EUA: Project Management Institute, 2017.
 VARELLA, R. Planejamento e Controle de Obras. São Paulo: O Nome da Rosa, 2003.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)**Observações****10º PERÍODO****TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO II**

Tipo de Disciplina	Obrigatória	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	Trabalho final de graduação I		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	33h	Prática	0h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação. Metodologias científicas para produção do trabalho escrito (monografia). Metodologias de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Desenvolvimento e finalização do trabalho de conclusão do curso.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo : Atlas, 1991.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.
 MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, I. B. de. O Prazer da Produção Científica: Passos Práticos para a Produção de Trabalhos Acadêmicos. United Press, 2012. 264 p.

CHASSOTT, A. A ciência através dos tempos. 2ª ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.
 CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

OPTATIVAS

GESTÃO E SEGURANÇA DO TRABALHO

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	33h
Pré-Requisitos	-		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	33h	Prática	0h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Noções de saúde ocupacional. Ambiente de trabalho. Segurança no trabalho. Acidentes de trabalho: conceitos, tipos e causas. Riscos de acidentes: identificação, avaliação e controle. Agentes causadores de prejuízo à saúde. Riscos ambientais: químicos, físicos e biológicos. Metodologia para Avaliação de condições de trabalho. Técnicas de medições dos agentes. Aplicações no campo da Arquitetura. Legislação sobre as condições de trabalho e Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Bibliografia Básica

BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
 GARCIA, G. F. B. Meio ambiente do trabalho: direito, segurança e medicina do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Método, 2014.
 GONÇALVES, D. C.; GONÇALVES, I. C.; GONÇALVES, E. A. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. 7ª ed. São Paulo: LTr, 2018.

Bibliografia Complementar

AMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde no Trabalho - NRs 1 a 38 Comentadas e Descomplicadas. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Método, 2023.
 ARAÚJO, G. M. de. Normas regulamentadoras comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho. 8ª ed. Rio de Janeiro: GVC, 2011.
 KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Tradução por Lia Buarque de Macedo Guimarães. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
 SIGNORINI, M. Qualidade de Vida no Trabalho. Rio de Janeiro: Taba Cultural, 1999.
 TORTORELLO, J. A. Acidentes do trabalho: teoria e prática. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	Matemática aplicada à arquitetura		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	50h	Prática	0h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Limites. Continuidade. Derivada. Integral e Técnicas de integração.

Bibliografia Básica

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2006. 448 p. il.

LEITHOLD, L. O Cálculo com geometria analítica, vol. 1, 3ª ed. São Paulo: HARBRA Ltda, 1994.
STEWART, J. Cálculo, vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Bibliografia Complementar

ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte, vol. 1. Porto Alegre, Bookman, 2000.
EDWARDS, C. H., PENNEY, D.E. Cálculo com geometria analítica, vol. 1. São Paulo: Prentice-Hall, 1997.
GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo, vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
SIMMONS, G. F. Cálculo com geometria analítica, vol. 1. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1987.
THOMAS, G.B. Cálculo, vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Addison-Wesley/Pearson, 2002.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

CÁLCULO VETORIAL E GEOMETRIA ANALÍTICA

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	50h				
Pré-Requisitos	Matemática aplicada à arquitetura						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

Coordenadas no Plano; Retas no Plano; Coordenadas no Espaço; Retas e Planos no Espaço; Distância; sistemas lineares, diagonalização; Cônicas; Quádricas.

Bibliografia Básica

BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I. R.; RIBEIRO, V. L. F. F.; WETZLER, H. G. Álgebra Linear. Ed. Harbra, 1980.
BOULOS, P.; CAMARGO E OLIVEIRA, I. de. Geometria Analítica: um tratamento vetorial. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 543p.
LIMA, E. L. Geometria Analítica e Álgebra Linear. Rio de Janeiro: IMPA, 2001. 305p.

Bibliografia Complementar

ANTON, H. Álgebra Linear. Ed. Campus, 3ª ed.
LIPSCHUTZ, S. Álgebra Linear. Ed. McGraw-Hill, 1971.
LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica, Vol. 1, 3ª ed. São Paulo: HARBRA Ltda, 1994.
STEINBRUCH, A.; WEINTERLE, P. Geometria analítica. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 1987.
STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra Linear, 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1987. 583p.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

ECOLOGIA URBANA

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	33h				
Pré-Requisitos	-						
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	33h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h

Ementa

O que é ecologia?. Ecossistema: nicho, habitat, população, espécie. Biodiversidade e relações interespecíficas. Cadeia alimentar. Economia e Energia. Fauna e flora urbana. Etologia: psicologia animal. Etologia: teorias do comportamento. Sociedades de plantas e animais. Naturais e humanos. A cidade como formigueiro, colméia. Tribalismo urbano e tribos animais. Instintos urbanos. Sexualidade urbana. Reprodução & lazer. Características energéticas dos ecossistemas urbanos. Problemas ecológicos das grandes áreas urbanas. Populações e Poluição. Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e modos alternativos.

Bibliografia Básica

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R. Ecologia: De indivíduos a ecossistemas. 5ª ed. Artmed editora, 2023.
RICK R.; RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
WALLACE-WELLS, D. A Terra Inabitável. Ed. Companhia das Letras, 2019.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, R. P.; VIANA, V. J. Recursos Naturais e Biodiversidade: Preservação e Conservação dos Ecossistemas. Saraiva Educação SA, 2014.
 LEAL, I. R. Ecologia e conservação da Caatinga. Editora Universitária UFPE, 2003.
 MICHAEL, L. C.; WILLIAN D. B.; SALLY D. Ecologia. 3ª ed. Editora Artmed, 2017.
 PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2000. 252 p.
 TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HAPER, J. L. Fundamentos em Ecologia. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576 p.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)**Observações**

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação ambiental, Política de educação em direitos humanos, Política de educação das relações étnico-raciais e Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

LIBRAS

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	-		
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	25h	Prática	25h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Aspectos sócio-histórico-antropológicos, linguísticos e culturais da Surdez. Legislação específica. Reflexão acerca e da legitimação da Língua de Sinais. Cultura e Identidade da Comunidade Surda. Aspectos linguísticos e práticos (usos informais e cotidianos) da Libras: vocabulário; fonologia, morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico. Prática das estruturas elementares da Libras. Noções básicas de escrita de sinais: singwriting. A Libras na relação fala/escrita.

Bibliografia Básica

FELIPE, T. A. *Libras em contexto*: curso básico, livro do estudante cursista. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.
 GESSER, A. *Libras? Que língua é essa?*: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2009
 QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira*: estudos linguísticos. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, É. V.; FILHO MAIA, V. *Aprenda Libras com eficiência e rapidez*. 1ª ed. Curitiba: Editora Mãos Sinais, 2011.
 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais do Brasil*: a libras em suas mãos, vol.1, vol. 2 e vol. 3. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2017.
 QUADROS, Ronice M. *Educação de Surdos*: a aquisição da linguagem. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1997.
 SÁ, N. R. L. *Cultura, poder e educação de surdos*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.
 SKLIAR, C. (Org.). *A surdez*: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.
 STROBEL, K. *As imagens do outro sobre cultura surda*. 4ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2023.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)**Observações**

Este componente curricular atende os conteúdos obrigatórios: Política de educação em direitos humanos

ESPAÑHOL INSTRUMENTAL I

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos	-		
Docente	Rosivânia Maria da Silva		
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	25h	Prática	25h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Desenvolvimento da competência comunicativa funcional, através da compreensão auditiva e expressão oral, com ênfase no vocabulário do entorno arquitetônico e urbanístico, e áreas afins, para competências transversais e

profissional. Introdução à leitura e escrita instrumental de textos em espanhol para viagens, leitura técnica e negócios.

Bibliografia Básica

SARRALDE, B.; CASAJEROS, E.; LÓPEZ, M. **Vitamina A1**. Alcobendas (Madrid): SGEL – Educación, 2019.
SARRALDE, B.; CASAJEROS, E.; LÓPEZ, M. **Vitamina A2**. Alcobendas (Madrid): SGEL – Educación, 2019.
SARRALDE, B.; CASAJEROS, E.; LÓPEZ, M. **Vitamina C1**. Alcobendas (Madrid): SGEL – Educación, 2019.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, E.; BELINER, C. (trad.). SEÑAS. Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. Universidad de Alcalá de Henares. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013
CHÁVEZ, T. G.; FERNÁNDEZ, A. N. Latitud 0, Manual de español intercultural, 1ª ed. Madrid: SGEL, 2012.
GODED, M.; VARELA, R. Bienvenidos: español para profesionales - Turismo y Hotelería. Nivel A1-A2. Madrid: enClave-ELE, 2010.
GONZÁLEZ, M. Socios 1: Curso de español orientado al mundo del trabajo. Libro del alumno. Nueva Edición. Madrid, Difusión, 2007.
GONZÁLEZ, M. Socios 2: Curso de español orientado al mundo del trabajo. Libro del alumno. Nueva Edición. Madrid, Difusión, 2008.
SARRALDE, B.; CASAJEROS, E.; LÓPEZ, M. **Vitamina B1**. Alcobendas (Madrid): SGEL – Educación, 2019.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

INGLÊS INSTRUMENTAL I

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	50h
Pré-Requisitos		-	
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	25h	Prática	25h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa

Vivência em língua inglesa abrangendo todas as habilidades linguísticas (leitura, compreensão oral, fala e escrita) com foco na aquisição e uso de vocabulário e estruturas gramaticais dentro do contexto da Arquitetura, enfatizando as habilidades receptivas (leitura e compreensão oral) para uma melhor navegação dentro dos conceitos basilares da Arquitetura através de textos escritos e falados, sejam eles acadêmicos ou técnicos.

Bibliografia Básica

CARUZZO, P. Flash on English for Construction. Recanati, 2012
Dicionário Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês. 3ª ed. Oxford University Press, 2018.
EVANS, V.; DOOLEY, J.; COOK, D. Career Paths: Architecture. Berkshire: Express Publishing, 2013.

Bibliografia Complementar

EVANS, V.; DOOLEY, J.; ROGERS, H. P.; Career Paths: Art & Design. Berkshire, Express Publishing, 2014.
LATHAM-KOENIG, Cristina; OXENDEN, Clive. American English File Beginner. 3. ed. Oxford University Press, 2019
MURPHY, R. Essential Grammar in Use: Gramática básica da língua inglesa com respostas. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
PRENDO, Evan; English for Construction 1. Pearson Education Limited, 2012.
SOARS, Liz and John; HANCOCK, Paul. Headway Beginner. 5. ed. Oxford University Press, 2019

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Observações

TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO I

Tipo de Disciplina	Optativa	Carga Horária	33h
Pré-Requisitos		-	
Docente			
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	33h	Prática	0h
		EaD*	0h
		Extensão	0h

Ementa
Ementa, bibliografia e conteúdo variáveis, propostos pelo ministrante, em consonância com as necessidades específicas de atualização e/ou aprofundamento de conteúdos pertinentes ao campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo.
Bibliografia Básica
A definir
Bibliografia Complementar
A definir
Bibliografia Suplementar (Periódicos)
Observações

TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO II							
Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		50h	
Pré-Requisitos						-	
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
Ementa, bibliografia e conteúdo variáveis, propostos pelo ministrante, em consonância com as necessidades específicas de atualização e/ou aprofundamento de conteúdos pertinentes ao campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo.							
Bibliografia Básica							
A definir							
Bibliografia Complementar							
A definir							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
Observações							

TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO III							
Tipo de Disciplina		Optativa		Carga Horária		50h	
Pré-Requisitos						-	
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	50h	Prática	0h	EaD*	0h	Extensão	0h
Ementa							
Ementa, bibliografia e conteúdo variáveis, propostos pelo ministrante, em consonância com as necessidades específicas de atualização e/ou aprofundamento de conteúdos pertinentes ao campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo.							
Bibliografia Básica							
A definir							
Bibliografia Complementar							
A definir							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
Observações							



APÊNDICE B - Fluxograma



FLUXOGRAMA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO IFPB-CR

TEMA INTEGRADOR	ECOLOGIA		HABITAÇÃO		CIDADE SUSTENTÁVEL		TERRITÓRIO RESILIENTE		ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre	9º Semestre	10º Semestre
	Estética e história das artes 4 67	Teoria, crítica e história da AU I 4 67	Teoria, crítica e história da AU II 3 50	Teoria, crítica e história da AU III 3 50	Teoria, crítica e história da AU IV 4 67 1 17 Seminário de Cultura e realidade contemp.			Patrimônio: usos do passado 3 50	Ética e prática profissional 2 33 1 17 Fórum profissional	
	Laboratório de prática textual e científica 4 67	Sociologia dos espaços urbanos e rurais 3 50	Urbanismo I 4 67	Urbanismo II 5 84 1 17 Conversas Rurbanas	Urbanismo III 5 84	Paisagismo I 4 67	Paisagismo II 5 84	Urbanismo IV 5 84	Estágio obrigatório 9 150	Atividades curriculares complementares 6 100
	Introdução a arquitetura e urbanismo 4 67	Projeto de arquitetura I 5 84 2 34 Levantamento Arquitetônico	Projeto de arquitetura II 5 84	Projeto de arquitetura III 5 84 1 17 Conversas Rurbanas	Projeto de arquitetura IV 5 84	Projeto de arquitetura V 5 84 1 17 Conversas Rurbanas	Projeto de arquitetura VI 5 84	Projeto de arquitetura VII 5 84	Trabalho Final de Graduação I 1 17	Trabalho Final de Graduação II 3 50
	Oficina de desenho e plástica I 2 33	Oficina de desenho e plástica II 4 67							Projeto de Interiores e detalhamento 5 84	
	Expressão gráfica I 4 67	Expressão gráfica II 5 84 2 34 Levantamento Arquitetônico	Expressão gráfica III 4 67	Expressão gráfica IV 4 67	Geotecnologias aplicadas 4 67			Práticas Curriculares de Extensão I 5 84 5 84	Práticas Curriculares de Extensão II 8 134 8 134	
	Estudos socioambientais 4 67	Topografia aplicada à AU 2 33	Conforto do ambiente construído I 2 33	Conforto do ambiente construído II 3 50	Conforto do ambiente construído III 3 50	Conforto do ambiente construído IV 3 50				
	Matemática aplicada à AU 4 67	Estabilidade e mecânica das estruturas 3 50	Introdução aos sistemas estruturais 4 67	Sistemas estruturais I 3 50	Sistemas estruturais II 3 50	Infraestrutura urbana e predial I 4 67	Infraestrutura urbana e predial II 4 67	Planejamento e orçamento de obras 2 33	Gerenciamento de projetos e obras 2 33 1 17 Fórum profissional	
			Materiais de construção I 3 50	Materiais de construção II 3 50	Tecnologia de construção I 3 50	Tecnologia de construção II 3 50		Técnicas retrospectivas e vernaculares 3 50	Optativa 01 2 33	Optativa 02 3 50
TOTAL (Incluindo extensão)	26 435	26 435	25 418	26 435	27 452	25 418	25 419	26 435	21 350	12 200
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	0 0	4 68	0 0	2 34	1 17	2 34	5 84	8 134	2 34	0 0
	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR	A/SEM HR

LEGENDA

AU - arquitetura e urbanismo; A/SEM - aulas por semana; HR - hora relógio

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO INCLUINDO CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO (hr)

3997

CARGA HORÁRIA TOTAL DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO (hr)

405

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus Catolé do Rocha - Código INEP: 25128388
	Rua Cícero Pereira de Lima, 227, João Pereira de Lima, CEP 58884-000, Catole do Rocha (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0015-70 - Telefone: (83) 99802 0267

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

PPC Corrigido

Assunto:	PPC Corrigido
Assinado por:	Alexsandro Trindade
Tipo do Documento:	Formulário
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Alexsandro Trindade Sales da Silva, DIRETOR(A) - CD4 - DDE-CR**, em 21/08/2024 21:41:58.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/08/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1226466

Código de Autenticação: 55142de884

